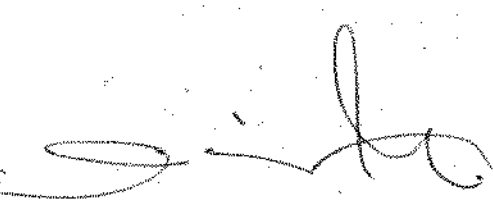


ANTONIO ALVARO BARBOSA SA *Alvaro SA*

JORNAL NACIONAL - POLITICA E IDEOLOGIA

Dissertação de mestrado
apresentada ao
Departamento de Ciência
Política do Instituto de
Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
Estadual de Campinas.

Este exemplar corresponde
à redação final da
dissertação defendida e
aprovada pela Comissão
Julgadora em 29/04/1982.

Orientador 

Coord. Vinte e Nove de Toledo

1982

Sa11j

16749/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A Wanda, ao João Luis e A Elizabeth

SUMARIO

Esta pesquisa analisa a produção ideológica do telejornal de maior audiência da televisão brasileira no ano de 1989: o Jornal Nacional. Com esse propósito privilegiei o estudo do seu noticiário político e econômico.

A metodologia utilizada consistiu na análise do discurso do noticiário. De acordo com esta perspectiva, o processo discursivo é uma forma específica da ideologia constituída historicamente. Sendo assim, no processo de análise de discurso, é necessário referir-se ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de suas condições de produção.

A investigação sobre as condições de produção do noticiário do Jornal Nacional levou-me à compreensão da produção industrial do noticiário, assim como do seu caráter político e ideológico. Neste aspecto, este noticiário resulta, de um lado, da prática do telejornalismo de massa que opõe locutores competentes que ocupam aquele espaço público de massa a um público massificado por sua mensagem. De outro lado, esse noticiário é influenciado pelo posicionamento político e ideológico da empresa TV-Globo em defesa do liberalismo político e econômico.

A análise do discurso, por sua vez, apontou para outras características. O noticiário político e econômico veiculado por uma empresa privada, no caso a TV-Globo, que funciona sob o regime de concessão estatal, é o resultado de uma argumentação que sustenta "vozes" liberais dominantes e se opõe, apaga e

desautoriza a argumentação de "vozes" populares presentes no espaço público daquele programa da Indústria Cultural.

Deste modo, o discurso do noticiário analisado exerce um papel ideológico de sustentação do liberalismo político e econômico e de apagamento, oposição e desautorização de "vozes" vinculadas a uma ideologia popular presentes de maneira subalterna naquele espaço público.

AGRADECIMENTOS

Antes de começar, gostaria de agradecer a todas as pessoas e instituições que de uma maneira ou de outra, contribuíram para tornar possível este trabalho. Especificamente a CAPES, CNPQ e UNICAMP que concederam-me bolsas de estudo e apoio material para a realização desse trabalho de pesquisa.

Gostaria de manifestar minha gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo. Sua seriedade e incentivo acadêmico para a realização de um trabalho com um tema pouco comum à Ciência Política se constituíram em um grande estímulo. Gostaria de ressaltar também sua contribuição intelectual na discussão sobre o papel da ideologia, o que me permitiu um grande amadurecimento sobre esta questão. A Prof. Eni Pulcinelli Orlandi que, ao me introduzir à investigação da linguagem contribuiu significativamente para a realização e enriquecimento da dissertação. Sou grato também ao Prof. Dr. Renato Ortiz que me indicou boa parte da bibliografia sobre a Indústria Cultural, e à Prof. Dra. Evelina Daguino que me apoiou durante a realização dos créditos do curso de mestrado.

No decorrer da pesquisa sobre o telejornalismo da TV-Globo pude contar também com várias contribuições individuais. Gostaria de agradecer aos jornalistas que trabalham ou que já trabalharam naquela empresa e que, de uma maneira ou de outra, me apoiaram com informações e dados sobre o funcionamento do Jornal Nacional.

Aos professores do departamento de Ciências Sociais da PUCAMP, assim como meus alunos daquela universidade que, durante

o ano de 1991, me apoiaram e me incentivaram na fase final da dissertação de mestrado deixo meus sinceros agradecimentos.

A todos os meus amigos que me incentivaram. Entre eles gostaria de ressaltar Silvío, Andréia, Luiz, Dudu, Cicero e Thales que me acompanharam de perto em todo o decorrer desta pesquisa, assim como ao Paulo André pelo cuidadoso trabalho de datilografia.

Gostaria de agradecer também à Alicia que com amizade e compreensão em muito me ajudou.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação que me auxiliaram nos trâmites burocráticos durante o curso de mestrado deixo aqui minha gratidão.

Finalmente gostaria de agradecer à minha mãe Wanda e a meu irmão João Luís, assim como a Elizabeth pelo amor e compreensão que deram as forças necessárias para concluir a dissertação.

INDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I: CONSIDERAÇÕES METODOLOGICAS	4
A) Sobre a Ideologia	17
B) Ideologia e Discurso	26
CAPITULO II: A INDUSTRIA CULTURAL NO BRASIL	32
A) A TV-Globo e o Telejornalismo	44
B) O Jornal Nacional	50
C) Estrutura e Pessoal	52
D) A Produção	58
E) A Audiência	61
F) A Concepção de Telejornalismo	70
CAPITULO III: A ANALISE DO DISCURSO	80
CAPITULO IV: NOTICIARIO POLITICO	90
A) Encerramento do Primeiro Turno e Início do Segundo turno da Constituinte	90
B) Votação dos Direitos Sociais	136
C) Encerramento da Constituinte	148
CAPITULO V: NOTICIARIO ECONOMICO	163
CONCLUSÃO	182
BIBLIOGRAFIA	186
ANEXO	191

INTRODUÇÃO.

O objetivo desta pesquisa é analisar a produção ideológica do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão. Neste sentido, a investigação tem como preocupação a necessidade da compreensão do programa jornalístico de maior tradição na televisão brasileira. A importância desse telejornal pode ser avaliada pelos altos índices de audiência que tem obtido durante toda sua existência, o que fez dele o segundo maior telejornal do mundo no ano de 1984 (Silva, Lins 1985), sendo apresentado no chamado "horário nobre" daquela emissora.

Dentro deste propósito, o trabalho privilegia a análise do discurso do noticiário político e econômico daquele telejornal. De acordo com minha perspectiva teórica, o processo discursivo se constitui em uma forma específica da ideologia historicamente determinada. No caso do Jornal Nacional, a análise de seu noticiário tem como referência o processo de liberalização política pelo qual passa a sociedade brasileira nos últimos anos.

O primeiro capítulo situa a problemática a ser abordada e realiza uma discussão sobre os estudos acadêmicos a respeito das produções ideológicas nos meios de comunicação de massa. Este capítulo procura examinar as contribuições e os problemas daquela bibliografia, além de indicar a perspectiva de análise na qual a presente pesquisa se situa.

Nesta reflexão, procuro compatibilizar as análises sobre a natureza do espaço público propício à Indústria Cultural com uma perspectiva que, através da análise do discurso (Pêcheux, 1969, e Orlandi, 1983), permita uma investigação sobre os discursos enquanto materialidades específicas de ideologias historicamente constituídas. Além disso, realizo também uma investigação sobre as relações entre Estado e Instituições na sociedade de classes com o objetivo de compreender o papel político da TV-Globo dentro do processo de liberalização política da sociedade brasileira.

O segundo capítulo faz uma investigação sobre a história da TV-Globo dentro do quadro geral de constituição de uma Indústria Cultural na sociedade brasileira. Neste sentido, são abordadas as relações da TV-Globo com o poder público e as transformações ocorridas nessa empresa. Quanto a este último aspecto, a preocupação é permitir uma compreensão do caráter industrial e político do telejornalismo da empresa em questão.

No terceiro capítulo faço uma exposição das diferentes formações discursivas que identifiquei no discurso do noticiário político e econômico do Jornal Nacional. Tais formações discursivas constituem os instrumentos básicos da análise contida nos capítulos seguintes.

No quarto e no quinto capítulos faço uma análise do discurso do noticiário político e econômico do Jornal Nacional. Nesta investigação, procuro demonstrar a existência de um espaço público no noticiário que é o

resultado da sustentação de determinadas formações discursivas e do apagamento de outras formações contrárias às concepções políticas e ideológicas do telejornalismo da TV-Globo.

Finalmente, concluo pela compreensão de que o noticiário político e econômico veiculado por uma empresa privada, a TV-Globo, criada através de concessão estatal, é o resultado de uma argumentação que realiza a sustentação de "vozes" liberais por "vozes" da mídia e que se opõe, apaga e desautoriza a argumentação de "vozes" populares naquele espaço público. Este discurso é específico da prática de telejornalismo do Jornal Nacional que veicula na TV brasileira mensagens político - ideológicas da empresa TV-Globo.

CAPITULO I

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O propósito de realizar uma análise sobre a produção ideológica do Jornal Nacional vem de encontro com a preocupação relativa ao papel político desempenhado pela mídia na história recente do país.

No Brasil, onde a TV é uma concessão pública, salta aos olhos do observador o pouco ou "quase nada" de público que caracteriza a programação televisiva de um modo geral. No caso dos telejornais, que abordam o cotidiano do cidadão e informam sobre o poder público, esta característica é profundamente atual.

Diante desta preocupação mais ampla, minha pesquisa se insere em um conjunto de trabalhos que, já há alguns anos, vem tratando do papel político e ideológico desempenhado pela mídia.

Fazendo um balanço da literatura referente às análises da Indústria Cultural, algumas vertentes de investigação dão uma visão da discussão acadêmica sobre esta questão.

Para Renato Ortiz¹, as pesquisas sobre os meios de comunicação feitas durante a década de 70 e início dos anos 80 demonstram uma questão central: a preocupação com a relação nacional/estrangeiro no processo de dominação

¹ - ORTIZ, Renato. A Moderna Tradição Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 185-186.

capitalista e, por conseguinte, a presença dessa relação nos produtos da Indústria Cultural. O papel dos meios de comunicação seria o de reforçar a posição dos países centrais em detrimento dos países periféricos. Entretanto, algumas distinções analíticas existentes nesta vertente de estudos, fazem com que Ortiz aponte para duas perspectivas diversas.

A primeira perspectiva é aquela adotada por autores que procuram analisar o papel dos conglomerados transnacionais que operam a partir dos países centrais, mostrando como o processo de comunicação, em nível mundial, é unilateral e se distribui segundo interesses políticos e econômicos.² Nesta linha de análise, um trabalho pioneiro sobre o império norte-americano na área das telecomunicações é o de Herbert Schiller,³ no qual o autor mostra como o monopólio da informação está articulado com os interesses comerciais dos Estados Unidos. Outro trabalho que caminha nessa mesma direção é o de Y. Eudes⁴ sobre o expansionismo cultural dos Estados Unidos em escala mundial, onde se revelam as razões

² - A discussão sobre o "fluxo desigual da informação", no trabalho desenvolvido por um organismo internacional, a UNESCO, *Um Mundo e Muitas Vozes*, presidida pelo senador irlandês, Sean McBride, é um marco. Ela deu origem a um debate sobre uma Nova Ordem da Comunicação e da Informação (NOMIC), centrado na necessidade dos Estados assumirem uma posição frente ao fluxo desigual da informação entre os países do Primeiro Mundo e os do Terceiro Mundo. Essa discussão dominou a metade da década de 70 e os inícios da década de 80.

³ - SCHILLER, Herbert. *O Império Norte-Americano das Comunicações*. Petrópolis, Vozes, 1976.

⁴ - Y. Eudes. *La Colonización de las Consciencias*. Barcelona, Gustavo Gili, 1984.

de Estado que orientam a política norte-americana. Existem também os trabalhos de Nordestreng e Varis⁵ que, no início da década de 70, estudaram o fluxo de programas de televisão em escala mundial. Esses autores constataram que o "livre fluxo de informação que informava a UNESCO, era, na verdade, uma política que favorecia um desequilíbrio mundial. Nestes trabalhos, os países periféricos apareciam como meros consumidores dos programas e produtos do centro". Finalmente, abordando a mesma questão, existe a coletânea de textos organizada por Fernando Reyes Matta,⁶ que não só denuncia a responsabilidade das agências transnacionais de notícias pelo fluxo desigual de informação, pois são estruturas transnacionais de poder, como também apontam para a necessidade da "descolonização da informação".

A importância desses trabalhos, a despeito de não se referirem diretamente à América Latina, com exceção de alguns artigos desse último livro, está em permitir uma visão internacional da comunicação, assim como uma crítica ao monopólio e manipulação que os países centrais exercem no cenário internacional. O problema mais geral desta linha de análise é, em virtude de sua preocupação com o "monopólio da informação em nível mundial", relegar para segundo plano o papel dos meios de comunicação nacionais na produção da

⁵ - NORDESTRENG, K. e VARIS, J. "Television Traffic: a One Street?", Reports and Papers on Mass Communication, nº 70, Paris, UNESCO, 1974.

⁶ - REYES MATTA, Fernando. A Informação na Nova Ordem Internacional. Paz e Terra, 1980.

informação e na reprodução das relações sociais internas aos "países periféricos".

A segunda perspectiva é aquela dos estudos que procuram investigar o impacto do imperialismo cultural na América Latina e investigar como os meios de comunicação evoluem numa "situação de dependência". Eles não só investigaram as organizações econômicas e políticas das multinacionais da cultura mas, também, os aspectos da dominação ideológica veiculados nos produtos da Indústria Cultural, como no caso das revistas em quadrinhos "importadas" dos países centrais.⁷ Nesta linha de análise existem os trabalhos de Armand Mattelart, Luís Ramiro Beltran e Elizabeth Fox. Também no Brasil foram produzidos vários textos dentro desta perspectiva, como por exemplo, o de Sérgio Caparelli sobre as relações entre capitalismo e televisão.⁸ A problemática central dessas pesquisas consiste em investigar o "colonialismo cultural" e a "alienação" dos meios de comunicação diante da presença da dominação estrangeira nos países dependentes.

A fundamentação desses estudos pode ser buscada numa linha teórica que surge na América Latina no início da década de 70: a teoria da dependência. Com esta matriz de investigação, eles não só procuraram entender os aspectos da

⁷ - Ver Oriel Dorfman e Armand Mattelart, Para Ler o Pato Donald. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

⁸ - CAPARELLI, Sérgio. Televisão e Capitalismo no Brasil. Porto Alegre, L&PM, 1982, 176 p.

dominação ideológica veiculados nos produtos da Indústria Cultural, como, também, encaminharam a análise das relações entre capitalismo e televisão no Brasil. Entretanto, não obstante esta contribuição, algumas críticas à teoria da dependência indicam os limites deste filão teórico. Neste aspecto, Francisco Weffort, por exemplo, chamou a atenção para o fato de que os estudos sobre a dependência oscilaram entre dois conceitos - classe e nação - acabando por privilegiar uma abordagem do tipo nacionalista radical. Assim, os antagonismos de classe ficaram "diluídos" em categorias mais genéricas como "autonomia nacional".⁹ No caso das análises sobre a Indústria Cultural, elas acabaram considerando o advento do capitalismo na periferia como o resultado de um desenvolvimento exógeno imposto pelas forças internacionais, e não como o resultado do desenvolvimento de forças internas à própria sociedade brasileira.¹⁰

⁹ - Ver F. Weffort, "Nota sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?", Estudos CEBRAP, nº 1, 1971. Outra crítica que pode ser formulada a esta linha de análise deriva da própria incorporação da teoria da dependência. Fernando Henrique Cardoso, neste aspecto, aponta entre os dependentistas duas linhas de pensamento. A primeira crê que o capitalismo dependente baseia-se na super-exploração do trabalho e é incapaz de ampliar o mercado interno, gerando necessariamente desemprego e marginalidade social. A segunda vertente acredita que, pelo menos em alguns países da periferia, a penetração do capital industrial-financeiro acelera a produção de mais valia, intensifica a mais valia e, se gera desemprego nas fases de retração da economia, absorve mão de obra nas fases de expansão. Ver: Fernando Henrique Cardoso, "O Consumo da Teoria da Dependência nos EUA" in - As Ideias e seu lugar: Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento, Petrópolis, Vozes, 1980. Ver: "Notas sobre Estado e Dependência", Cadernos CEBRAP, nº 11, 1975.

¹⁰ - Carlos Rodolfo Amêndola Avila, A Televisão: A Participação Estrangeira na Televisão no Brasil. São Paulo, Cortez, 1982.

Tendo em vista os limites e contribuições das referidas análises, uma terceira corrente parece-me particularmente pertinente. Com a preocupação de contrapor-se a uma investigação interessada exclusivamente nos mecanismos de manipulação e integração dos meios de comunicação,¹¹ um conjunto de trabalhos aponta para a possibilidade da utilização dos conceitos de hegemonia e contra-informação na análise dos meios de comunicação.¹² Dentro desta perspectiva, três trabalhos merecem ser mencionados. Em primeiro lugar, o artigo de Carlos Eduardo Lins da Silva (1982), "*Comunicação, Hegemonia e Contra-Informação*". Silva considera os meios de comunicação como os instrumentos privilegiados pelos detentores do poder econômico e político para tentar inculcar sua racionalidade de dominação sobre o conjunto da sociedade. Neste sentido, os meios de comunicação são os aparelhos mais eficientes para a construção da hegemonia burguesa. Não obstante, o autor

¹¹ - Refiro-me aqui as análises da Escola de Frankfurt sobre a questão: Para Adorno e Horkheimer a noção de Indústria Cultural refere-se a um conjunto de complexos empresariais altamente concentrados do ponto de vista técnico, e centralizados do ponto de vista do capital, e que produzem e distribuem objetos culturais em grande escala, através de métodos muitas vezes marcados por alto grau de divisão social do trabalho, baseado em fórmulas e tendo em vista a rentabilidade econômica.

A Indústria Cultural, portanto, é uma empresa capitalista reprodutora de capital e produtora de mercadorias baseada na divisão dos trabalhos e na racionalidade capitalista visando o lucro. Ela constitui um "sistema" que atua no sentido da reprodução da sociedade no plano das significações. Ver: Adorno, "A Indústria Cultural" in: *Comunicação e Indústria Cultural*, Gabriel Cohn, Editora Quêirós.

¹² - Ver *Comunicação, Hegemonia e Contra-Informação*. Cortez Editora (INTERCOM), Carlos Eduardo Lins da Silva, 1982.

aponta para a importância da contra-informação nesses meios, pois, "da mesma forma que nos meios de produção materiais, no Estado e na sociedade civil, também nos meios de comunicação e na esfera da cultura há contradições e possibilidades de atuação na construção de um novo bloco histórico e na luta por uma nova hegemonia." 13

Na segunda vertente desta discussão, Fadul (1982), no artigo "*Hegemonia e Contra-Informação*", faz uma crítica dos trabalhos que se preocupam exclusivamente com a manipulação e integração existentes nos meios de comunicação. A autora se contrapõe a eles com uma proposta que leva em conta a apropriação coletiva das novas tecnologias de comunicação de massa. Embora considere esta análise delicada e complexa, a utilização dos conceitos de hegemonia e contra-informação é apontada por ela como um dos caminhos possíveis. Assim, são examinados, no referido artigo, alguns casos de utilização dos meios de comunicação para projetos de educação e comunicação popular, organizados por diferentes instituições como a Igreja, os sindicatos, os movimentos sociais e, até mesmo, os partidos políticos.

Uma terceira contribuição, dentro desta perspectiva que considero pertinente, é o artigo de Javier Esteinou Madrid (1982), "*Meios de Comunicação e Construção da Hegemonia*", que aprofunda a discussão sobre o conceito de hegemonia. Neste texto, Javier Esteinou Madrid retoma suas teses,

13 - Lima da Silva, C.E., op. cit., p. 18.

desenvolvidas em "*Aparatos de Comunicação de Massa, Estado e Pontos de Hegemonia*", segundo as quais os meios de comunicação são fundamentais para a construção da hegemonia. Para esse autor, a hegemonia não é outro fenômeno senão a instauração de um consenso dominante na sociedade capitalista. A partir deste pressuposto, ele afirma que, na fase contemporânea do capitalismo monopolista, a classe burguesa está obrigada a controlar o aparelho de comunicação de massas e seus sub-sistemas. É interessante notar que esse autor aponta dois discursos da TV como fundamentais para a reprodução das condições subjetivas que a reprodução do capital requer: o discurso noticioso e o discurso publicitário. O primeiro, pela produção de um discurso político que reforça a ordem vigente; o segundo, pelo seu papel de aceleração na circulação de capital.

A importância da perspectiva de análise dos meios de comunicação que se utiliza dos conceitos de "hegemonia e contra-informação", a despeito da necessidade de um aprofundamento teórico destes conceitos, está em possibilitar uma visão crítica da Indústria Cultural e das mensagens por ela veiculadas, sem considerar exclusivamente a manipulação e a integração que elas promoveram ou analisar os produtos da Indústria Cultural a partir de fatores exógenos à sociedade.

Uma investigação sociológica sobre a Indústria Cultural e sobre as mensagens por ela veiculadas procurando inseri-la no processo de desenvolvimento capitalista da formação

social brasileira foi empreendida por Sérgio Miceli (1972) em *A Noite da Madrinha*. Este estudo de caso do programa de Hebe Camargo possibilita uma compreensão da lógica mercadológica dos programas de auditório na década de 70. Miceli, entre outras considerações, explica como a Indústria Cultural teve de organizar a sua produção em várias direções em virtude do caráter desigual do processo de crescimento urbano industrial da formação social brasileira. A Indústria Cultural, segundo Miceli,

"não estaria podendo organizar a sua produção tendo em vista apenas a conquista do mercado existente nos 'bolsões' (RJ, SP, PR, etc.), devendo de alguma maneira, produzir bens simbólicos, capazes de satisfazer a demanda dos contingentes excluídos ou em vias de transição para os setores mais vitalizados da economia".¹⁴

A importância do trabalho deste autor está em procurar inserir nas análises das mensagens e produtos da indústria cultural uma investigação a respeito de seu papel "educacional" e da inserção dos mesmos no processo material de crescimento urbano capitalista pelo qual passava a sociedade brasileira.

Entre os trabalhos mais recentes sobre a Indústria Cultural, uma contribuição significativa para minha pesquisa foi dada por Laurindo Leal Filho em *Atrás das Câmeras*.¹⁵ Em sua pesquisa, esse autor analisa a TV-Cultura, suas crises,

¹⁴ - Miceli, Sérgio. *A Noite da Madrinha*. Editora Perspectiva, 1972, pp. 215-218.

¹⁵ - Leal Filho, Laurindo. *Atrás das Câmeras*. Editorial Summus, 1988.

seus conflitos internos, procurando explicá-los a partir do embate entre as concepções divergentes de cultura que tentaram se impor de forma hegemônica ao longo de toda a sua história. O autor demonstra como as lutas entre as diferentes concepções de cultura refletiram na programação da TV, mesmo que não tenham afetado os detentores do poder na emissora, no caso, o seu Conselho Curador.

A grande contribuição que a análise sobre a TV-Cultura possibilita é o esclarecimento das contradições existentes no seu interior, assim como os limites daquela indústria cultural impostos pela lógica capitalista aos projetos políticos de programação que ali existiam (populistas, conciliatórios, populares ou elitistas).

Especificamente sobre o Jornal Nacional, dois trabalhos acadêmicos trataram-no sob diferentes aspectos. O primeiro deles, *Muito Além do Jardim Botânico*¹⁶, de C.E. Lins da Silva, faz uma análise sobre a maneira pela qual duas comunidades de trabalhadores interpretam e avaliam as mensagens veiculadas pela televisão. No decorrer dessa pesquisa, o autor levanta algumas hipóteses que permitem uma razoável compreensão do processo de absorção das notícias veiculadas pelo telejornal. Resumidamente, Lins da Silva aponta para a existência de uma perspectiva crítica na recepção das notícias do Jornal Nacional. O acesso a outras fontes de informação, como a Igreja, o movimento sindical,

¹⁶ - Lins da Silva, C.E., *Muito Além do Jardim Botânico*. Editora Summus, 1985.

ou até mesmo outros meios de comunicação, são indicados como fontes que possibilitam aos trabalhadores algum senso crítico em relação ao Jornal Nacional.

Esse trabalho, embora não realize uma investigação sobre os mecanismos de rejeição daquelas mensagens - as "falas" dos trabalhadores - constitui-se numa contribuição para as pesquisas sobre meios de comunicação por demonstrar a não aceitação plena por parte da "audiência" das mensagens de um programa da Indústria Cultural. Lins constata ainda que, em 1984, o Jornal Nacional já era, mundialmente, o segundo noticiário em termos de audiência, superado apenas pelo "CBS-NEWS", transmitido pela rede de TV americana CBS".

17

O segundo trabalho, *"O Telespetáculo da Notícia"*, de Guilherme Jorge Rezende,¹⁸ procura mostrar como o Jornal Nacional combinou forma e conteúdo para propiciar ao telespectador um "espetáculo da notícia". Essa pesquisa aponta, por um lado, para algumas características do telejornal, como a utilização de "efeitos de realidade" e a "personalização dos conflitos" e, por outro lado, para a presença do Estado, dos anunciantes e das próprias concessionárias no controle da televisão no Brasil.

¹⁷ - Lins da Silva, C.E., *Muito Além do Jardim Botânico*. Editora Summers, 1985.

¹⁸ - Rezende, Guilherme Jorge de. *O Telespetáculo da Notícia*. tese de Mestrado, F.C.A.-USP, 1985.

Apesar de sua contribuição para a compreensão das características do Jornal Nacional, a pesquisa desse autor propicia uma visão muito rígida desse programa quer pelo pouco aprofundamento da análise, quer pela limitada amostra feita a partir da observação de apenas uma semana de noticiário (07/01/82 a 13/01/82). Nesta investigação, o trabalho se restringe à descrição das características semiológicas da mensagem telejornalística, relegando para segundo plano uma investigação sobre as condições políticas da produção daquele discurso e sua relação com o discurso veiculado no noticiário.

Finalmente, cabe aqui mencionar os trabalhos mais recentes sobre as mensagens veiculadas na Indústria Cultural. Em seminário realizado pela Prefeitura de São Paulo no ano de 1990, que deu origem ao livro *Rede Imaginária - Televisão e Democracia*, a preocupação central foi a compreensão do Imaginário construído pela TV e de seu papel na construção da ordem democrática burguesa.¹⁹ Próxima

¹⁹ - Entre os trabalhos apresentados no seminário "Rede Imaginária: Televisão e Democracia", posso citar a importante contribuição de Marilena Chauí. Ela enfatiza cinco pontos que caracterizam o Imaginário e o poder no telejornalismo: a destruição do tempo real, a perda dos referenciais de espaço, a anulação do raciocínio e da reflexão sobre os acontecimentos, a seleção do que pode acontecer no vídeo e a apresentação dos fatos como espetaculares ou como corriqueiros. Outro importante trabalho que merece ser mencionado é o seminário "O Simulacro e o Espetáculo" de Silvano Santiago. Em sua exposição, procura enfatizar a importância do aprimoramento do ato da leitura, tomada esta no sentido amplo, ou seja, na possibilidade de aprimoramento da produção de sentido do espetáculo e /ou do simulacro por parte de todo e qualquer cidadão. Ver sobre o referido seminário: *Rede Imaginária - Televisão e Democracia*. Novas, Adauto (org.). São Paulo, Cia. das Letras.

a esta linha de trabalho, a revista *Comunicação e Política* tem publicado artigos que, tratando das eleições, procuram examinar a "adequação" do presidente eleito ao Imaginário político construído pela televisão.²⁰

Preocupados com a caracterização deste Imaginário e com as possíveis estratégias de atuação junto à TV, estes trabalhos, se por um lado são importantes para a caracterização do imaginário televisivo e para o debate sobre meios alternativos de comunicação, avançam pouco no sentido de analisar as falhas e brechas existentes na mensagem televisiva.

Diante deste quadro do debate acadêmico é que se situa o propósito de minha pesquisa: realizar uma investigação sobre o papel político da mensagem telejornalística, procurando compreender não só os aspectos da dominação política e ideológica contidas naquela mensagem mas, também, suas lacunas e contradições.

²⁰ - Entre os trabalhos podemos citar o artigo de Antônio Albino Canela Rubin, "Comunicação, Espaço Público e Eleições Presidenciais." *Comunicação e Política*, vol. 9 (2-3-4) 1989.

Preocupado em analisar as eleições presidenciais, o autor procura demonstrar a "construção de um cenário político pela TV" que vai de encontro ao Imaginário da sociedade brasileira e a adequação da candidatura Collor a esse cenário. Apesar de não realizar uma análise mais aprofundada daquele imaginário, o que compromete sua análise, o referido artigo traz reflexões interessantes sobre o espaço público televisivo.

A) SOBRE A IDEOLOGIA

A análise do processo ideológico próprio ao Jornal Nacional aponta para alguns problemas relativos à especificidade de um telejornal enquanto um programa da Indústria Cultural. Ao nível teórico, esta tarefa torna necessário compreender quais as relações que se estabelecem entre discurso e ideologia. Em virtude desta necessidade realizo aqui uma discussão a respeito destas questões tendo em vista o propósito de análise do discurso do noticiário político e econômico do Jornal Nacional.

O debate sobre as mensagens veiculadas pela Indústria Cultural remonta às investigações de Adorno e Horkheimer²¹ que apontam para papel de massificação e de incentivo ao consumo característico da Indústria Cultural. Apesar da importância do trabalho desses autores esta perspectiva, levada às últimas consequências, "apaga" da análise os aspectos políticos e as possibilidades que a mídia oferece em termos de tecnologia de comunicação.

Em Habermas, encontra-se uma outra interpretação. Preocupado com as mudanças na esfera pública burguesa, ele

²¹ - Segundo esses autores, o conceito de Indústria Cultural implica a noção de uma empresa capitalista produtora de mercadorias e reprodutora de capital. A Indústria Cultural transforma em mercadoria qualquer bem, esvaziando, no sentido capitalista, o valor de uso dessa mercadoria. Assim, seus produtos passam a valer no mercado tão somente o que expressam pelo seu valor de troca. A mídia seria então essencialmente alienante e responsável pela massificação da sociedade. Ver a este respeito Adorno, Theodor. *"A Indústria Cultural"*. In: Cohn, Gabriel org. *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo, Nacional, 1977.

compreende a mídia como parte da mesma e como resultado de um processo histórico. De acordo com este autor, a mudança estrutural da esfera pública burguesa significou a ampliação do espaço público, que se dá, todavia, através da perversão da publicidade. A esfera pública, entendida como espaço de argumentação e debate racional invadida por interesses privados - marketing - transforma-se em um espaço de manipulação e demonstração.²²

O telejornalismo, desta maneira, se constitui em espaço público de massa no capitalismo monopolista. Se, por um lado, contribui para a ampliação da esfera pública com o público de massa, por outro lado, está sujeito à publicidade demonstrativa (o marketing) de interesses privados (os anunciantes).

A constituição de um espaço público massificado, onde há o predomínio de uma publicidade demonstrativa em detrimento de uma publicidade enquanto espaço de argumentação e debate democrático, cria condições para a instituição de um jornalismo fundamentado em preceitos técnicos e na ideologia da "objetividade e da neutralidade".

No caso de uma análise da Indústria Cultural na sociedade brasileira, este tipo de compreensão da constituição de um espaço público de massa merece alguns reparos. A análise de Habermas é feita para as sociedades europeias na fase do capitalismo monopolista, pós social-

²² - A este respeito fundamento-me em Habermas, *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

democracia. Segundo esse autor, a Indústria Cultural tornou-se possível somente com o estabelecimento do Estado de Direito Constitucional no século XIX, o que permitiu à imprensa abandonar sua posição exclusiva de defesa das liberdades democráticas e assumir interesses mercadológicos. Por outro lado, ao analisar a crise da esfera pública burguesa no capitalismo monopolista, Habermas verifica este processo junto a sociedades onde o *welfare state* propicia aos cidadãos uma ampliação de seus direitos fundamentais. Tem-se, neste contexto, uma esfera pública cujo princípio de publicidade e de argumentação pública e racional cumpre recuperar.

No Brasil, diferentemente dessa situação europeia, a constituição da Indústria Cultural se consolida apenas com o crescimento econômico ocorrido nos anos 60 deste século e, no plano político, essa ampliação é viabilizada pelo regime burocrático-autoritário controlado pelos militares.²³

Desse modo, o espaço público de massa do telejornalismo é aqui compreendido primordialmente enquanto expressão de uma ideologia da neutralidade e objetividade em uma sociedade autoritária. A investigação desse espaço deve se articular com uma compreensão sobre a luta ideológica de classes e sobre o papel do telejornalismo neste processo.²⁴

²³ - Ver sobre esta questão: Cardoso, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo, Difel, 1973.

²⁴ - Sobre a ideologia da neutralidade e objetividade, Armand Mattelort realiza uma discussão a respeito em: *Mass media, Ideologies et Movement Revolutionnaire - Chili 1970-1973*, Editions Anthropos.

O enfoque do papel das ideologias na sociedade burguesa, sob uma perspectiva que permita uma análise da luta ideológica de classes em relação ao Estado mas também em relação às instituições da sociedade civil, encontra em Gramsci um encaminhamento fecundo da questão.

De acordo com este autor, as instituições que constituem a sociedade civil (imprensa, rádio, Igreja etc.) são o palco privilegiado dos conflitos ideológicos de classes. A partir de premissas materialistas, esta perspectiva sustenta, de acordo com a tradição marxista clássica, o caráter material e de classe das ideologias e seu papel na construção da ordem burguesa.

Sendo assim, a análise do processo ideológico presente no Jornal Nacional tem o sentido de uma investigação sobre os mecanismos de construção de uma concepção de mundo hegemônica e da desarticulação de outras concepções que apareçam naquele noticiário com um caráter fragmentário. Apesar da análise de Gramsci não se referir especificamente aos meios de comunicação de massa, esse autor aponta para o fato de que *"a ideologia constitui uma concepção de mundo que se manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida coletiva."*²⁵

A análise gramsciana sobre as ideologias, tendo em última instância uma fundamentação classista, postula a

²⁵ - Gramsci, Antônio. *A Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro. Ed Civilização Brasileira, 1978, p. 16.

necessidade de uma análise política das mesmas. Desta maneira, podem haver elementos progressistas e retrógrados tanto na ideologia burguesa como na cultura das classes subalternas. Partindo de uma análise materialista, o papel do sujeito é visto como fundamental na determinação do sentido dominante de uma concepção de mundo.

*"Pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos(...). Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional, desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra; nela se encontram elementos de homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e intuição de uma futura filosofia que será própria do gênero humano universalmente unificado."*²⁶

Desta forma, Gramsci (1978, p. 12) observa a concepção de mundo hegemônica em sua relação política de direcionamento e "apagamento" de elementos ideológicos que fazem parte de uma cultura das classes subalternas. Para ele, uma cultura é subalterna enquanto carece de consciência de classe. Ela é heterogênea porque nela convivem, ao mesmo tempo, influências da classe dominante, detritos da cultura de civilizações precedentes e elementos ideológicos provenientes da condição de classe oprimida. O caráter

²⁶ - idem, p. 12.

fragmentário é, portanto, o elemento característico das novas concepções de mundo.

"Um grupo social, que tem uma concepção própria do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na sua ação e, portanto, descontínua e ocasionalmente - isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico - toma emprestada a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha; e aquele (o primeiro) grupo afirma por palavras esta concepção, e também acredita segui-la, já que segue em "épocas normais", ou seja, quando a conduta não é independente e autónoma, mas sim submissa e subordinada."

27

A análise do processo ideológico presente nas mensagens do Jornal Nacional procura portanto revelar, por um lado, a constituição de uma concepção hegemônica de noticiário político e econômico e o direcionamento e "apagamento" de elementos ideológicos de caráter fragmentário e heteróclito vinculados a concepções de sociedade em conflito com aquela. Por outro lado, esse processo não pode ser adequadamente entendido sem que se examine a relação entre o Estado e as instituições na construção da hegemonia de uma classe social.

A resposta a esta questão encontra em Althusser uma contribuição para a explicitação das relações entre Estado, Ideologia e Instituições a partir de sua versão sobre a distinção gramsciana de sociedade política e sociedade civil. Na perspectiva althusseriana, a ideologia possui uma estrutura e um funcionamento, estando sempre inscrita em um

aparelho em sua prática, ou práticas. Desta forma, a ideologia tem uma existência material que se concretiza nos aparelhos ideológicos de Estado, como a escola, a imprensa, a mídia etc., e um funcionamento que se caracteriza pelo processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos.²⁹

Os aparelhos ideológicos de Estado distinguem-se do aparelho repressivo de Estado pelo fato de serem predominantemente ideológicos, enquanto o aparelho repressivo de Estado é predominante repressivo. Os aparelhos ideológicos, embora sejam múltiplos e relativamente autônomos, são unificados pela ideologia dominante, isto é, a da classe dominante. Desta forma concorrem para a reprodução das relações de produção. Segundo esta perspectiva, nenhuma classe pode, de forma duradora, deter o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia sobre os aparelhos ideológicos de Estado.

A proposta althusseriana para uma investigação sobre o papel da mídia não nos parece de todo adequada e merece, portanto, alguns reparos. Por um lado, ela estabelece uma relação imprópria entre Estado e ideologia através do conceito de aparelhos ideológicos de Estado. Por outro lado, sua concepção de ideologia está presa a uma das facetas do economicismo: o reducionismo de classe.³⁰

²⁹ - Althusser, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Ed. Graal, 1983, p. 86.

³⁰ - Mouffe, Chantal. *"Hegemonia, Política e Ideologia"* in Del Campo, Julio Labastida, *Hegemonia y Alternativas Políticas en América Latina*, México, 1985, p.128

Para poder explicar o papel da ideologia numa dada formação social, o conceito de aparelhos ideológicos de Estado tenta incorporar os mecanismos de hegemonia nas instituições privadas. De acordo com esta perspectiva, a hegemonia de uma classe social se exerce através da imposição da ideologia dominante graças ao controle que esta exerce sobre os aparelhos ideológicos de Estado.

A objecção que se pode fazer diz respeito ao próprio conceito de aparelhos ideológicos de Estado. O Estado subordina todas as instituições, visto que são consideradas "aparelhos ideológicos de Estado". Por outro lado, na medida em que os aparelhos ideológicos de Estado se encontram unificados pela ideologia dominante e "*expressam os efeitos dos choques entre classes sociais*", não fica claro como eles se constituem "*não apenas os meios mas também o lugar da luta de classes.*" ³⁰

A segunda objecção que se pode fazer vem de encontro à anterior. Refiro-me ao "reducionismo de classe" que caracteriza esta perspectiva de análise do processo ideológico, uma vez que as ideologias são tomadas como a expressão de interesses de classe no nível económico. Elas consistem, portanto, em sistemas de representação opostos e têm carácter de classe definitivo. No nível teórico, esta perspectiva implica a impossibilidade de admitir uma autonomia e eficácia próprias às ideologias. No nível

³⁰ - idem, p. 130

prático, significa a ausência de mudanças e conflitos no plano da ideologia.

Diferentemente desta linha, podemos encontrar em Gramsci outra vertente de análise da relação entre Estado e instituições que vislumbra uma concepção de "Estado Integral" (Mouffe, Chantal, op. cit., p. 133). O Estado inclui a sociedade civil, ou seja, abrange a sociedade civil (no sentido que se deve considerar o Estado igual à sociedade política mais a sociedade civil). A hegemonia, deste modo, é uma síntese de consentimento e coerção.

O "Estado Integral" é aquele que superou a fase econômico-corporativa e se posiciona como organizador na construção da hegemonia burguesa exercendo um papel positivo e educador, não por impor a ideologia da classe dominante, mas por estabelecer um princípio articulador dos elementos ideológicos fundamentais de uma sociedade.

Por outro lado, na medida em que o Estado é concebido como organismo próprio de um grupo destinado a criar condições favoráveis à expansão do próprio grupo, a vida estatal é concebida como a contínua formação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental, que deve abrir mão dos seus interesses econômico-corporativos, e os grupos subordinados.

Já em relação à luta ideológica de classes, esse mesmo autor aponta, como mostrei anteriormente, para uma perspectiva que possibilite analisar a natureza material da ideologia e o seu funcionamento enquanto prática produtora

de sujeitos. Neste processo, princípios ideológicos que não possuem um caráter de classe pré-determinado se articulam com um princípio hegemônico classista.

Portanto, se a perspectiva teórica presente no trabalho sobre os aparelhos ideológicos de Estado aponta, por um lado, para o fato da mídia ser responsável pela reprodução das regras de poder dominante na sociedade, ela não permite uma compreensão política da autonomia e da especificidade da TV. O equacionamento adequado desta questão implica em compreender o papel político e ideológico que o telejornal de uma empresa privada, que atua sob o regime de concessão pública, representa na construção da ordem democrática burguesa.³¹

B) IDEOLOGIA E DISCURSO

A análise do processo ideológico na produção da mensagem do noticiário político e econômico do Jornal Nacional é feita aqui a partir de uma concepção materialista. Dentro desta perspectiva, a ideologia se constitui em prática social de interpelação dos indivíduos

³¹ - Sobre o papel político do empresariado de comunicação na sociedade brasileira ver: Herz, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*. ED. Tchê, 1987. Ver também sobre as políticas de concessões: Oliveira, Dennison, *Estado e Mercado na Radiodifusão*, tese de mestrado, ciência política, IFCH, Unicamp, 1990.

em sujeitos, estando inscrita, em suas práticas, em um aparelho.

Compreendendo os processos discursivos não exclusivamente como fenômenos lingüísticos, mas sim como uma materialização específica da ideologia,³² a Análise do Discurso (AD) européia permite uma investigação sobre as relações entre a linguagem e a sua exterioridade. De acordo com esta perspectiva, para analisar textos é preciso uma mudança de terreno, uma ruptura metodológica. Essa ruptura nasce da idéia de que o estudo de significações é fundamental e supõe a intersecção de conceitos que fazem parte da reflexão sobre as formações sociais. Deste modo, a AD se apresenta como a articulação entre três regiões do conhecimento científico:

- 1- o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações.
- 2- a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e processos de enunciação.
- 3- a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Tendo em vista a articulação feita pela AD entre estas regiões do conhecimento científico, alguns conceitos tornam-se fundamentais para a sua prática.

A análise da linguagem verbal tem como tópico específico a lingüística que, a partir de Saussure, torna-se

³² - Ver Pêcheux "A propósito da Análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)" in Por uma análise automática do discurso, Campinas, Unicamp, 1990, p. 166.

uma ciência. Para ele, a língua, objeto da lingüística, está inserida em uma ordem lógico-estrutural. A língua, e não a fala (a competência, e não o desempenho) torna-se, pois, um objeto ideal, transparente, homogêneo e abstrato: é definida como um sistema de signos ou um conjunto de sentenças bem formadas. As línguas humanas passam a ser classificadas conforme modelos teóricos que descartam de suas análises as condições reais de produção do ato lingüístico. Enquanto sistema, a língua, ainda para esses lingüistas, é analisada somente sob o ângulo de seus mecanismos internos.

A noção de discurso desloca a reflexão para além da dicotomia língua/fala ou competência/desempenho. A língua não aparece como sistema abstrato (ideologicamente neutro) ou como código (com noção puramente informativa). Há também a recusa da noção de competência, já que esta supõe os locutores, que em Chomsky são ideais, não têm história, nem inconsciente.

A análise de discurso, deste modo, introduz através da noção de sujeito a noção de ideologia e a noção de situação social e histórica. Ao introduzir a noção de história vai trazer para a reflexão as questões do poder e das relações sociais.

Partindo de premissas materialistas (Pêcheux, 1975), o discurso é compreendido enquanto uma prática e não um conjunto de textos. Isto significa que a unidade do discurso não está *"na coerência visível e horizontal dos elementos formados: ela reside bem aquém, no sistema que torna*

possível e rege uma formação" (Foucault, 1986)³³. Deste modo, para se encontrar a regularidade de um discurso, não se analisam os seus produtos, mas os processos de sua produção.

O discurso é definido não como transmissor de informação, mas como efeito de sentido entre locutores. Assim se considera que o que se diz não resulta só da intenção de um indivíduo em informar o outro, mas da relação de sentidos estabelecidas por eles em um contexto social e histórico. (Orlandi, Eni - 1986)³⁴

Sobre a investigação do "efeito de sentido entre locutores", desloco-me do terreno do discurso em sua relação com a ideologia propriamente dita e procuro analisar os procedimentos que nos indicam o modo de formação desses efeitos. Desse modo, apoio-me em Ducrot.³⁵ Para este autor, no processo de enunciação, faz-se necessário uma distinção entre o locutor e o enunciadador. Para o autor, locutor é aquele que produz as palavras no momento da enunciação e por elas se responsabiliza. Frequentemente coincide com o falante do discurso, sendo designado pelas marcas da primeira pessoa. No entanto, nem sempre é o autor empírico do discurso, pois pode incorporar à sua fala, as falas de outros locutores. Para distinguir a figura do locutor dessas

³³ - Foucault, Michel, "A ordem do discurso", Unicamp, mimeo, 1973.

³⁴ - Orlandi, Eni. O que é Lingüística. Coleção Primeiros Passos.

³⁵ - Ducrot, Oswald. O Dizer e o Dito. Campinas, Pontes Editores, 1987.

outras vozes, Ducrot introduziu o conceito de enunciador. Enunciador é aquele a quem é atribuída a responsabilidade dos atos ilocutórios veiculados pelo enunciado do locutor. É ele que está na base das perspectivas diferentes do significar.

A esse primeiro par - locutor/enunciador - associa-se um outro que lhe é correlato - alocutório/destinatário. A enunciação produzida por um locutor dirige-se a um alocutário que, no discurso, é representado por todos as marcas da segunda pessoa, enquanto o destinatário é a pessoa a quem os atos ilocutórios produzidos pelo enunciador efetivamente se destinam.

De acordo com Pêcheux,

*"O discurso, embora não possa ser identificado à ideologia (o que seria uma concepção idealista da ideologia como esfera das idéias e dos discursos), deve ser concebido como um dos aspectos da materialidade ideológica. Dito de outra maneira, segundo nossa perspectiva, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que equivale a dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar necessariamente colocam como um de seus componentes, várias formações discursivas interrelacionadas."*³⁴

Dentro desta perspectiva, procura-se examinar em que medida, através do efeito de autonomia do sujeito discursivo - ilusão de unidade do discurso do sujeito falante - se realiza, em favor de uma determinada formação discursiva (Foucault - 1973), a sustentação, oposição ou apagamento de outras formações. De acordo com este propósito, o discurso

³⁴ - Pêcheux, Michel, 1975, op. cit., p. 166.

se constitui enquanto "efeito de sentido entre locutores", que, segundo Foucault, possui uma regularidade e materializa o contato entre o lingüístico e o ideológico. (Pêcheux, 1975)

No processo de análise de discurso, é necessário referir-se ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de sua produção. As condições de produção compreendem a história individual dos locutores, o contexto histórico-político e outros aspectos de ordem social e econômica. (Orlandi, 1988)³⁷

As formações discursivas (Foucault, 1986)³⁸ estabelecem-se a partir de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento, transformação. As regras de formação determinam condições de existência, coexistência, modificações e desaparecimento de uma formação discursiva dada. Uma formação discursiva é essencialmente lacunar em função do sistema de formação de suas estratégias, e pode ser individualizada através desses sistemas. As formações discursivas, por outro lado, segundo Pêcheux, representam as formações ideológicas.

A proposta desta pesquisa situa-se, desta forma, nesta linha de trabalho que, tendo em vista as condições de produção historicamente propiciadas pela TV-Globo, procura examinar a constituição de uma concepção hegemônica de

³⁷ - Orlandi, Eni, A Linguagem e seu Funcionamento, Campinas, Cortez, 1988.

³⁸ - Foucault, A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro, Forense, 1986.

noticiário político e econômico através da análise do discurso concebido como um dos aspectos da materialidade ideológica. Procura, também, analisar a oposição e o apagamento de "vozes" de concepções de noticiário que, naquele espaço público de massa, estão em conflito com a concepção hegemônica.

CAPITULO II

A INDÚSTRIA CULTURAL NO BRASIL

O processo de formação de uma Indústria Cultural no Brasil, enquanto um sistema de complexos empresariais, ganha maior nitidez em meados dos anos sessenta, quando completa-se a formação das bases materiais e políticas que a tornaram possível.

Dentre o conjunto de transformações pelas quais passa a sociedade brasileira, o primeiro aspecto que merece ser mencionado diz respeito às transformações econômicas do país. A formação social brasileira ingressa na etapa monopolista do processo de acumulação capitalista com o término do processo de substituição de importações. Em virtude de seu próprio caráter tardio, este processo se faria apoiado não só no capital nacional, mas também no capital estrangeiro e no Estado, que teria grande peso e atuação³². Em termos cronológicos, entre 1956-61, o crescimento industrial se deu com base no departamento de bens de produção e no de bens de consumo capitalista ou

³² - cf. Também Tavares, Maria da Conceição, *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Tese de Livre-Docência, Campinas, s.d., "Alcançada esta etapa que significa o passo histórico à auto-determinação do capital, entra-se efetivamente na configuração de um padrão de acumulação especificamente capitalista, apesar de que isso possa significar para os países periféricos um acentuado grau de "subdesenvolvimento" de uma parcela considerável de suas "forças produtivas", uma maior heterogeneidade estrutural do aparelho produtivo e também uma maior "dependência" em termos financeiros, tecnológicos e eventualmente políticos em relação "ao capital internacional", p. 78.

durável, estando estes últimos subordinados aos primeiros. O período de 1962-67 foi caracterizado pela recessão e o de 1968-74 marcado por um novo ciclo de crescimento: o período do "milagre", com liderança clara do setor de duráveis, principalmente os automóveis e a construção civil.⁴⁰

Outro aspecto importante para a consolidação da Indústria Cultural foi o reordenamento político do país após o Golpe de 1964, que levou ao autoritarismo cujos sinais de esgotamento tornam-se nítidos a partir de meados dos anos setenta.⁴¹ O novo pacto de poder fundamentado numa aliança entre a burguesia, classes médias e militares, excluindo as classes populares, redefiniu as relações entre burguesia e Estado.⁴²

⁴⁰ - ver Cardoso de Melo, J.M. e Bellurzo, L.C.M., op. cit. pp. 18-21 ver também, Oliveira, Francisco de. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, 1977, cap. 3, uma outra linha analítica.

⁴¹ - A noção de autoritarismo, utilizada por diferentes autores, foi sintetizada, enquanto tipo ideal, por Juan Linz, nos seguintes termos:

"Regimes autoritários são sistemas políticos com um pluralismo limitado e não responsável, sem uma ideologia elaborada e dirigente (porém, com mentalidades específicas) sem mobilização política intensiva ou extensiva (exceto alguns pontos de seu desenvolvimento), e nos quais um líder (ou às vezes um pequeno grupo) exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas realmente bem previsíveis". "Um regime autoritário: Espanha", in: Cardoso, Fernando Henrique e Martins, Carlos E. (org.), Política e Sociedade, São Paulo, Nacional, 1969.

⁴² - Cardoso, Fernando Henrique. O Modelo Político Brasileiro. São Paulo, Difel, 1973, 2a. ed., p. 68. Isto não significa que a aliança incluísse todos os setores da burguesia ou da classe média, o tempo todo. *"O golpe de 64 deslocou o setor nacional burguês e o grupo estatista desenvolvimentista da posição hegemônica que mantinham em proveito do setor mais internacionalizado da burguesia".* Os setores tradicionais das classes médias e os ligados à grande propriedade rural também *"foram progressivamente aliçados das posições de poder dentro do Estado, em benefício dos já referidos grupos modernos."* Ver também, Cardoso, Fernando Henrique, Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973.

Portanto, foi nos marcos do capitalismo tardio e sob um regime burocrático autoritário controlado pelos militares, onde parte dos direitos de cidadania foram restringidos ou extintos, que a Indústria Cultural se desenvolveu e ganhou a sua especificidade no Brasil.

Examinando mais cuidadosamente o processo de estruturação da Indústria Cultural, percebe-se que alguns aspectos favoráveis ao seu desenvolvimento derivaram do seu próprio monopolismo. Outros derivaram de medidas governamentais para preparar a expansão capitalista, ou ainda, do próprio autoritarismo do regime.⁴³

Retomando a questão econômica, pode-se notar que a industrialização ocasionou um processo de concentração e centralização do capital⁴⁴ ao lado de uma maior divisão social e técnica do trabalho.⁴⁵ Acrescentam-se, ainda, os efeitos da urbanização, que aumentaram a diferenciação social. Isto se deu principalmente com a emergência dos novos setores da classe média ligados às áreas industriais e considerados improdutivos, como também, com o

⁴³ - Fundamento-me aqui em Goldenstein, Gisela, *Folhas ao Vento: contribuição para o estudo da Indústria Cultural no Brasil*, tese de doutorado, FFLCH, USP, 1986.

⁴⁴ - Cf. Cardoso de Mello, J.M. e Belluzzo, L.C.M., "Reflexões sobre a crise atual", op. cit. "A política de estabilização acelerou a queima de capital excedente, produzido pela expansão anterior, criando assim as condições para que se promovesse a centralização necessária para a retomada" (p. 20).

⁴⁵ - Sobre o processo de trabalho no capitalismo monopolista, ver: Braverman, Harry, *Trabalho e Capital Monopolista*, trad. port., Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

desenvolvimento do comércio e dos serviços. O crescimento do setor produtivo estatal e a modernização do próprio aparato do Estado também fornecem quadros para estes novos setores médios. A redistribuição de renda prejudicando os assalariados de base em favor tanto dos estratos médios mais altos (decorrentes da modernização política e econômica do pós-64) como da população de alta renda, ajudou a fazer desses novos setores médios o grande mercado para os produtos da nova indústria⁴⁶ e também para os da Indústria Cultural.

A despeito da concentração de renda, parcelas das camadas de rendas mais baixas tiveram acesso a alguns itens desse mercado através do endividamento e do crescente número de trabalhadores em cada família.⁴⁷ No entanto, esse mercado, embora grande, em termos absolutos excluía boa parte da população brasileira.

O governo pós-64 realizou, ainda, uma ampla reforma do ensino que contribuiu na constituição de um mercado para a Indústria Cultural. Segundo Luís Antonio Cunha, essa reforma, feita entre 1969 e 1971, deveu-se em parte a pressões das camadas médias. Os setores que antes tinham atividades ligadas ao pequeno comércio e à indústria, diante da concentração do capital, passaram a demandar a

⁴⁶ - Cf. Tavares, Maria da Conceição, "Distribuição de Renda, Acumulação e Padrões de Industrialização"

⁴⁷ - Ver Wells, J.R. "Subconsumo, tamanho de mercado e padrões de gastos familiares no Brasil", in: Estudos CEBRAP 17, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, jul-ago-set/1975.

Universidade. Esquemáticamente, a Reforma Universitária fez com que parte do ensino do terceiro grau passasse para a iniciativa privada e que o ensino de segundo grau também fosse reformulado, numa tentativa de desviar e absorver parte da demanda voltada para a Universidade.

O ensino de primeiro grau, todavia, foi o que, em termos absolutos, teve a maior expansão.⁴⁸ A questão do analfabetismo e os baixos índices de escolaridade foram questões urgentes na reforma do ensino. Além disto, o ensino foi uma obra de interesse para o Estado autoritário, com vistas à imposição de seus valores à sociedade. Paralelamente ao afastamento dos "docentes perigosos" e à instituição do decreto 477, foram criados os cursos de Moral e Cívica em todos os níveis. O Estado expandiu não só a escolarização formal mas também os cursos paralelos, como o Mobral, o Projeto Minerva e diversos supletivos. A despeito de seu fracasso em termos qualitativos, esses supletivos contribuíram para aumentar o mercado de leitores dos produtos da Indústria Cultural, assim como contribuíram para que se criasse uma certa solidariedade entre o Estado e os meios de comunicação de massa nas mãos da iniciativa privada. Alguns desses cursos foram transmitidos não só pelas redes de emissoras educativas do governo mas, também, por emissoras de rádio e TV da rede privada. Já as editoras da iniciativa privada cuidaram da produção de fascículos e

⁴⁸ - C. Cunha, L.A. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, Rio de Janeiro, F. Alves, 1975, cap. 5.

apostilas de certos cursos, que também foram fonte de receita e lucro. Por outro lado, a "socialização" promovida por um meio de comunicação podia ajudar a criar um mercado para outros investimentos, uma vez que a "modernidade capitalista" era vendida em todos os programas, mesmo que de maneira distinta. Essa socialização, se promovida isoladamente, não seria condição para aumentar o mercado em potencial.⁴⁹

A publicidade, com a entrada do país na etapa monopolista, firmou as bases de seu desenvolvimento. Nessa fase, ela ganha relevância no processo de acumulação, tanto como elemento que agiliza o processo de realização e de rotação do capital dos setores da economia ditos produtivos,⁵⁰ como técnica privilegiada de competição entre grandes empresas.

A publicidade, sem dúvida alguma, conheceu um grande desenvolvimento. Entre 1970 e 1974, por exemplo, os investimentos nesta área passariam de 370 para 900 milhões de dólares.⁵¹

⁴⁹ - Ver a análise que Cunha faz do conteúdo de alguns cursos. Em outra linha, esta "solidariedade" é tratada por Miceli, S., em *A Noite da Madrinha*. São Paulo, Perspectiva, 1972.

⁵⁰ - Ver Arruda, Maria Arminda N. *A Embalagem do Sistema*, São Paulo, Duas Cidades, 1985 e também ver Baran, P. e Sweezy, P. *Capitalismo Monopolista*, trad. port., 2a. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1972 e "Teses sobre a Propaganda" in: Cohn, G. (org.), *Comunicação e Indústria Cultural*, São Paulo, Nacional, 1971.

⁵¹ - Ver Arruda, Maria Arminda, op. cit.

A importância da publicidade está em financiar, em parte ou totalmente, a maioria dos meios de comunicação, além de promover o grande desenvolvimento do merchandising no Brasil nesse período.⁵²

Segundo Sérgio Miceli:

"(...) No decorrer da década de 70 a televisão foi canalizando uma proporção crescente de verbas publicitárias, tendo passado de 39,6% em 1970 para 57,8% em 1980, provocando, conseqüentemente, o recuo das mídias concorrentes quanto à participação no investimento publicitário. Nos últimos três anos, por conta da recessão e da crise econômica que afetou, embora em medida um tanto desigual, todos os setores dinâmicos da Indústria Cultural, o rádio apresentou ligeira melhora quanto à sua participação no reparte de investimentos publicitários (de 8,1% em 1980 para 9,8% em 1983), o consumo das revistas de entretenimento e de informação persiste em queda (de 14,0 para 11,5% em 1983), acumulando quase dez pontos percentuais de retração desde o início da década, apenas os jornais tendo recuperado parte substancial do terreno perdido apropriando-se de 30% da verbas em publicidade em 1983 (...)."⁵³

Com a entrada na fase do capitalismo monopolista do processo de acumulação, a sociedade brasileira, portanto, passou por um conjunto de transformações econômicas e sociais cuja especificidade diz respeito a outro personagem: o Estado.

Na sociedade brasileira, "paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção e cultura e do

⁵² - Miceli, Sérgio, *Entre no Ar em Belíndia*, Cadernos IFCH, UNICAMP, no 15, out/1974, quadro IV, p. 33.

⁵³ - Miceli, Sérgio, op. cit., p. 10.

mercado de bens culturais". (Ortiz, 1987) Todavia, a expansão das atividades culturais se fez associada a um controle estrito das manifestações que poderiam contrapor-se ao regime autoritário.

A importância do Estado diz respeito a um conjunto de fatores aos quais me deterei a seguir. A atuação direta do Estado na Indústria Cultural pode ser medida por sua participação junto à publicidade, seja na atividade econômica, através dos investimentos em bens de consumo coletivo, em infra-estrutura e no setor produtivo, seja por sua participação como anunciante. Depois de 1964, houve um volume muito grande de anúncios envolvendo estatais e o governo propriamente dito, tanto federal como estadual e local. Foi a época do "Brasil, ame-o ou deixe-o", "Ninguém segura este país" etc..

O Estado autoritário tomou medidas que, fundamentadas na Doutrina de Segurança Nacional, favoreceram a Indústria Cultural. Elas dizem respeito ao desenvolvimento da infra-estrutura de telecomunicações que, por sua vez, dá impulso à indústria eletrônica. Miceli esclarece a questão:

"A consolidação das redes de televisão no Brasil se viabilizou a partir da implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações (EMERATEL) com seu plano de estações repetidoras e canais de micro-ondas. Entre 1968 e 1973, enquanto a economia crescia a uma taxa média anual de 11%, o setor de equipamentos eletrônicos se expandia à taxa de 20%." 64

Semelhantemente às áreas da chamada produção material, formou-se também uma espécie de tripé (Capital Nacional - Estado - Capital Estrangeiro). O capital nacional estava mais presente no rádio, na TV e na imprensa, embora se ligasse ao capital internacional por meio da publicidade. O Estado, embora não controlasse diretamente a Indústria Cultural, passou a intervir nas esferas de produção do teatro (Sistema Nacional de Teatro), do cinema (Embrafilme), do livro-didático (Instituto Nacional do Livro), das artes e do folclore (Funarte), além de promover a infra-estrutura tecnológica já mencionada anteriormente.

O Estado, portanto, foi fundamental para o desenvolvimento dessa indústria: gastou em publicidade, investiu em telecomunicações, cuidou da educação e forneceu subsídios para a renovação e ampliação de equipamentos, além de dar suporte ao modelo econômico cujo crescimento foi sustentado pelo setor de duráveis, que seriam anunciados pelos meios de comunicação.

A relação que se estabelece entre o Estado e os empresários no pós-64 passa a ser mais orgânica. O golpe de 64 mostra, neste aspecto, como os interesses militares e empresariais brasileiros se articularam para a derrubada do regime de Goulart.⁵⁵ Os empresários da cultura não fogem à regra. Dentre os grupos livreiros que financiaram as atividades do IPES (Instituto de Pesquisas Sociais), estão

⁵⁵ - Rene Dreifuss. 1964: A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.

as editoras Agir, Globo, Kosmos, LTB, Monterrey, Nacional, José Olímpio, Vecchi, Cruzeiro, Saraiva e GRD.⁵⁶ Neste sentido, como já mencionei anteriormente, existiu uma "afinidade" entre o Estado autoritário e o setor empresarial do livro.

As afinidades entre Estado e empresariado não se dão exclusivamente com respeito ao tripé do desenvolvimento econômico (Estado - Capital Nacional - Capital Internacional) ou com relação ao golpe de 64, mas também no nível ideológico. Neste aspecto concordo com Renato Ortiz (1987) que, ao analisar a ação dos militares no campo das telecomunicações, aponta para as afinidades entre a Ideologia de Segurança Nacional e a "preocupação mercadológica" dos empresários da cultura. Segundo Ortiz:

"(...) Não deixa de ser curioso observar que o que legitima a ação dos militares no campo das telecomunicações é a própria Ideologia da Segurança Nacional. A idéia de "integração nacional" é central para a realização desta ideologia que impulsiona os militares a promover toda uma transformação na esfera das comunicações. Porém, como simultaneamente este Estado atua e privilegia a obra econômica, os frutos desse investimento serão colhidos pelos empresários televisivos. Não se pode esquecer que a noção de integração estabelece uma ponte entre os interesses dos empresários e dos militares, muito embora ela seja interpretada pelos industriais em termos diferenciados. Ambos os setores vêem vantagens em integrar o território nacional, mas enquanto os militares propõem a unificação política das consciências, os empresários sublinham o lado da integração do mercado." ⁵⁷

⁵⁶ - Laurence Hallewel. O Livro no Brasil. São Paulo, T.A. Queiroz/EDUSP, 1985.

⁵⁷ - Ortiz, Renato. A Moderna Tradição Brasileira. Brasiliense, 1987, p. 118.

Ainda segundo Ortiz, no caso da sociedade brasileira, o processo de consolidação da Indústria Cultural

"se beneficiou, portanto, de um reforço político. O Estado autoritário teve interesse em eliminar os setores que pudessem oferecer alguma resistência. Nesse sentido, a repressão aos partidos políticos, aos movimentos sociais e à liberdade de expressão contribuiu para que fossem suprimidas as formas críticas de expressão cultural. Por outro lado, a política de concessões de canais de televisão privilegiou os grupos empresariais com maior afinidade com a área militar. A TV-Globo, principalmente, cujos contatos com os militares eram fortes, pode se beneficiar da "solidariedade" do regime que não hesitou em favorecê-la no caso Time-Life. Estabeleceu-se, a partir de então, uma aliança com o Estado autoritário, possibilitando que os objetivos de "Integração Nacional" pudessem ser concretizados na esfera da TV." ⁵³

No caso da TV-Excelsior, o que acontece é justamente o oposto. Fundada pelo Grupo Simonsen em 1960, desde o início teve problemas em seu funcionamento. Sendo de orientação nacionalista e tendo apoiado João Goulart, foi invadida pelos militares e recebeu atenção especial da censura no pós-64.

A "face autoritária do Estado" manifestou-se também através da censura⁵⁴ que, no caso da Indústria Cultural e principalmente da televisão, gerou conflitos não num embate entre o Estado e as emissoras de TV, mas no tratamento dado

⁵³ - Sobre a associação da Globo ao Grupo Time-Life e o processo promovido pela CPI do Congresso, ver: Daniel Heri, *A História Secreta da TV-Globo*. Porto Alegre, Tchê, 1987.

⁵⁴ - Ortiz, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1987, p. 117, cita Hallelwel, L. O Livro no Brasil. São Paulo, I.A. Queiroz/EDUSP, 1985.

ao seu produto (programas). Novamente Ortiz esclarece a questão:

"(...) Os interesses globais dos empresários da cultura e do Estado são os mesmos, mas topicamente eles podem diferir. Como a Ideologia de Segurança Nacional é "moralista" e a dos empresários é mercadológica, o ato repressor vai incidir sobre a especificidade do produto. Devemos, é claro, entender moralista no sentido amplo de costumes, mas também político. Mas se tivermos em conta que a Indústria Cultural opera segundo um padrão de despolitização de conteúdos, temos nesse nível, senão uma coincidência de perspectiva, pelo menos uma concordância. O conflito se instaura quando ocorre o tratamento de cada produto pela censura, o que permite que a questão de fundo, a liberdade de expressão, ceda lugar a um outro tipo de reivindicação." 60

O processo de constituição de uma Indústria Cultural, enquanto um sistema de complexos empresariais responsáveis pela produção de mercadorias culturais, no caso da formação social brasileira, dá-se articulada com o Estado autoritário e por ele tutelada. Considerar a presença massiva do Estado na sociedade brasileira é fundamental para a compreensão e análise das mensagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa.

60 - Ortiz, Renato. op. cit., p. 119.

A)A TV-Globo e o Telejornalismo

A TV-GLOBO vai ao ar um ano depois do Golpe Político-Militar, em abril de 1965. Embora ela não se distinga significativamente das demais num primeiro momento, gradativamente vai se tornando a emissora de televisão mais importante do país, não só pela sua extensa audiência mas, principalmente, pela sua sofisticação tecnológica.

A TV-Globo, enquanto uma empresa da Indústria Cultural, surgiu e cresceu justamente num período(década de 60 e 70) no qual ocorre uma mudança na atividade gerencial e empresarial. Renato Ortiz descreve este processo:

"(...) A Indústria Cultural não escapa a este processo de transformação; os capitães das indústrias dos anos anteriores cedem lugar ao manager. O espírito empreendedor de Chateaubrind caracteriza toda uma época, mas ele é inadequado quando se aplica ao capitalismo avançado. (...) Contrariamente ao espírito calvinista weberiano que se fundamenta no indivíduo, traço correspondente ao início do capitalismo, os novos proprietários são homens de organização e de uma certa forma se perdem na impessoalidade dos "impérios" que construíram.⁶¹

Acompanhando esse processo, a Globo tornou-se rapidamente uma grande emissora, não só pelos capitais que a financiaram (associado ao grupo Time-Life),⁶² mas também pela sua estratégia de comercialização e pela equipe de marketing e publicidade que a dirigia. Segundo Maria Rita

⁶¹ - Ortiz, Renato, op. cit, p. 119.

⁶² - Herz, Daniel, A História Secreta da TV-Globo. Porto Alegre, Tchê, 1987, Cap. V e VI, pp. 121 a 189.

Kehl, "a virada da Globo se dá no começo de 1966 com a mudança na concepção do que viria a ser o veículo de televisão: a emissora deixa de ser dirigida por gente do meio artístico e jornalístico e passa a ser controlada por homens de publicidade e marketing, tendo na cabeça Walter Clark, o homem que pensou a televisão em termos da indústria da propaganda".⁸³

A estratégia de comercialização da TV-Globo, tal como mostra Maria Rita Kehl, tem como um de seus aspectos mais importantes a "horizontalização da programação", ou seja, a constituição de um conjunto de programas de diversos horários que caracterizam a emissora.

A importância da programação é explicada por Júlio Garcia Espinoza:

"(...) La programación es el ordenamiento, la ierarquización, la composición de los programas que exhiben diariamente. Es también como si toda ella fuera el montaje de un único y variado programa. Sólo que este montaje se concibe como único tanto de la producción, como para la exhibición. Por eso no existe una doble programación como en el cine, porque como ya hemos reiterado, producción, distribución y exhibición, son sola una cosa en la televisión." ⁸⁴

Em termos de avanço tecnológico de uma empresa capitalista, que visa o lucro através da "venda do tempo" de acordo com índices de audiência, a horizontalização da

⁸³ - Kehl, Maria Rita. "Eu vi um Brasil na TV.", in: Costa, Alcir H., Um País no Ar, Brasiliense, São Paulo, p. 173 e 174.

⁸⁴ - Espinoza, J. G., Una Imagen Recorre el Mundo. Ed. Letras Cubanas, Havana, Cuba, 1979, p.90.

programação foi importantíssima. Neste aspecto, novamente, fundamento-me no trabalho de Maria Rita Khel:

"(...) A audiência, repetia-se muito na Globo, é um hábito. Não é um programa, mas o conjunto deles que conquistou a liderança".

A programação da TV Globo, aliás, desde o início, preocupou-se em definir uma estratégia de conquista de mercado. "O que importava não era colocar todos os esforços e recursos para fazer um programa que fosse o melhor da TV brasileira e conquistasse a liderança da audiência, mas, sim, fazer uma programação líder, distribuindo recursos entre o maior número de programas possíveis e mantendo um padrão de qualidade homogêneo entre eles".⁶⁵

A TV-GLOBO, assim, distingue-se das outras emissoras principalmente por sua concepção moderna de empresa e marketing. Em relação a este aspecto, o depoimento de Mauro Salles, responsável pela criação do departamento de telejornalismo da Globo, em 1965, esclarece:

"(...) A grande mudança introduzida pela Globo, saldo da relação com o grupo norte-americano, foi a mudança do conceito quanto ao que é uma empresa. Desde a regra mais simples - o que entra deve ser maior do que o que sai - até o sentido de planejamento do que vai acontecer daqui a dois, três, cinco anos, o sentido de investimento, uma programação, o sentido de buscar experiências no exterior que serviram para o Brasil." ⁶⁶

⁶⁵ - Khel, *op. cit.*, p. 176.

⁶⁶ - Khel, *op. cit.*, p. 185.

A programação da Globo ganha uma grande sofisticação, ligada à introdução do chamado "padrão global" ao final do governo Médici. Nesta fase, a emissora firma sua linha de programação. Tal fato ocorre horizontalmente e verticalmente. No primeiro caso, pelo menos de segunda à sexta-feira, e, para as novelas e telejornais, de segunda à sábado, o espectador encontra quase o mesmo tipo de programa de acordo com o horário: novela às seis e sete, jornal às oito, novela de novo, show às nove, novela às dez, jornal às onze etc.. No segundo caso, durante um dia inteiro de programação, os logotipos o tipo de apresentação e um determinado padrão visual dos programas definem uma linha que aja no sentido de criar o hábito no telespectador e não quebrá-lo nunca.

A base da programação da Globo, segundo Sérgio Miceli (op. cit.), está no tripé novelas - shows - jornalismo, introduzindo os seriados nacionais em 1978.

As novelas, por outro lado, constituíram, desde o início até os dias de hoje, uma peça chave da programação global. Desde meados de 1967, a Globo passou a investir nesse tipo de programação, embora ainda mantivesse programas de auditório como, por exemplo, o de Silvio Santos até 1975.

Na área de telejornalismo, tema que mais nos interessa, a TV-GLOBO apresenta uma programação vertical e horizontal (vide anexo). O Jornal Nacional é o mais importante programa do telejornalismo, não só pela sua tradição, mas por ser considerado o programa de maior e mais estável audiência na

televisão brasileira. Considero que este fato pode ser explicado, em parte, pela sua localização estratégica no conjunto da programação. "Ele vai diariamente ao ar às 19:50 hs. (hoje 20:00), inserido entre duas novelas de maior IBOPE da emissora e, por outro lado, sua duração contribui também para o seu sucesso: nos primeiros anos, no máximo 15 minutos até formar o hábito do telespectador para a meia hora do JN nos dias de hoje." 67

Gostaria de ressaltar, finalmente, que o peso político da televisão é inegável nos dias de hoje. Segundo Sérgio Miceli,

"a televisão brasileira, sob a liderança da Globo, alterou drasticamente as relações de força entre os principais investidores institucionais no mercado de bens culturais, minando a posição até então homogênea dos grupos proprietários dos grandes diários editados no eixo Rio de Janeiro/São Paulo (o grupo O Estado de São Paulo/Família Mesquita; grupo Jornal do Brasil/família Pereira Carneiro; grupo Folha da Manhã/família Frias) e restringindo o raio de manobra e influência daquelas instâncias políticas (os partidos políticos oposicionistas, mas também o PDS, a Igreja Católica, as organizações mais prestigiosas das elites civis e militares, tais como a OAB, a AEL, o Clube Militar, etc.) cujo calibre de pressão depende cada vez mais do espaço e cobertura que lhe concedem os veículos de maior penetração da Indústria Cultural". 68

67 - Khel, op. cit., p. 266.

68 - O peso político da televisão, bem como os seus limites, podem ser percebidos por ocasião das eleições de 1982, e também ao longo da campanha pela eleições diretas. "(...) A Atitude da rede Rede Globo durante as apurações das eleições para governador do Rio de Janeiro foi a de boicote à candidatura de Leonel Brizola, não noticiando os resultados favoráveis a ele. No caso da campanha pelas eleições diretas a Globo tentou ignorá-lo não fazendo a cobertura do primeiro grande comício na Praça da Sé em São Paulo. Posteriormente acabou recuando, passando a ceder espaço crescente à campanha das diretas, transmitindo ao vivo o grande comício do Anhangabaú. No caso do boicote à Leonel Brizola, a Globo acabou sofrendo uma pesada derrota ao ser preterida na

A TV-GLOBO, portanto, se constitui numa empresa capitalista moderna com um peso significativo no quadro político brasileiro.

B) O Jornal Nacional

O Jornal Nacional, enquanto programa da Central Globo de Jornalismo, surgiu em 1º de setembro de 1969, estrategicamente colocado na programação da Globo no "horário nobre", entre as duas novelas de maior audiência. No ano de 1988, a Central Globo de Jornalismo estava sob o comando do jornalista Armando Nogueira.

A fórmula do telejornalismo da Globo, concebida por Nogueira (Revista Senhor - julho 1980), tinha como características: 1- uso de recursos tecnológicos e serviço de informação; 2- adaptação à imposição do veículo: períodos curtos, frases curtas, ordem verbal direta; 3- capacidade de trabalho sob tensão: transformar, sem problemas éticos, uma entrevista de 30 minutos em uma fala de 30 segundos; 4- prestar informação balanceada, ouvindo, no mínimo, os dois lados de uma mesma questão; 5- saber que a televisão não é uma formadora de opinião por que não tem opinião própria; 6- tornar o editor polivalente, fazendo sozinho o trabalho de

concorrência aberta pelo governo Brizola para a exclusividade da transmissão do carnaval carioca." (Miteli, Sérgio. Entre no Ar em Belíndia, Cadernos do IFCH, número 5)

som, imagem, edição etc., pois quanto maior a centralização, maior o controle da informação. ⁶⁹

A despeito das afinidades da emissora com o regime militar, o Jornal Nacional esteve, desde o início de sua criação até 1978, sob o controle da censura. Ao final de 1979, quando já não havia censura dentro da emissora, existia, segundo Armando Nogueira, apenas uma preocupação com o teor da emoção que se transmitia nos jornais e uma recomendação para se evitar o "agravamento de situações" como, por exemplo, a transmissão de um movimento grevista ao vivo. (Em 1978 e 1979, estouraram as greves do ABC.)

O Jornal Nacional, apesar de sua fórmula aparentemente rígida para o observador comum, sofreu transformações desde sua criação. Um bom relato publicado na Folha de São Paulo sobre estas transformações fornece alguns dados interessantes. Em 1985, aproximadamente, foram criadas as editorias especializadas (Brasil, Internacional, Economia, Cultura e Esportes). Em maio de 1988 foi criado o Núcleo de Reportagem. Todavia, a modificação mais perceptível da apresentação é a introdução dos "comentaristas", que antes trabalhavam somente no Jornal da Globo. A mudança de lugar de C.H. Amorim, Joelmir Betting e Alexandre Garcia fez parte do plano estratégico da emissora para qualificar a notícia com comentários gerados em ambientes que transmitissem informação extra. Com isto, a TV deixou de ter notícias

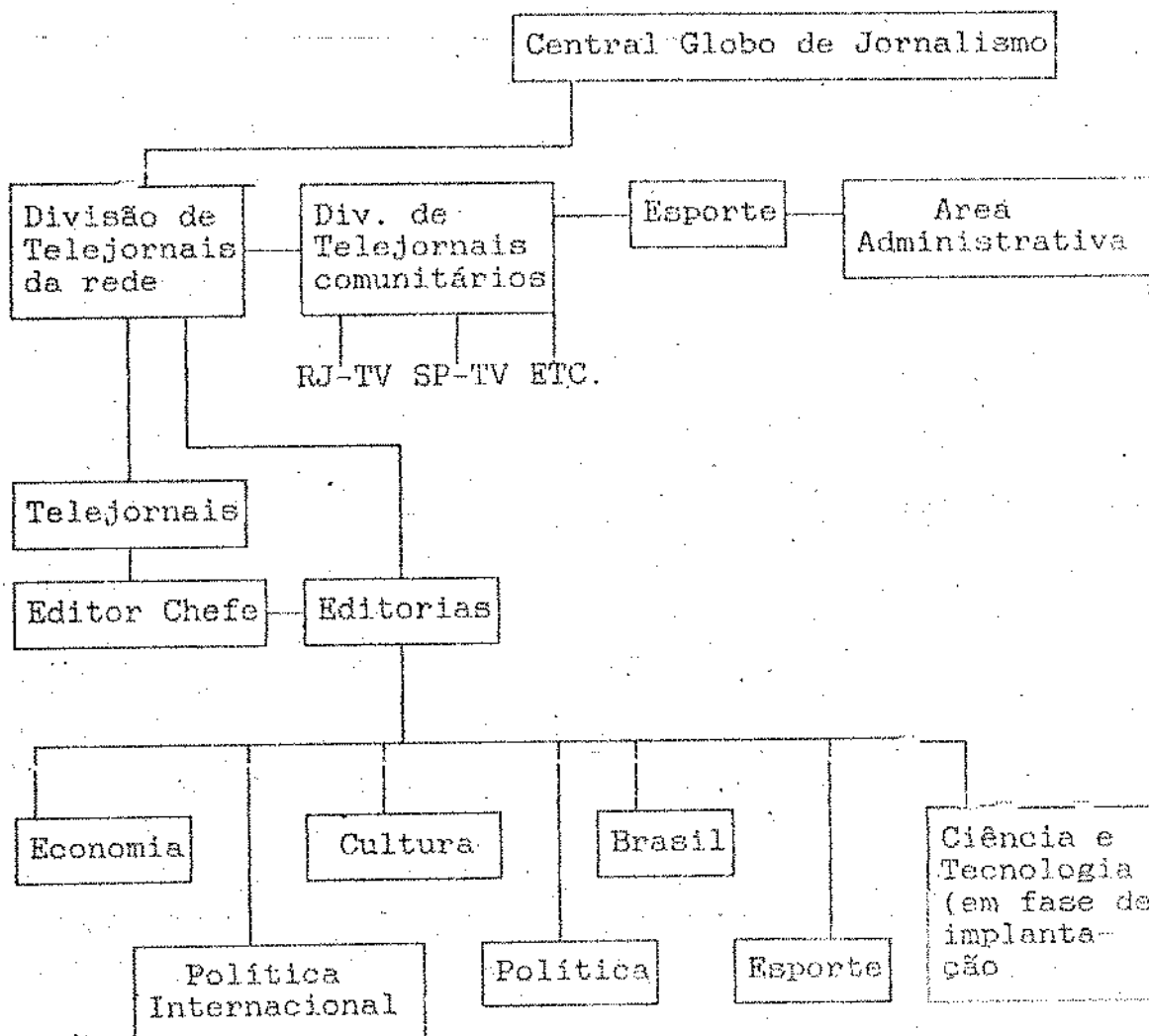
⁶⁹ - Khel, Maria Rita. op. cit., p. 268.

exclusivamente manchetadas, passando a ter também notícias comentadas.⁷⁰

C) Estrutura e Pessoal.

A estrutura do Jornal, inserida na Central Globo de Jornalismo no ano de 1988, pode ser melhor compreendida a partir do quadro abaixo:

⁷⁰ - Em depoimento à Folha de São Paulo (10/07/88), Armando Nogueira afirma a respeito da introdução dos comentaristas no Jornal Nacional: "Queremos que eles sejam analistas e não emitam opiniões em casos polêmicos. Em casos polêmicos a opinião pode até dar um colorido ao comentário. Em assuntos polêmicos prefiro que essas opiniões sejam dadas pelas diferentes correntes da sociedade."



Em termos de seu quadro de pessoal, o Jornal Nacional possui, ainda em 1988, a seguinte estrutura de telejornalismo característica da TV-Globo:

1) Editor-Chefe do Jornal Nacional: Ele é o responsável pela edição diária do Jornal Nacional. Vistoria as pautas, instrui repórteres, acompanha a edição de reportagens. É o responsável pela redação dos textos de abertura do jornal.

2) Diretor de Telejornais da Rede: Ele é o responsável pelos jornais da rede: "Bom dia Brasil", "Hoje", "Jornal da Globo" e, especialmente, "Jornal Nacional". Acompanha desde a pauta até a edição das reportagens. Funciona também como repórter. Faz a ponte entre a direção da Globo e o Jornal Nacional.

3) Diretora Executiva da Central de Jornalismo: Controla, à distância, o Jornal Nacional.

4) Diretor da Central Globo de Jornalismo: acompanha toda a programação de jornalismo na Globo. Tem conhecimento, com antecedência, de tudo que vai ao ar no Jornal Nacional, e pode intervir diretamente "censurando" reportagens contrárias aos interesses da emissora.

5) Presidente das Organizações Globo: Roberto Marinho. É o responsável pela linha editorial do Jornal Nacional e faz com que ela seja cumprida. Sugere pautas, passa "furos" aos editores e interfere na angulação das reportagens.

O quadro de pessoal do Jornalismo da Globo (inclui-se aqui o Jornal Nacional) é formado por:

Jornalistas: 600.

Iluminadores, Operadores de Câmeras, Operadores de Áudio: 250.

Câmeras: 65.

Horas gravadas de videotape por dia: 100.

A estrutura interna do programa é constituída pelas seguintes editorias:

1) Editor-Chefe do Jornal Nacional: responsável pela edição diária do Jornal Nacional e pela edição diária dos textos de abertura. É também um cargo de confiança da divisão de telejornais e do presidente das organizações Globo.

2) Editor de Economia: Responsável pela edição do noticiário econômico. Este noticiário divide-se em dois tipos de reportagens. Reportagens sobre consumo, ou seja, aquelas reportagens cujos temas são a carestia, quebra de safra e falta de combustível etc. e reportagens sobre política econômica, no caso do Jornal Nacional, primordialmente, reportagens referentes ao governo federal, podendo, excepcionalmente, tratar de governos estaduais ou municipais, desde que o tema tenha, para a direção do Telejornalismo, uma dimensão nacional. O seu pessoal é composto por repórteres, editores, comentarista e um editor chefe.

3) Editor de Política: Responsável pela edição do noticiário político. Este noticiário é caracterizado por reportagens que tratam da política institucional, ou seja, poder executivo, poder legislativo e judiciário. No Jornal Nacional, trata-se primordialmente de temas nacionais. O seu quadro

de pessoal é composto por repórteres, editores, um comentarista e um editor chefe.

4) Editor de Política Internacional: Responsável pela edição do noticiário de política internacional. A editoria de política internacional é formada por: repórteres correspondentes internacionais em Nova York e Londres; comentaristas de política internacional que eventualmente podem fazer reportagens em outras editorias; e um editor chefe que trabalha junto com os outros editores. As agências que fornecem imagens e reportagens para a editoria de política internacional são: AP, UPI, France Press e Reuter. As reportagens são o resultado de um trabalho conjunto entre os correspondentes internacionais, suas fontes, as informações obtidas pelas agências internacionais e o trabalho de editores no Brasil.

5) Editoria Nacional: É responsável pelo noticiário que trata de desastres, meteorologia, criminalidade, manifestações e, eventualmente, greves. As reportagens da editoria nacional são, geralmente sobre eventos que afetam o cotidiano do cidadão consumidor, ou que têm o objetivo de "desintoxicar" e aliviar a massa de informação "mais pesada".⁷¹

⁷¹ - Depoimento de Fábio Peres, Editor do Jornal Nacional. (julho de 1988).

6) Editoria de Esportes: Responsável pelas reportagens sobre esportes. Formada por repórteres, editores e comentarista. Ela é vinculada à área de esportes que é um departamento à parte da Central Globo de Jornalismo.

7) Editoria de Cultura: Responsável pelas reportagens na área de cultura, que compreende moda, cinema, teatro, livros etc.. Esta editoria raramente veicula reportagens no Jornal Nacional, sendo utilizada com frequência no Jornal Hoje (13:00) e no Jornal da Globo (23:00).

8) Editoria de Ciência e Tecnologia: É a editoria criada no ano de 1988. Naquele momento, a sua estrutura era bastante precária contando apenas com o editor-chefe, uma editora e um repórter. Ela é responsável pelas reportagens sobre tecnologia, descobertas na áreas científicas e de saúde. A importância desta editoria está na credibilidade que as reportagens, deste gênero conseguem junto ao público.⁷²

⁷² - Depoimento do editor de Ciência e Tecnologia (julho de 1988).

D) A Produção

O Jornal Nacional é, enquanto um produto da Indústria Cultural, o resultado de uma fragmentação do trabalho jornalístico. De um lado, devido à velocidade vertiginosa da Indústria Cultural e, de outro lado, devido à concepção de jornalismo da TV-Globo.⁷³

No telejornalismo da TV-Globo existe uma divisão hierárquica, não só por editorias, mas também, no processo de produção de reportagens. Na base desta hierarquia estão os repórteres que saem à rua para fazer as reportagens de acordo com o modelo de jornalismo da TV-Globo. Acima destes, existem os redatores que trabalham no Centro de Produção da Notícia (CPN). Eles são responsáveis pela redação do telejornal e estão subordinados aos editores-chefes. Os redatores, à exceção dos comentaristas que foram introduzidos no ano de 1988, executam o seu trabalho sem terem participado da realização das reportagens. Os editores, por sua vez, estão subordinados aos editores-chefes e ao editor do telejornal que participam da sua edição diária. Além disso, os editores do telejornal e

⁷³ - Sobre o processo de fragmentação do trabalho no interior da indústria cultural ver Ortiz, Renato. Telenovela - História e Produção. São Paulo, Brasiliense, 1989.

alguns editores por área, participam semanalmente de reuniões com a Direção de Telejornais da Rede e a direção da Central Globo de Jornalismo para planejar, de acordo com os interesses da empresa, o noticiário do Jornal Nacional. A divisão de telejornais comunitários localiza-se em São Paulo e tem também encontros semanais com a direção de telejornais da Rede.

Na produção diária do noticiário, as reportagens são, portanto, o resultado de um processo de trabalho fragmentado, em que se procura manter um rígido controle de acordo com a concepção de telejornalismo e com os interesses políticos e econômicos da TV-Globo. Para se compreender realização deste intuito, é também fundamental compreender a produção diária do Jornal Nacional.

Inserido nessa estrutura hierárquica, o Jornal Nacional é o resultado do ritmo vertiginoso do trabalho jornalístico na TV. Todas as noites, assim que o Jornal Nacional vai ao ar (por volta das 20:30h), jornalistas da central Rio, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife avaliam a edição do dia e começam a planejar a seguinte. Na reunião, feita via satélite, são arrolados os assuntos que poderão virar reportagens. É a pauta, no jargão jornalístico. Posteriormente, às 23:00h, os assuntos de interesse do Jornal Nacional são transferidos para um terminal de computador e depois impressos. Tem-se, então, o chamado "jornal da pauta", uma espécie de carta de intenções sobre o que será a edição seguinte.

O "jornal da pauta" é transmitido para as 25 afiliadas da rede Globo às 7:30h da manhã seguinte. As propostas de reportagens que não podem ser concretizadas no dia são transferidas. As afiliadas, neste momento, podem sugerir assuntos não abordados no "jornal da pauta". As 11h, depois da discussão entre a coordenação e as afiliadas, sai o que é chamado de "primeiro espelho". Nesse instante, os editores do Jornal Nacional têm a primeira noção do que pode ser a edição do dia, pois começam a ser definidos os assuntos de maior destaque.

O espelho sofrerá uma série de mudanças no decorrer do dia. Em torno das 14h, novamente, a Central Rio volta a conversar com as afiliadas e correspondentes internacionais para saber se um determinado assunto correspondeu ao que se imaginava ou se não merece estar no Jornal Nacional. A carta de intenções torna-se mais precisa, mas muitas alterações ainda podem ocorrer. No final da tarde (17h), é definido o chamado "segundo espelho" com todos assuntos nacionais e internacionais que estarão no Jornal Nacional. A ordem das reportagens e dos blocos também é definida. Repórteres e editores acertam os teipes que irão ao ar.

No início da noite (19h), os satélites nacionais e internacionais estão despejando imagens na Central de Jornalismo do Rio. As 19:30h São Paulo fecha as transmissões via satélite. Assim, as imagens são armazenadas, os textos internacionais traduzidos, outras reportagens nacionais e internacionais são editadas.

Já perto da hora do programa, ou seja, às 19:30h, os pequenos textos que antecedem ao jornal (as "chamadas") estão sendo redigidos. Teoricamente, o Jornal Nacional deveria estar pronto. Raramente está acabado. Edições estão sendo feitas, repórteres retocam seus textos e os apresentadores-locutores já estão a postos na redação. As 20h, diariamente, o Jornal Nacional está no ar. O editor chefe, no "Switch", acompanha, cronometra o tempo e retira ou acrescenta algumas reportagens, quer por determinação da direção da empresa, quer por motivos técnicos, quando se ultrapassa o horário combinado com o departamento técnico.⁷⁴

E) A Audiência

A produção do noticiário do Jornal Nacional, acompanhando a lógica mercadológica da Indústria Cultural, tem o seu processo de trabalho feito de acordo com padrões de marketing, para os quais a audiência se constitui em um elemento central para a produção de notícias.

Inserido no horário nobre, o Jornal Nacional foi, em 1988, o telejornal que alcançou índices de maior audiência, próximos às telenovelas. Vide abaixo:

⁷⁴ - Fundamento-me aqui em pesquisa de campo realizada em julho de 1988 e em reportagem da Folha de São Paulo do dia 10/08/89.

GRANDE SÃO PAULO*

PROGRAMAS		EMISSORA	AUDIENCIA DOMICILIAR
1	Novela 19:00h - SASSARICANDO	GLOBO	61
2	Jornal Nacional/SPTV - 2a. ed.	GLOBO	58
3	Novela 20:30h - VALE TUDO	GLOBO	56

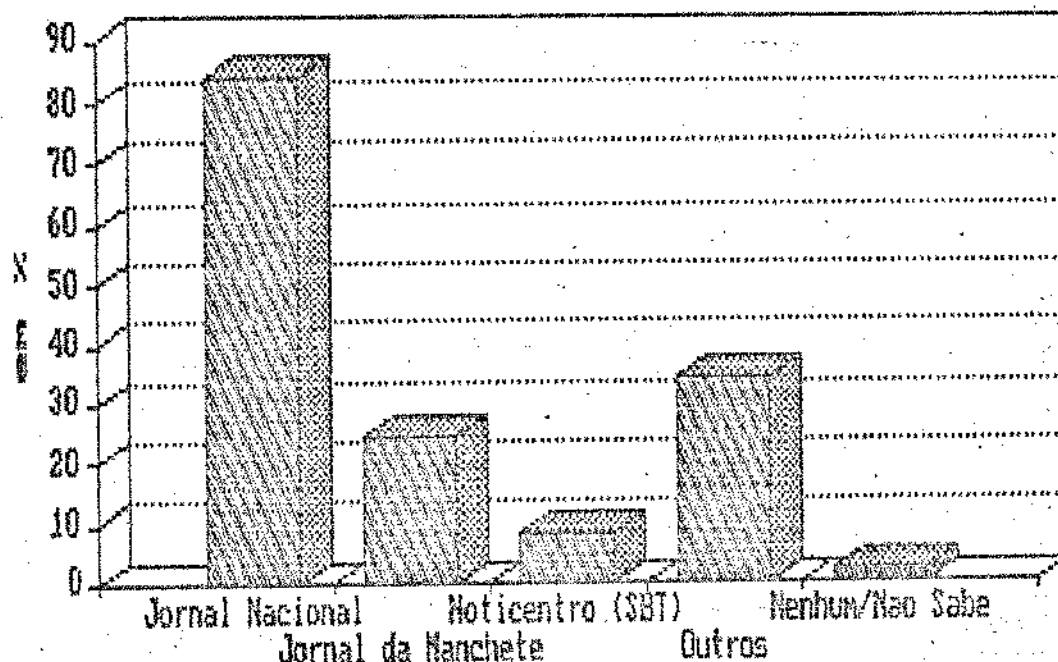
GRANDE RIO DE JANEIRO*

PROGRAMAS		EMISSORA	AUDIENCIA DOMICILIAR
1	Jornal Nacional	GLOBO	65
2	Novela 20:30 - VALE TUDO	GLOBO	63
3	Novela 19:00 - SASSARICANDO	GLOBO	63
4	JR 2a. Edição/JN	GLOBO	63
5	Novela 18:00 - FERA RADICAL	GLOBO	50

Fazendo uma análise comparativa com outros telejornais, no ano de 1988, o Jornal Nacional também possuiu uma liderança em termos de audiência. Neste caso, a diferença é bem maior. Vide tabela abaixo:

* - Dados provenientes da Revista Imprensa - Julho de 1988.

Audiência Telejornais



O fato do Jornal Nacional ser o programa telejornalístico de maior audiência na televisão brasileira pode levar à conclusão precipitada de que o público seja passivo e aceite plenamente a mensagem veiculada pelo discurso de seu noticiário. Tendo em vista esta questão, é importante compreender um pouco mais detalhadamente a audiência desse telejornal. Em pesquisas de opinião realizadas pelo DATAFOLHA (abril de 1991) e VOX POPULI - Imprensa, em 1991, pode-se ter uma melhor compreensão da audiência do Jornal Nacional, muito embora estas pesquisas não tenham sido realizadas no ano de 1988.

As pesquisas de opinião feitas pelo DATAFOLHA restringiram-se ao público da cidade de São Paulo e sua amostragem compreende um público que se divide de acordo com o grau de escolaridade. Deste modo, o público divide-se em: escolaridade até o 1º grau, até o 2º grau e com formação de nível superior. Posso dizer, então, que a pesquisa fornece dados sobre um público de massa.

A pesquisa revela dados importantes a respeito do que o público pensa sobre os telejornais, de acordo com o seu grau de escolaridade. Em geral, o público os considera mais imparciais e mais confiáveis do que a imprensa escrita. Vide abaixo:

Tabela 1
Confiabilidade da imprensa televisiva e impressa.

(respostas estimuladas - %)

	Até 1º grau	2º grau	Superior	Total
Telejornais	63	51	30	55
Jornais Impressos	18	34	53	28
Ambos	9	11	12	10
Depende da notícia	2	1	4	2
Nenhum	2	1	1	1
Não lê jornais	2	1	-	1
Não sabe	4	1	-	3

Tabela 2
Imparcialidade (%)

	Até 1º grau	2º grau	Superior	Total
Imparciais	39	47	27	39
Tendenciosos	19	31	64	29
Não sabe	42	22	9	32

Já em relação ao Jornal Nacional, esta mesma pesquisa mostra que, embora seja o que tenha maior audiência (tabela 3) e seu apresentador seja o preferido do público (tabela 4), ele é considerado o telejornal mais tendencioso por todos os segmentos do público daquela pesquisa (tabela 5).

Tabela 3
Audiência

	maso.	fem.	total
Jornal Nacional	74	80	77
Jornal da Manchete	23	28	26
São Paulo Já	19	22	20
TJ Brasil	21	17	16
Jornal da Bandeirantes	11	7	9
Jornal da Record	9	7	8
Jornal da Globo	8	2	5
Outros	19	20	19

Tabela 4

Apresentador preferido	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Cid Moreira	29	26	32
Sérgio Chapelêin	10	8	13
Bóris Casoy	10	15	4
Eliakin Araújo	3	3	4
Carlos Nascimento	3	3	2
William Bonner	2	2	2
Outros	8	8	7
Não tem preferência	12	12	13
Não sabe, não lembra	23	23	23

Tabela 5
"O mais tendencioso"

	até 1º grau	2º grau	Superior	Total
Jornal Nacional	23	28	44	27
Jornal da Globo	7	6	28	10
TJ Brasil	4	5	1	4
São Paulo Já	2	8	1	4
Jornal da Manchete	2	3	1	2
Outros	7	13	5	8
Nenhum	2	5	3	3
não sabe	53	32	17	42

Fazendo uma leitura destas tabelas pode-se ver que, a despeito de seus problemas, o Jornal Nacional tem o maior índice de audiência e o seu apresentador é o preferido. Examinando mais detalhadamente a audiência dos telejornais, pode-se, também, perceber avaliações diferenciadas sobre os telejornais.

O público com formação superior que se utiliza, também, de jornais impressos possui baixos índices de credibilidade em relação aos telejornais (tabela 1) e partilha da crença de que o Jornal Nacional é o telejornal mais tendencioso (tabela 5). Já aqueles que possuem baixo grau de escolaridade utilizam-se principalmente dos telejornais como fonte de informação com credibilidade. Este público, se por um lado, considera o Jornal Nacional o mais tendencioso

(tabela 5), não demonstra uma percepção clara sobre esta questão, estando sujeito a crer na imparcialidade dos noticiários (tabela 2).

A segunda pesquisa "*Avaliação de Jornais e Telejornais*" foi desenvolvida pelo Instituto Vox Populi para a Revista Imprensa em abril de 1991 e distingue-se da primeira em dois aspectos. Em primeiro lugar o universo desta investigação compreende o público da classe A ou B, ou seja, aqueles que conhecem ou lêem, ainda que eventualmente, pelo menos dois jornais de circulação nacional. Além disso, o fato da pesquisa ter sido realizada por telefone aumenta a concentração dos entrevistados com formação superior e de maior nível de rendas. Em segundo lugar, diferentemente da primeira, esta pesquisa foi feita em quatro grandes capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

Fazendo uma análise comparativa, os problemas do Jornal Nacional, em termos de credibilidade do seu noticiário, voltam a ser percebidos na pesquisa. Neste caso, embora seja feita com público A e B, o que restringe em demasia o universo de pessoas consultadas, a investigação fornece dados mais precisos sobre a recepção dos noticiários. O Jornal Nacional perde para o Jornal da Manchete em todos os itens, à exceção de "produção técnica" e "dinamismo". Vide abaixo.

Tabela 6

Entre os telejornais de rede nacional, no horário nobre, qual tem o melhor as características apresentadas no quadro abaixo?

Telejornal/ característica	JN ^a	JM ^b	JB ^c	TJB ^d	nenhum	todos
credibilidade	22,8	42,7	7,8	18,7	3,8	1,6
imparcialidade	14,4	39,9	10,5	24,2	2,6	4,2
diversidade de assuntos	23,1	54,4	4,5	9,2	6,7	1,4
qualidade e aprofundamento da informação	19,3	48,2	8,1	19,2	2,6	1,4
produção técnica	68,8	20,1	1,6	2,5	4,0	2,6
ritmo, dinamismo	42,7	32,3	5,4	16,7	1,5	1,4

A leitura das pesquisas de opinião pública sobre os telejornais demonstra, portanto, a preferência do público em relação ao Jornal Nacional. Esta preferência não significa a aceitação plena de suas mensagens. Existem, por um lado, parcelas do público que não conferem credibilidade alguma ao Jornal Nacional (tabela 6). E, entre o público que se utiliza preferencialmente do Jornal Nacional como fonte de informação, também existe uma percepção, ainda que não seja clara, de que o Jornal Nacional é tendencioso (tabela 5). Em

^a- Jornal Nacional

^b- Jornal da Manchete.

^c- Jornal da Bandeirantes.

^d- TJ Brasil.

parte, justifica-se desta forma a necessidade de modificações técnicas no telejornal, como a introdução de novas editorias.⁸⁰

Além de uma compreensão sobre os índices de audiência como constitutivos da produção do Jornal Nacional, torna-se necessário, para a investigação sobre o processo ideológico de sua produção, conhecer as regras e alguns depoimentos sobre sua prática jornalística.

F) A Concepção de Telejornalismo.

O processo de produção do noticiário do Jornal Nacional resulta da fragmentação do trabalho jornalístico, de uma hierarquia dentro da Central Globo de Jornalismo e do predomínio de uma concepção de telejornalismo de massa. Para compreender as características desta concepção, fundamento minha investigação em algumas "regras" do Manual de Telejornalismo da TV-Globo e nos depoimentos de jornalistas que esclarecem a concepção de telejornalismo dominante no Jornal Nacional. Por último, utilizo também o

⁸⁰ - De acordo com o depoimento do editor de ciência e tecnologia, um dos motivos para a criação dessa editoria seriam os altos índices de audiência daquele tipo de reportagem. Ainda segundo o mesmo jornalista, as reportagens de ciência e tecnologia eram utilizadas pela TV-Globo principalmente no Jornal Nacional.

depoimento de um jornalista que se contrapõe ao telejornalismo global.

O Manual de Telejornalismo da TV-Globo permite que se compreenda a produção do telejornal enquanto um produto da Indústria Cultural dirigido a um público de massa e influenciado pelo caráter de concessão pública vinculada à Presidência da República. Através dele, podemos examinar quais são as regras básicas que caracterizam a concepção de telejornalismo da Globo em face das condições econômicas e políticas que caracterizam a produção da programação global.

O manual divide-se em duas partes: a primeira que trata das normas de redação, e a segunda, que trata da imagem. Para efeitos de minha análise, detive-me na primeira parte, onde se apresentam as regras sobre a reportagem e a redação do telejornalismo. Sobre as regras de reportagem, centro minha análise em quatro itens que tratam respectivamente: 1) da isenção, 2) da informação, 3) das entrevistas coletivas e, 4) da multidão. Será também analisado aquilo que a Central Globo de jornalismo não noticiava. Isto permitirá uma compreensão de como devem ser realizadas as reportagens e do que não pode ser feito, segundo as regras daquele manual. Vide os principais pontos relacionados:

"O importante é levar a notícia, a idéia; em poucas e bem escolhidas palavras. Isenção: O repórter deve ser isento. Ele tem de passar a informação sem opinar. Se o assunto é controvertido, o repórter deve ouvir os vários lados envolvidos. Só assim terá condições para construir uma matéria equilibrada, completa. A conclusão deve ser do telespectador, depois de ouvir diversas posições sobre o assunto. Informação: O repórter precisa ser muito bem informado. Além de ler os jornais do dia, deve ter suas próprias fontes. Coletivas: Muitos entrevistados costumam gravar respostas especialmente para a TV. O ideal é que a matéria para a TV seja gravada antes e o equipamento liberado para fazer outra matéria.

Multidão: Calcular a multidão presente a uma festa, passeata ou grande evento é muito difícil. A melhor solução é apurar o número com os órgãos de segurança e os patrocinadores dos eventos. É importante saber, também, quais os números apurados pelos concorrentes. Nos casos de greve, quando for preciso dar a percentagem do pessoal parado, deve-se conseguir o cálculo dos grevistas e das autoridades e dar os dois números citando as fontes."⁵¹

Nas regras de reportagem tem-se, portanto, elementos de uma ideologia da "neutralidade e objetividade" do telejornalismo expressa nos itens 1, 2 e 4: "O repórter deve ser isento. Ele tem que passar a informação sem opinar." "O repórter precisa ser bem informado." "A melhor solução é apurar o número com os órgãos de segurança e os patrocinadores dos eventos." De acordo com esta perspectiva o repórter se constitui em um informante neutro e as reportagens devem ser feitas visando uma informação objetiva sobre os fatos.

O telejornalismo da Globo, todavia, caracteriza-se também por uma concepção do público destinatário daquela mensagem. Neste aspecto, as regras sobre "o que a Central

⁵¹ - Ver Manual do Telejornalismo, Central Globo de Jornalismo, 1985.

Globo de Jornalismo não notícia" representam esta concepção de público consumidor de massa, para quem o noticiário é um espaço público de entretenimento e lazer. Deste modo, cenas e reportagens sobre violência, conflitos e até mesmo miséria não são objeto de reportagens por serem encarados pelo telejornalismo global como uma agressão ao público consumidor. Muitas vezes conflitos políticos e sociais com cenas de violência ou de "miséria social", favelas, mendigos etc., são, deste modo, suprimidos das reportagens. Vide abaixo:

- "a) nomes e imagens de menores envolvidos em atos criminosos ou vítimas de crimes infamantes.
- b) maioria dos casos de tentativa de suicídio.
- c) informações que ajudem a criar imagem simpática ou romântica para criminosos e seus crimes.
- h) imagens de cadáveres, tomadas de perto, mesmo em grandes tragédias, evitamos dar imagens fechadas de mortos e corpos mutilados.
- i) cenas de extrema violência - tipo fuzilamento, enforcamento, etc.
- j) imagens de ratos, baratas, moscas - coisas que possam causar repugnância."¹²

Nas regras sobre a edição, percebem-se algumas mudanças em relação às regras sobre reportagem que permitem uma compreensão mais próxima do discurso veiculado no noticiário. Vide abaixo as regras do Manual para facilitar a edição:

¹² - Segundo Eric Nepuceno em TV-Imagário Seminário da Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo (1990): "(...)os tais 60 milhões de telespectadores do maior telejornal do país eram sumariamente considerados não qualificados. Desqualificados."

"A edição correta é a que conta a história no tempo certo. O tempo certo de cada assunto depende da importância jornalística e da força das imagens. O ritmo, o estilo de cada telejornal também é um fator de peso na determinação do tempo da reportagem."

A concepção de telejornalismo de massa da TV-Globo está bem indicada nas seguintes regras do Manual:

"Sempre comece o texto com uma novidade, com o que houver de mais atraente. Só depois diga quem decidiu, quem decretou."

"Procure tirar o caráter oficial da notícia."

"Não escreva sobre idéias ou sobre coisas. Escreva sobre pessoas que tiveram idéias ou fizeram alguma coisa."

"Faça, sempre que possível, referências a pessoas na notícia. A briga de dois homens é mais importante que a briga de dois exércitos."

"Um critério para usar a entrevista: se a pessoa é desconhecida, a fala só deve ser selecionada se contiver uma informação importante ou uma boa dose de emoção."

"Em falas muito importantes - discurso do Presidente, por exemplo - os diversos trechos escolhidos devem ser apresentados, sempre, com a maior clareza. Cada tema deverá ser destacado com o título ou selo, um bom texto de introdução e, se sonoro, o ponto mais importante de cada pensamento."

A leitura das regras de edição demonstra uma distinção em relação às regras sobre as reportagens. Enquanto nas primeiras o que chama a atenção é a ideologia da neutralidade da mídia, nas regras de edição, que tratam da redação, dos cortes etc., o que se vê, dentro dessa concepção de telejornalismo, é a distinção entre locutores competentes - que podem argumentar e devem ser apresentados com a maior clareza - e o público de massa.

Diferentemente desta prática jornalística, que é historicamente constituída, pode-se ter, como contraponto, a experiência de telejornalismo da TV-Cultura, durante o Regime militar. Embora essa experiência tenha tido lugar em uma TV pública, sob a direção de Vladimir Herzog, até hoje é vista como importante experiência para o telejornalismo.³³ Vide abaixo a concepção de jornalismo dessa TV durante a direção de Herzog:

³³ - Depoimento do editor chefe do Jornal Nacional.

1) Jornalismo em rádio e TV deve ser encarado como instrumento de diálogo, e não como monólogo paternalista. Para isso é preciso que espelhe os problemas, esperanças, tristezas e angústias das pessoas às quais se dirige. 2) Um telejornal das emissoras do governo também pode ser um bom jornal e, para isso, não é preciso "esquecer" que se trata de emissora do governo. Basta não adotar uma relação servil. 3) Vale a pena partir para a "jornalitização" da programação da TV: mais documentários semanais ou mensais, debates misturados com reportagens, programas pesquisa. 4) É preciso dotar o setor de Jornalismo de recursos técnicos, financeiros e profissionais, para que alimente não só um telejornal diário, mas toda uma gama de programas, direta ou indiretamente necessitados de trabalhos jornalísticos. 5) Política de programação que vise objetivos prioritários, relacionados com a realidade em que viu a porção do público que se pretende atingir em determinado horário, determinado programa. "84

Dentro dessa linha, o setor de jornalismo da TV-Cultura⁸⁵ demonstrava também uma preocupação com alguns problemas fundamentais daquela emissora:

"indefinição de objetivos, desconhecimento do público a que se dirige, amadorismo na escolha de temas e na própria realização dos programas, alto grau de elitismo levando a índices de audiência praticamente nulos."

Finalmente, dentro do propósito de compreensão das condições de produção do Jornal Nacional, pode-se ver a concepção de telejornalismo da Globo no depoimento do editor do Jornal Nacional em sua argumentação sobre o noticiário de

⁸⁴ - Ver "Telejornalismo: A Década do Jornal da Tranquilidade" de Carvalho, Elizabeth. Anos 70. Televisão. Europa Empresa Gráfica Editora.

⁸⁵ - A experiência de telejornalismo da TV-Cultura, sob a direção de Wladimir Herzog, não obstante a sua importância, teve curta duração e um final trágico com a morte de seu diretor no dia 25 de outubro de 1975, durante uma sessão de torturas no DOI-CODI paulista.

TV, e também na entrevista do Diretor da Central Globo de Jornalismo em 1988, Armando Nogueira.

O primeiro, em seu depoimento, esclarece o caráter de entretenimento do telejornalismo.

"Você parte do princípio de que sempre a notícia é tudo que é anormal. É o acontecimento que não está enquadrado na rotina."

"Então você tinha que dar uma desintoxicada, colocando outros acontecimentos, que podem ser considerados não muito importantes mas são acontecimentos que podem aliviar um pouco a nossa informação pesada."

Já o diretor da Central Globo de Jornalismo enfatiza a neutralidade e objetividade do noticiário em relação às tensões da sociedade.

"Eu remonto sempre ao movimento das eleições diretas. Havia duas fontes de pressão: a sociedade que estava indo para as ruas exprimir o seus anseios e o poder discricionário do Planalto. A TV-Globo, que estava no meio, fica monitorando qual o poder mais forte. A Globo não faz outra coisa senão refletir o movimento das diretas. A TV é um veículo solidário com o poder dominante."

Diferentemente desta concepção fundamentada na impessoalidade, neutralidade e entretenimento, o depoimento sobre a cobertura da morte de Tancredo, de um jornalista que trabalhou na Globo denuncia a utilização política dos telejornais por aquela empresa.

"...as instruções eram lípidas e cristalinas. Embora eu tenha participado pouquíssimo daquela cobertura, limitando-me a comparecer a pouquíssimas reuniões e raríssimos plantões de madrugada afora, ouvi claramente que era preciso reforçar a noção de martírio de Tancredo, ressaltar sua figura de "estadista", explorar ao máximo as reações populares, obviamente estimuladas pela presença das equipes de reportagem."⁸⁴

Sendo assim, a despeito da existência de jornalistas que se contrapõem à concepção de telejornalismo Global, o que prevalece na produção do noticiário é a concepção oficial aqui mencionada, quer através de hierarquias, quer através do "controle" sobre aqueles que discordem da direção do seu telejornalismo.

A partir dessas considerações, posso dizer que o Jornal Nacional é um programa telejornalístico caracterizado pela fragmentação e hierarquização do trabalho de produção do noticiário, em que predomina uma concepção de telejornalismo de massa. Este, sob a "aparência de neutralidade e objetividade técnica", sustenta um espaço público a partir do qual se estabelece uma distinção entre locutores competentes (autoridade, governo) e incompetentes (público, cidadão) e se constrói e se reproduz a massificação do destinatário e de sua mensagem.

No entanto, a despeito da importância da investigação sobre a produção da notícia no Jornal Nacional, é através da análise do discurso do mesmo que se torna possível examinar o caráter ideológico daquela prática telejornalística, com

⁸⁴ - Neponucemo, Eric, op. cit.

— suas marcas e contradições, no espaço público constituído —
por este programa.

CAPITULO III

A ANALISE DO DISCURSO

A análise do discurso do Jornal Nacional tem o propósito de permitir a compreensão do seu processo discursivo enquanto uma forma específica da ideologia que caracteriza a mensagem veiculada por aquele espaço público de um programa da Indústria Cultural.

Adotando a metodologia da Análise do Discurso, a presente investigação resulta numa articulação entre a teoria polifônica da enunciação (Ducrot, 1987) e uma análise das distintas formações discursivas (Pêcheux, 1975) que representam, naquele noticiário, as formações ideológicas. De acordo com esta metodologia, os mecanismos enunciativos não são unívocos nem auto evidentes. São construções discursivas com seus efeitos de caráter ideológico (Orlandi, 1988).

O objetivo de analisar o discurso do Jornal Nacional pressupõe, portanto, uma compreensão das condições de produção daquele discurso. Nesta direção, podemos entender tais condições em dois níveis. Em primeiro lugar estão as condições políticas e econômicas de um programa de TV de uma empresa como a TV-Globo. Em segundo lugar estão as condições de produção de um discurso em um programa que se caracteriza pela fragmentação do trabalho jornalístico que se expressa na estrutura de apresentação do noticiário.

As notícias do Jornal Nacional são divididas em três blocos intercalados por comerciais, além da escalada (apresentação do telejornal).⁸⁷

Além destas questões cabe, também, mencionar alguns de seus aspectos fílmicos, na medida em que um telejornal tem a capacidade de cobrir o mundo fornecendo diretamente ao espectador imagens e informações. De maneira semelhante aos filmes, o telejornal possui uma trama com histórias individuais, mimificações, comerciais e uma dramatização que vai se desenvolvendo na lenta revelação das personalidades dos apresentadores, dos repórteres e dos entrevistados. No caso das transmissões ao vivo, a apresentação das notícias proporciona as gratificações oferecidas pelo suspense real, ou ainda, a sensação ilusória de atualidade motivada durante as reportagens pelos "efeitos de realidade".⁸⁸

O noticiário do Jornal Nacional, enquanto noticiário de TV, possui um discurso característico, semelhante ao da imprensa escrita moderna. Ele mistura os fatos e desorganiza qualquer estruturação racional da realidade. O mundo aparece, deste modo, como um amontoado de fatos desconexos e sem nenhuma lógica interna. No entanto, embora sejam de suma importância tanto essas afinidades do telejornal com a imprensa escrita como as considerações sobre a natureza das

⁸⁷ - Seus apresentadores, em 1988, eram Cid Moreira, Celso Freitas, Marcos Hummel e eventualmente Eliakim Araújo e Sérgio Chapeleiro.

⁸⁸ - Fundamento-me no artigo: "O telejornal e seu Espectador", Novos Estudos - Cebap nº 13, Stam, Robert.

imagens escolhidas para agradar o telespectador, privilegiei em minha investigação o discurso oral enquanto uma das materialidades específicas da ideologia."²⁷

Para efeito de análise do processo de enunciação, sob a perspectiva polifônica (Ducrot, 1987), trabalhei com a distinção entre as funções de locutor e de enunciador. O locutor é o responsável pelo enunciado e os enunciadores são aqueles que representam diferentes perspectivas do dizer, através de suas palavras, do seu ponto de vista e de sua posição.

Ainda seguindo esta distinção, a enunciação produzida pelo locutor dirige-se a um alocutário, que no discurso é representado por todas as marcas da segunda pessoa. O destinatário é a pessoa a quem os atos ilocutórios produzidos pelo enunciador efetivamente se destinam.

Tendo em vista a natureza do material empírico aqui pesquisado, utilizei, além do locutor e do enunciador, uma outra figura enunciativa: o porta-voz. De acordo com Pêcheux:

²⁷ - A importância do texto na análise das notícias em detrimento do filme já foi examinada em trabalhos anteriores (Glasgow University, Media Group, London, 1976, 1980, 1982). Nestes trabalhos o discurso é visto como fundamento das notícias, uma vez que o filme geralmente é usado para ilustrar e subsidiar o texto escrito. Ver também, "News as Ideology", de Klaus B. Jensen, *Journal of Communication* - Winter - 1987.

"O frágil questionamento de uma ordem, a partir do qual um lapso pode tornar-se discurso de rebelião, um ato falho de motim e insurreição: o momento irreversível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição, é neste momento que surge o porta-voz, ao mesmo tempo autor visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando "em nome de..." é antes de tudo um efeito visual que determina esta conversão do olhar pelo qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que ele coloca na posição de negociador potencial, no centro visível de um "nós" em formação e também em contato imediato com o adversário exterior." (Pêcheux, 1990)

Esta reflexão de Pêcheux sobre o porta-voz refere-se a uma situação revolucionária de rupturas e transformações. Como veremos, o mesmo mecanismo - "o efeito que ele exerce falando em nome de..." - está também no material que analiso, só que neste caso, não a serviço do confronto, mas da submissão ao jogo de "vozes" dominantes. Para mostrar esse mecanismo do porta-voz em minha análise, gostaria de mencionar o que é dito por Petiot Geneviève (1985) citando Ducrot.

"Suponhamos que x pretenda ser somente o porta-voz de y ... isso não nos impedirá de considerarmos x como o sujeito das palavras que são efetivamente pronunciadas (todas elas atribuídas a y), e nem de nos interessarmos pelas motivações e pelos mecanismos colocados em jogo para que x realize a atividade linguística que é sua. Em que consiste esse retrato da enunciação trazido pelo enunciado? Em primeiro lugar, ele coloca 2 personagens (que podem tratar-se, de fato, de 2 grupos de personagens) interligados nessa enunciação. Ele lhe dá de um lado um autor, que eu chamo "locutor", e apresenta, de outro lado, como dirigido a alguém, que eu chamo "alocutório". É necessário ressaltar o fato de que esses dois seres não têm realidade empírica - entendo por isso que sua determinação faz parte do sentido do enunciado e não poderá se efetuar se não compreender esse sentido (no momento em que o ouvinte e o sujeito falam pouco se descobre pela simples consideração física da palavra). Assim, se x se toma como o porta-voz de y eu chamo y de locutor, ainda que ele não seja o sujeito falante. Se ao contrário x fala em seu próprio nome, ele é ao mesmo tempo sujeito falante e locutor. Portanto está bem evidente que é necessário compreender aquilo que é dito por x, para adivinhar a quem a fala é atribuída, para adivinhar quem é, no sentido que eu dei a esse termo o locutor. (Ducrot, 1980, p. 29-30) (Tradução minha)

Sendo assim, de acordo com a análise de discurso, o sentido de uma argumentação não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas (Orlandi, Eni - 1988).

O propósito consiste, então, em investigar e compreender o processo de sustentação, oposição, apagamento e desautorização das distintas formações discursivas que estão presentes no Jornal Nacional. Para isso, restringi-me à observação e leitura de três meses desse noticiário no ano de 1988 (junho, julho e agosto). A partir dessa leitura preliminar, optei por realizar apenas a análise do noticiário político e econômico. Apesar da variedade de

questões que as outras reportagens levantam, o noticiário político e econômico permite uma compreensão da natureza política característica daquele "espaço público". No referido noticiário, as reportagens têm como objeto temas relacionados à luta política e econômica na sociedade de classes.

Com este propósito de análise, delimitei um universo que compreende um total de 13 dias: 8 dias de reportagens sobre política e 5 dias de reportagens sobre economia. As reportagens sobre política e economia são aqui divididas em dois grandes temas. Na área de política privilegiei as reportagens sobre o tema "constituente". Na área de economia privilegiei as reportagens sobre o tema "greve". Dentro dessa divisão, procurei fazer, também, uma análise diacrônica. Esse procedimento permite elucidar o movimento das "vozes" das distintas formações discursivas que constituem aquele noticiário.

A partir da observação da estrutura do telejornalismo e das características do noticiário político e econômico do Jornal Nacional, posso afirmar que no processo discursivo do telejornal estão em jogo três formações discursivas: a formação discursiva da mídia (F.D.M.), a formação discursiva liberal (F.D.L) e a formação discursiva popular (F.D.P). As características específicas de cada uma delas são delimitadas a seguir:

A) Formação discursiva da Mídia (F.D.M.)

A F.D.M. é a materialização, no plano do discurso, da ideologia da neutralidade e objetividade da imprensa. Na fase do capitalismo monopolista, a mídia, embora submetida à lógica do mercado e voltada para o incentivo ao consumo, integra o espaço de argumentação pública e racional da democracia representativa (Habermas, 1961).

No material analisado, essa formação discursiva se produz em reportagens e entrevistas. As reportagens são caracterizadas por um locutor impessoal, cujo destinatário é o cidadão consumidor, e pelos enunciadores. Esses últimos são os responsáveis pela enunciação e se remetem tanto a "vozes" provenientes de sua formação discursiva específica como a "vozes" de outras formações discursivas existentes no telejornal. Já nas entrevistas, a argumentação é desenvolvida ou por um locutor impessoal, cujo destinatário é ora cidadão, ora o consumidor, ou pelo locutor especialista (repórter ou comentarista). Os enunciadores aparecem submetidos a um locutor pessoal (políticos entrevistados) que, através de suas falas, participam daquele espaço de argumentação e debate racional próprio da publicidade.

B) Formação Discursiva Liberal (F.D.L).

A formação discursiva liberal possui como regularidade um corpus de enunciados que argumentam a favor da negociação e do consenso como elementos marcantes das relações políticas e econômicas. Ao nível político, a produção do consenso (acordo entre lideranças ou partidos) é capaz de trazer resultados imediatos, como a promulgação de leis. Ao nível econômico, ela é caracterizada por uma argumentação a favor do corte das despesas públicas, da defesa da produtividade das empresas privadas e da sustentação da negociação e do consenso nos conflitos entre capital e trabalho, o anti-estatismo e o anti-intervencionismo estatal.

A realização dessas medidas é apresentada como resultado do trabalho de políticos competentes e responsáveis pela gestão aparentemente racional e democrática do país. A competência desses políticos está em saber argumentar, encontrar o consenso e evitar a expressão de conflitos próprios aos debates e às votações ou às manifestações públicas.

C) Formação Discursiva Popular (F.D.P).

Ela é constituída pelos enunciados pesquisados cuja argumentação expressa as "falas" e "vozes" de sujeitos políticos que se postulam como representantes das camadas

populares, de suas lutas e de seu poder de pressão política. Estas falas se identificam com uma ideologia popular.⁷⁰

A partir da compreensão das distintas formações discursivas presentes no noticiário é que parto para a análise do processo de sustentação, oposição, apagamento ou desautorização dessas formações. Deste modo, após uma primeira etapa de contato com o material de pesquisa, detectei como marca daquele discurso o processo de sustentação da formação discursiva liberal pela formação discursiva da mídia e, de acordo com o tema da reportagem, a oposição, o apagamento e a desautorização da formação discursiva popular.

Tendo em vista esse propósito de análise do noticiário político e econômico, examinei, em um primeiro momento, o noticiário sobre o tema geral "constituente" e, em um segundo momento, o noticiário sobre o tema "greve" por se constituírem em exemplos representativos da regularidade do discurso do telejornal.

Quanto à estrutura de apresentação, o telejornal, no período pesquisado, embora sujeito a pequenas modificações,

⁷⁰ - Estou identificando aqui a FDP com uma ideologia popular tal como George Rudé pensa esta questão. "A ideologia popular é uma fusão de dois elementos dos quais apenas um é propriedade peculiar das classes "populares", sendo o outro imposto de cima por um processo de transmissão e adoção de fora. Destes, o primeiro é o que eu chamo de inerente; o segundo elemento é o repertório de idéias e crenças "derivadas" ou tomadas de empréstimo a outros, que, com frequência, adquire a forma de um sistema mais estruturado de idéias políticas ou religiosas, como os Direitos do Homem, Soberania Popular, etc., (RUDÉ, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 25)

possui a seguinte ordenação: em primeiro lugar, a "escalada" ou apresentação; em seguida, dois blocos de notícias que tratam respectivamente de política internacional e reportagens sobre o Brasil; e em terceiro lugar, um último bloco de reportagens que se concentra no noticiário sobre política nacional.

Para efeito de análise estou denominado (E) para enunciado e enunciador, (L) para locutor, (F.D.M.) para formação discursiva da mídia, (F.D.P) para formação discursiva popular e (F.D.L) para formação discursiva liberal. Para a compreensão da análise, utilizei-me, também, de uma divisão das reportagens em recortes.

CAPITULO IV

NOTICIARIO POLITICO

A análise do noticiário político sobre o tema geral "Constituinte" é feita aqui a partir de um recorte que procura dar subsídios a uma compreensão do processo discursivo do Jornal Nacional.

Sobre esse tema, realizo a análise de três sub-temas diferenciados de forma a permitir uma análise comparativa das reportagens sobre política. O primeiro sub-tema diz respeito ao "encerramento do primeiro turno e início do segundo-turno de votação da Constituinte." O segundo sub-tema compreende as reportagens sobre "votação dos direitos sociais no segundo turno da Constituinte". Já o terceiro, refere-se à investigação sobre reportagens que têm como assunto o encerramento da Constituinte.

A) Encerramento do primeiro turno e início do segundo turno da Constituinte.

Nos dias 30/06/88, 01/07/88, 05/07/88, 06/07/88 e 11/07/88 foram realizadas reportagens sobre o sub-tema "Encerramento do primeiro turno e início da votação do segundo turno da Constituinte." Em termos de condições de produção, estas reportagens localizam-se no terceiro e

último bloco do noticiário tradicionalmente reservado para o noticiário político.

Em um primeiro momento analiso a reportagem do dia 30/06/88.

Recorte 1

Locutor Impessoal

- E₁ - Um ano e cinco meses depois, a Constituinte encerrou hoje a votação do primeiro turno do projeto da nova Constituição.
- E₂ - Os constituintes vão ter agora uma trégua de vinte dias enquanto se preparam para a votação em segundo-turno. Na sessão de hoje o clima foi de festa.

Locutor Especialista

- E₁ - Não havia temas polêmicos em debate e por isso o clima era de confraternização.
- E₂ - As divergências políticas ficaram de lado. Políticos do centrão, como Roberto Cardoso Alves e Gastone Righi, conversaram amistosamente com o líder do P.T., Luis Ignácio da Silva, o Lula.
- E₃ - O líder do P.F.L, José Lourenço, era um dos mais eufóricos.
- E₄ - Beijou as deputadas Márcia Kubischek, do P.M.D.B., Benedita da Silva, do P.T., enfim, beijou quem estivesse na sua frente.

E₀ - O clima contagiou o presidente da constituinte, Ulysses Guimarães, antes da votação do último bloco de emendas.

E₁ - Ele fez uma homenagem ao trabalho dos constituintes e até dos funcionários, com destaque para o secretário geral da mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira. No plenário, os constituintes prestavam também sua homenagem ao Deputado Ulysses Guimarães.

Examinando este recorte, podemos perceber que os enunciados acima relacionados resultam da sustentação da F.D.L. pela F.D.M. Este processo é feito através do locutor impessoal e do locutor especialista (F.D.M.), que sustentam a argumentação proveniente da F.D.L. ao caracterizarem a constituinte enquanto espaço de argumentação e debate democrático. Em seguida, no espaço de argumentação (entrevista), aquela argumentação é legitimada pela "fala" da autoridade (Ulysses Guimarães) que enfatiza a argumentação precedente, como podemos ver abaixo:

Locutor Pessoal - Ulysses Guimarães.

E₁ - Eu verifiquei a alegria, a motivação, o entusiasmo dos nossos companheiros pelo trabalho realizado.

E₂ - E sei que vou contar com eles com grande fervor para terminarmos a Constituição

Após a entrevista com Ulysses Guimarães, o locutor especialista novamente realiza uma argumentação que caracteriza a Constituinte como espaço de exercício da democracia, dentro da ordem legal:

Locutor Especialista

- E₁ - Hoje, o deputado Ulysses Guimarães divulgou as normas que vão regulamentar a votação do segundo turno.
- E₂ - Por esse documento, o relator Bernardo Cabral terá o prazo de sete dias, até quinta-feira que vem, para analisar o texto aprovado no primeiro turno.
- E₃ - Depois, os Constituintes terão o prazo de mais cinco dias para apresentar emendas ao projeto.
- E₄ - Cada constituinte vai receber um formulário como este e só poderão apresentar quatro emendas supressivas para soma, omissão, remissão, contradição ou para corrigir linguagem.

Em seguida, um locutor impessoal realiza uma argumentação destinada ao público-cidadão para informar objetivamente sobre o processo constituinte. Vide abaixo:

Locutor Impessoal

E₁ - Os diversos grupos da Constituinte vão organizar uma estratégia para tirar vários artigos do texto aprovado pela Constituinte no primeiro turno. A votação do segundo turno começa no dia 20 de julho. Até lá o plenário fica vazio.

No recorte 2 ocorre uma pequena alteração no processo discursivo do noticiário político. Todavia, o discurso dominante da reportagem é mantido. Vide abaixo:

Recorte 2

Locutor Especialista

E₁ - Enquanto este plenário estiver vazio, as diversas forças da Constituinte estarão se preparando para converter as derrotas do primeiro-turno em vitórias no segundo-turno.

E₂ - O centro e a direita ainda esperam mudar os resultados nos seguintes pontos: anistia para as dívidas dos micro-empresários; estabilidade para os funcionários com cinco anos de serviço; jornada de seis horas em turno de trabalho contínuo; aviso prévio proporcional; direito de greve para todos; definição de empresa nacional; nacionalização da atividade de mineração; limitação da taxa de juros em 12%.

E₃ - Para isso os empresários, o "Centrao" e o governo já propuseram suas estratégias.

A argumentação desenvolvida pelo locutor especialista, que neste caso funciona como porta-voz, é feita com "vozes" de distintas formações discursivas e tem como destinatário o público-cidadão. Em um primeiro momento (E₁), um locutor especialista, interpelado por uma "voz" da F.D.M., informa sobre a Constituinte.

Já em seguida, no E₂, ocorre uma quebra na argumentação do locutor especialista. Ela é desenvolvida no sentido de informar objetivamente sobre os pontos de confronto entre a "direita" e a "esquerda". Mas não obstante a heterogeneidade de "vozes" nela presentes, o locutor especialista assume a posição dominante de porta-voz de "vozes" da F.D.P.. Abaixo ressaltamos as "vozes" populares dominantes na argumentação:

E₂ - (...) estabilidade para os funcionários com cinco anos de serviço; jornadas de seis horas de trabalho contínuo; aviso prévio proporcional; direito de greve para todos.

A presença de "vozes" da F.D.P., entretanto, é "apagada" pela argumentação conclusiva do E₂ que caracteriza a competência dos sujeitos políticos vinculados à F.D.L.. A marca dessa argumentação é dada por: "já prepararam suas estratégias".

E₂ - Por isso os empresários, o centrão e o governo já prepararam suas estratégias.

No recorte 3, passo à análise do espaço público de argumentação constituído pelas entrevistas. Neste momento, verifica-se a oposição entre as formações discursivas que constituem a argumentação dos locutores do Jornal Nacional:

Recorte 3

Locutor pessoal - Dep. Carlos Sant'Anna - Líder do Governo.

E₁ - Nós estamos com o texto, fazendo uma operação de varredura, vamos aguardar a decisão da Assembleia Nacional Constituinte e ter a decisão política em quais deles nós vamos nos concentrar para em plenário obter duzentos e oitenta votos necessários à supressão.

Locutor Pessoal - Dep. Luiz Eduardo Magalhães - (P.F.L./BA)

E₁ - Nós vamos tentar esclarecer a muitos constituintes, sem o emocionalismo do Plenário, quais as consequências de algumas matérias que foram introduzidas no texto constitucional e o que elas poderão trazer para o Brasil amanhã.

Locutor Pessoal - César Rogério Valente (União Bras. de Empresários):

E₁ - Os empresários vão, simplesmente, exercitar um forte lobby para que todos os pontos que ferem o princípio da livre iniciativa sejam rejeitados no segundo-turno da Constituinte.

Locutor especialista

E₁ - Para as esquerdas, a estratégia básica vai ser derrubar o impedimento de desapropriar terra produtiva para reforma agrária.

E₂ - Deputado, há mais alguma coisa importante que a esquerda irá fazer no segundo-turno?

Locutor Pessoal - Lula (P.T./S.P.)

E₁ - Há uma coisa bastante importante que a esquerda vai fazer no segundo-turno que é manter as conquistas dos direitos sociais, uma vez que só se pode apresentar emendas supressivas. E nós sabemos que parte do poder econômico quer suprimir aquelas conquistas pequenas que a classe trabalhadora obteve.

Em um primeiro momento, o locutor pessoal Dep. Carlos Santana (líder do governo) e o locutor pessoal Dep. Luiz Eduardo Magalhães (P.F.L./BA) realizam uma argumentação sobre as mudanças de "caráter técnico" a serem feitas no 2º turno da Constituinte. Esta argumentação, de caráter liberal, sustenta a produtividade do processo constituinte e apaga a existência de possíveis confrontos no segundo turno.

Em um segundo momento, na argumentação dos locutores pessoais e do locutor especialista, a oposição entre "vozes" de formações discursivas antagônicas caracteriza as entrevistas.

No caso da F.D.L, o locutor pessoal César Rogério Valente (União Brasileira dos Empresários) se utiliza de uma argumentação liberal sobre a necessidade de defesa dos "pontos que ferem o princípio da livre iniciativa".

No caso da F.D.P., em um primeiro momento, a argumentação é feita pelo locutor especialista que funciona como porta-voz. Ele reitera a defesa da derrubada do "impedimento de desapropriar terra produtiva para reforma agrária."

Em um segundo momento, um locutor pessoal, o deputado Lula (PT/SP), ocupa aquele espaço público e argumenta a favor das conquistas sociais. Vide abaixo:

Locutor Pessoal - Lula (P.T./S.P.)

E₁ - Há uma coisa bastante importante que a esquerda vai fazer no segundo-turno que é manter as conquistas dos direitos sociais, uma vez que só se pode apresentar emendas supressivas.

E₂ - E nós sabemos que parte do poder econômico quer suprimir aquelas conquistas pequenas que a classe trabalhadora obteve.

Deste modo, o sujeito-político Lula, suposto representante oficial vinculado à F.D.P., na medida em que funciona como porta-voz, faz uso daquele espaço público para caracterizar a constituinte enquanto espaço de luta das "camadas populares" dentro da ordem legal. A sua argumentação em última instância está portanto submetida ao

discurso liberal dominante do noticiário que reduz a Constituinte a um espaço de negociação e consenso das elites políticas.

Após a entrevista, a argumentação conclusiva é desenvolvida por um locutor especialista e tem como destinatário o público cidadão. Através da ideologia de neutralidade da mídia, o locutor, interpelado por "vozes" da F.D.M. argumenta sobre a produtividade do processo constituinte, "apagando" a argumentação das "vozes" antagônicas da F.D.P.. Este processo discursivo sustenta, então, a argumentação liberal a favor da lei e da Constituição. Vide:

Locutor Especialista

E₁ - O que não entrou até agora não entra mais. Muitas propostas não entrarão na Constituinte porque não alcançaram os duzentos e oitenta votos aí no painel eletrônico.

E₂ - Mas nem por isso foram derrotadas. Para elas, bastaria a lei ordinária, como bastaria a lei ordinária para muita coisa que entrou na Constituição.

Esta reportagem do dia 30/06/88, caracteriza-se pela sustentação da F.D.L pela F.D.M. e oposição à F.D.P., visto

que nela o espaço público de argumentação é ocupado por locutores com argumentações antagônicas. Este processo discursivo é feito pela argumentação de locutores pessoais da F.D.L e pelos locutores impessoais e especialistas da F.D.M.. O porta-voz, através de sua argumentação, permite que "vozes" da F.D.P, em oposição ao discurso dominante, ocupem aquele espaço público submetidas ao jogo de "vozes" dominantes daquele noticiário.

Ainda dentro do sub-tema "início do 2º turno da constituinte", examino aqui as reportagens dos dias 01/07/88, 05/07/88 e 06/07/88. Em termos de condições de produção, estas reportagens localizam-se no primeiro bloco do Jornal Nacional reservado para as notícias internacionais e sobre o Brasil.

No dia 01/07/88, em uma reportagem sobre as mudanças no segundo-turno da Constituinte, ocorre uma alteração no processo discursivo do noticiário. Permanecem o locutor impessoal e o especialista provenientes da F.D.M., assim como os locutores da F.D.L.. As "vozes" provenientes da F.D.P. têm seus locutores pessoais "apagados" e aparecem submetidas a locutores da F.D.L. ou a locutores da F.D.M. Vide abaixo:

Recorte 1:

Locutor Impessoal

- E₁ - Os empresários paulistas querem que o governo interfira mais no segundo-turno de votação da constituinte.
- E₂ - O recado foi transmitido hoje ao senador Marcondes Gadelha na reunião da Federação das Indústrias de São Paulo.
- E₄ - O líder do governo no Senado prometeu levar o pedido a Brasília.

Locutor Pessoal - Líder do Governo no Senado.

- E₁ - O governo é acusado de omissão no primeiro-turno.
- E₂ - Eu digo que paga-se por ter cão e por não ter cão.
- E₃ - Se o governo se envolve, então diz-se que é interferência indevida do poder executivo na soberania e na liberdade da Assembleia Nacional Constituinte.

Locutor Impessoal

- E₁ - Na reunião da FIESP, os empresários avisaram: vão participar mais diretamente no segundo-turno da constituinte.

Locutor Especialista

- E₁ - Os empresários decidiram ficar de plantão no recesso constituinte, até o dia 21, início do segundo-turno. Eles intensificarão os contatos com a área política e com o próprio governo.
- E₂ - A ordem é identificar os pontos que devem ser suprimidos na hora da decisão.
- E₃ - Em uma reunião na Confederação Nacional da Indústria, depois de amanhã, em Brasília, com lideranças empresariais de todo Brasil, deve-se identificar estes pontos que merecem rejeição.
- E₄ - Hoje, aqui na FIESP, os empresários cobraram maior participação do governo nesse movimento de pressão no segundo-turno.
- E₅ - Eles entendem que o que é ruim para a economia é ruim para os brasileiros.
- E₆ - E o que é ruim para os brasileiros, acaba sendo um desastre para o governo.

A argumentação, neste recorte, é feita por "vozes" provenientes da F.D.L e por "vozes" da F.D.M.. As "vozes" provenientes de locutores pessoais (governo) e do repórter especialista ocupam aquele espaço público de argumentação em detrimento de um locutor pessoal com uma argumentação da F.D.P. As marcas deste apagamento são dadas por Es e Es do locutor especialista em economia. Nestes enunciados, vê-se que o destinatário da argumentação é o cidadão, e sua argumentação é feita no sentido de

identificar os interesses do empresariado com o conjunto da sociedade, "os brasileiros".

O apagamento de locutores com uma argumentação popular é feito em favor de locutores competentes (líder do governo e repórter especialista em economia) para debater os problemas econômicos do país. O mesmo processo ocorre na argumentação feita pelo locutor da F.D.M. no recorte 2:

Recorte 2

Locutor Impessoal

E₁ - O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, apresenta amanhã o texto do projeto da constituição que vai ser votado em segundo-turno.

Nesta argumentação do locutor impessoal, ocorre uma articulação entre "vozes" provenientes da F.D.L. e da F.D.M. (produtividade e racionalidade técnica). Ela é reforçada por um discurso indireto através da voz da autoridade constituinte, "O Relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral". O locutor impessoal, deste modo, informando sob a aparência de neutralidade e objetividade da informação, sustenta a idéia de ausência de conflitos no processo

constituente e também o caráter democrático daquele processo.

Na conclusão da reportagem o locutor especialista realiza uma argumentação que reforça a "objetividade" do noticiário (E1, E2, E3 e E4). Na entrevista, o locutor pessoal (autoridade da Constituinte) assume a responsabilidade sobre o andamento daquele processo através de "vozes" que argumentam sobre a racionalidade da Constituinte. Desta forma sustenta-se novamente nesta argumentação a neutralidade e objetividade do noticiário.

Vide abaixo:

Locutor Especialista.

E1 - Este é o lugar onde os relatores e técnicos da Constituinte estiveram escondidos nos últimos quatro dias, um lugar reservado e tranquilo: o apartamento do deputado Conde Reis de Santa Catarina, um dos relatores da Constituição de 67.

E2 - O relator Bernardo Cabral, o senador José Fogaça e o próprio deputado Conde Reis discutiram cada título, cada capítulo do projeto. Um esforço que valeu a pena. Só nesta revisão final foram eliminados 25 artigos da parte permanente.

E3 - É o que vai ser apresentado amanhã ao presidente em exercício da Constituinte, senador Mauro Benevides.

E4 - Deputado, como foi possível enxugar o texto?

Locutor pessoal - Deputado Bernado Cabral - relator da Constituinte.

E1 - Onde havia artigos que não mereciam ser tratados como artigo, foram postos como parágrafos, incisos, alíneas e extirpados, expurgando o que não devia realmente ficar no texto por ser contraditório, por ser um erro comum.

A reportagem do dia 01/07/88 realiza, portanto, uma argumentação sobre as possíveis mudanças no segundo turno da Constituinte de forma a sustentar a competência e o poder de pressão do empresariado dentro daquele processo, apagando-se o poder e o papel político dos trabalhadores para a elaboração da Constituição. Visto que a argumentação do noticiário se fundamenta na objetividade e neutralidade da informação, o sentido dominante da argumentação na conclusão da reportagem é feito de forma a apagar o caráter político e ideológico da reportagem. Tendo como destinatário o público cidadão-consumidor e fundamentada na neutralidade e objetividade da informação, a reportagem tem, em última instância, o efeito ideológico de apagar para o público cidadão a luta política e ideológica de setores representantes das camadas populares e o seu papel político na defesa dos interesses do cidadão.

.....

Na reportagem do dia 05/07/88, percebe-se uma pequena alteração no processo discursivo do noticiário sobre o final do primeiro turno e início do segundo turno. Por um lado, neste espaço de argumentação pública os locutores ocupam posições que expressam a sustentação da F.D.L. pela F.D.M., com o apagamento dos locutores provenientes da F.D.P.. Por outro lado, um locutor especialista assume a posição de porta-voz submetendo as "vozes" populares ao jogo de "vozes" dominantes na reportagem. Vide o recorte 1:

Recorte 1

Locutor Impessoal

- E₁ - A constituinte termina oficialmente a penúltima etapa.
- E₂ - O texto da nova Constituição, aprovado no primeiro turno, já está organizado pelos relatores.
- E₃ - E foi entregue hoje ao presidente da constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Locutor Especialista

- E₁ - O gabinete da presidência da Câmara foi pequeno para tanta personalidade.

E₂ - Lá estava o relator Bernado Cabral segurando sobre a mesa os dois primeiros volumes impressos do projeto aprovado em primeiro turno.

E₃ - Lá estavam também o presidente em exercício da Constituinte Mauro Benevides, o presidente do senado Umberto Lucena e o tetrapresidente Ulysses Guimarães que fez uma pose para fotógrafos e cinegrafistas, exibindo como se fosse um troféu o projeto da Nova Constituição.

E₄ - Depois elogiou o trabalho dos relatores e disse que a Constituinte de agora representa um avanço em relação às Constituintes anteriores.

Locutor pessoal - Ulysses Guimarães - Presidente da Constituinte.

E₁ - Instituímos verdadeiramente uma democracia direta.

E₂ - Em muitos pontos, e pontos essenciais da vida representativa dessa nação. É a democracia representativa, e a democracia participativa.

Locutor Especialista.

E₁ - Hoje à tarde o Prodasen, o centro de processamento de dados do Senado, já imprimiu outros 200 volumes do projeto da nova Constituição que vão ser encaminhados agora aos Constituintes.

E₂ - Ele vai ser publicado amanhã e na próxima quinta-feira, começa a ganhar o prazo de cinco dias para a apresentação de novas emendas que só poderão retirar trechos do projeto.

E₃ - Os constituintes admitem que a nova Constituição já está praticamente pronta.

E4 - As emendas no segundo turno não devem alterar mais que 5% dos aprovados até agora.

Locutor Impessoal

E1 - Mesmo sem conhecer o texto do relator, o P.F.L., o centráo e o governo já se movimentam para tentar mudanças no segundo turno.

E2 - De Brasília, o repórter Alexandre Garcia fala das possibilidades de acordo no caso de algumas emendas.

Locutor Especialista

E1 - Pela manhã, o P.F.L. se reuniu e verificou que há dois tipos principais de mudanças.

E2 - Aquelas em que pode haver acordo de lideranças para derrubar o voto aos 16 anos, o tabelamento dos juroa, a jornada de seis horas e a licença paternidade. Depois aquelas em que é preciso disputar no voto.

E3 - A tarde, o líder do maior partido, o P.M.D.B. foi procurado pelo líder do segundo maior partido, o P.F.L.

E4 - Era a possibilidade de acordo começando. A grande plateia de jornalistas mostrava o interesse pelo resultado do encontro.

No recorte 1, o locutor impessoal e o locutor especialista realizam uma argumentação fundamentada na objetividade do noticiário. Vide a argumentação dos referidos locutores.

A seguir, o locutor pessoal Ulysses Guimarães ocupa aquele espaço público e, com "vozes" liberais, sustenta o caráter democrático do processo constituinte. Vide:

Locutor Pessoal - Ulysses Guimarães - Presidente da Constituinte.

E₁ - Instituímos verdadeiramente uma democracia direta.

E₂ - Em muitos pontos, e pontos essenciais da vida representativa dessa nação, é a democracia representativa, é a democracia participativa.

Após esta argumentação liberal do locutor pessoal Ulysses Guimarães, novamente o locutor especialista e o locutor impessoal realizam uma argumentação fundamentada na objetividade do noticiário, de forma a sustentar a neutralidade do telejornal em relação à "fala" de Ulysses Guimarães. Vide abaixo:

Locutor Especialista.

E₁ - Hoje à tarde o Prodasen, o centro de processamento de dados do Senado, já imprimiu outros 200 volumes do projeto da nova Constituição que vão ser encaminhados agora aos Constituintes.

Locutor Impessoal

E₁ - Mesmo sem conhecer o texto do relator o P.F.L. o centro e o governo já se movimentam para tentar mudanças no segundo turno.

E₂ - De Brasília, o repórter Alexandre Garcia fala das possibilidades de acordo no caso de algumas emendas.

Após a sustentação da impessoalidade e objetividade do noticiário, o sentido da argumentação sofre um redirecionamento. Outro locutor especialista realiza uma argumentação sobre as mudanças na Constituinte. Este locutor funciona como porta-voz, o que faz com que em sua argumentação estejam presentes "vozes" populares. No decorrer da argumentação, entretanto, tais "vozes" se submetem a "vozes" liberais dominantes em sua conclusão. Abaixo, ressaltamos a presença de "vozes" populares que se submetem à argumentação liberal dominante. Nesta argumentação a palavra "acordo" marca o apagamento de uma argumentação popular e a sustentação do discurso liberal.

Locutor Especialista

Vozes Liberais

E₁ - Aqueles em que pode haver acordo para derrubar (...)

Vozes Populares

E₂ - (...) o tabelamento dos juro, a jornada de seis horas, a licença paternidade, depois aqueles em que é preciso disputar no voto.

Vozes Liberais

E₄ - A tarde, o líder do maior partido, o P.M.D.B. foi procurado pelo líder do segundo maior partido, o P.F.L.

E₅ - Era a possibilidade de acordo começando. A grande plateia de jornalistas mostrava o interesse pelo resultado do encontro.

O acordo é feito para, por um lado, "derrubar" a luta por direitos populares e, por outro lado, para sustentar os partidos vinculados ao liberalismo naquela conjuntura política.

Em seguida, analiso o Recorte 2.

Recorte 2

Entrevistas

Locutor Pessoal - José Lourenço, líder P.F.L..

E₁ - Essa primeira conversa não é uma conversa exploratória, é uma conversa onde nós identificamos a certeza de que um sem o outro nada será feito.

Locutor Pessoal - Dep. Néelson Jobim, líder do P.M.D.B.

E₁ - A conversa com o deputado José Lourenço, que nós tivemos agora à tarde, é a abertura de um canal, tendo em vista a nova liderança do P.M.D.B., que fixa formas de ação.

Locutor Especialista

E₁ - O prazo para a apresentação de fixação de emendas começa depois de amanhã, quinta-feira, e termina segunda-feira à meia-noite.

E₂ - Pode ser um prazo muito curto, que nesse momento há um recesso na constituinte, um prazo curto que beneficia quem não quer mudanças e pode prejudicar quem quer mudar.

E₂ - O centrão se considera prejudicado com esse prazo?

Locutor Pessoal - Dep. Luiz Eduardo, P.F.L. Bahia.

E₁ - Mais prejudicado, na medida em que o texto ainda não foi distribuído, e nós temos que apresentar as emendas de acordo com a nova numeração.

E₂ - Além do que, nós precisamos ler atentamente o texto para que possamos apresentar emendas supressivas, no sentido de modernizar o texto e melhorar a sua qualidade.

Locutor Especialista

E₁ - A estratégia do Palácio do Planalto está contida num documento que já está quase pronto.

E₂ - O documento faz uma projeção de como seria o país se estivesse em vigor o atual texto constitucional.

E₃ - Pretende com ele alertar os constituintes para o caso como o da jornada de trabalho de seis horas, o que tornaria o preço do aço brasileiro inviável no mercado internacional.

E₄ - Mas o grande obstáculo para os que desejam mudar alguma coisa são as eleições municipais.

E₃ - Até 15 de agosto se realizam as convenções e depois começa a campanha.

E₄ - Cento e vinte constituintes são candidatos a prefeito e à reeleição de deputados depende de bases municipais, assim chegarão se houver um número baixo de presentes, 350, por exemplo. Será difícil alcançar os 280 votos para mudar alguma coisa.

O processo discursivo existente neste recorte é caracterizado por um espaço público (entrevistas) onde ocorre a sustentação da F.D.L. pela F.D.M. através de locutores que se utilizam de uma argumentação proveniente da F.D.L. Além disso, ocorre o "apagamento" de locutores que podem ocupar aquele espaço público com uma argumentação da F.D.P..

Desse modo, os locutores pessoais vinculados à formação discursiva liberal (Dep. José Lourenço, Dep. Nelson Jobim e Dep. Luiz Eduardo), ao ocuparem aquele espaço público, sustentam a necessidade do acordo entre as lideranças do PMDB e do PFL na promulgação da Constituição. O "acordo", subordinado às mudanças - a derrubada do "voto aos 16 anos, tabelamento dos juro, jornada de trabalho de seis horas e licença paternidade - não é, todavia, assumido pela argumentação daqueles políticos.

Na conclusão da reportagem, esse processo discursivo é apagado pela argumentação que o locutor especialista desenvolve. Ela caracteriza os conflitos ideológicos e

políticos na Constituinte - a luta contra ou a favor dos direitos sociais - como questões exclusivamente técnicas: resolver tais problemas e promulgar a Constituição sem um debate aprofundado em virtude do calendário eleitoral. Na medida em que tem como destinatário o cidadão-consumidor, o locutor especialista faz uso de "vozes" da F.D.L..

No dia 06/07/88 ocorre uma alteração no processo discursivo com respeito às "vozes" que ocupam aquele espaço público de argumentação. Em uma reportagem sobre os temas polêmicos, no caso a votação dos direitos sociais, há a sustentação da F.D.L pela F.D.M. e a "oposição" à F.D.P., embora ao final da reportagem a F.D.M. apague os conflitos existentes entre "vozes" das duas formações discursivas antagônicas. Em termos de condições de produção a reportagem localiza-se no último bloco do noticiário. Vamos à reportagem.

Recorte 1

Locutor Impessoal

E1 - A Constituinte sofre pressões de dois grupos.

- E₂ - De um lado os empresários que querem derrubar no segundo-turno os benefícios trabalhistas que vão pesar nas folhas das empresas.
- E₃ - De outro, estão os secretários de trabalho dos estados que querem preservar os novos direitos.

Locutor Especialista

- E₁ - No encontro com o ministro Almir Pazzianoto e na reunião com lideranças sindicais, os secretários de trabalho dos Estados insistiram na mesma tese.
- E₂ - Eles acham que os direitos previstos na nova Constituição são insuficientes e precisam ser mantidos.

Locutor Pessoal - Antero Silvestre - Sec. de Trabalho de São Paulo.

- E₁ - As conquistas não avançaram muito e por isso deverão ser mantidas.
- E₂ - é o mínimo que a Assembleia Nacional Constituinte pode fazer pelos trabalhadores deste país.

No Recorte 1, a argumentação é desenvolvida, no espaço público daquele noticiário, por locutores impessoais, especialistas e por um locutor pessoal que funciona como porta-voz da F.D.P. (Antero Silvestre - Sec. do Trabalho de São Paulo), e tem como destinatário o público-cidadão.

No primeiro momento, na argumentação do locutor impessoal, o sujeito constituinte é interpelado por uma

"voz" da F.D.L., que se opõe aos benefícios trabalhistas propiciados pela Constituinte:

E₁ - De um lado, os empresários que querem derrubar no segundo-turno os benefícios trabalhistas que vão pesar nas folhas das empresas.

O mesmo locutor impessoal funciona como porta-voz de uma "voz" da F.D.P.:

E₂ - De outro, estão os secretários de trabalho dos estados que querem preservar os novos direitos.

Em seguida, o locutor especialista, que também funciona como porta-voz, é interpelado por "vozes" da F.D.P. que argumentam sobre o processo constituinte:

E₁ - No encontro com o ministro Almir Pazzianoto e na reunião com lideranças sindicais, os secretários de trabalho dos Estados insistiram na mesma tese.

E₂ - Eles acham que os direitos previstos na nova Constituição são insuficientes e precisam ser mantidos.

Na entrevista, o locutor pessoal assume a posição de porta-voz, o que faz com que realize uma argumentação a favor dos direitos sociais dentro da ordem legal. Vide a

argumentação de Antero Silvestre - Sec. de Trabalho de São Paulo, no Recorte 1.

Todavia, é importante ressaltar que é através do debate racional deste locutor pessoal e de sua argumentação conclusiva (E_2) que o sujeito constituinte é caracterizado como homogêneo e responsável pelas leis sociais. Assim, essa argumentação, embora abra espaço para "vozes" populares, "apaga" a responsabilidade dos segmentos políticos vinculados às lutas dos trabalhadores na elaboração e promulgação daquela legislação.

Partindo para o Recorte 2, vê-se que a argumentação é desenvolvida por um locutor especialista e um locutor pessoal da F.D.L. no espaço público daquele noticiário (entrevistas). O destinatário deixa de ser o público-cidadão e passa a ser o público-consumidor. De acordo com esta alteração, o discurso do locutor especialista resulta da interpelação do sujeito constituinte por "vozes" liberais contrárias aos direitos sociais (E_1 , E_2 , E_3 e E_4) e a favor da contenção dos gastos das empresas (racionalidade técnica). Vide abaixo:

Recorte 2

Locutor Especialista

E₁ - Aqui na Confederação Nacional das Indústrias, uma pesquisa feita com 150 empresas revela dados surpreendentes.

E₂ - A licença-maternidade de 120 dias que tanto se fala vai significar um acréscimo na folha de pagamento de 90 centavos em cada 1000 cruzados.

E₃ - Em compensação a redução da jornada de trabalho de 48 horas para 44 horas vai acrescentar 220 cruzados nas folhas de pagamento da construção civil, da agroindústria e da indústria de calçados, na média. Quando entrar (sic) em vigor as novas obrigações trabalhistas, as folhas de pagamento crescerão 28,55% o que significa, segundo os empresários, preços mais altos.

E₄ - Hoje na C.N.I., eles estudaram os 24 pontos principais a serem modificados no segundo-turno. Desses, alguns são essenciais.

A presença de um locutor pessoal representante da formação discursiva liberal, a seguir, tem um duplo significado. Por um lado, aquele locutor sustenta uma argumentação contrária às "vozes" populares. Por outro lado, permite a manutenção da objetividade do noticiário que se apresenta como informante neutro dos fatos para o cidadão.

Vide abaixo:

Locutor Pessoal - Albano Franco, presidente da C.N.I.

E₁ - Em primeiro lugar, a questão do direito irrestrito da lei de greve e em segundo plano, a questão do turno ininterrupto das seis horas.

E₂ - Em terceiro lugar, a limitação da taxa de juros, e em quarto, a competência normativa da justiça do trabalho.

Locutor Especialista

E₁ - E qual vai ser a estratégia dos empresários?

Locutor Pessoal - Albano Franco

E₁ - A estratégia dos empresários, ela vai ser feita através de suas bases, através dos estados, junto às bancadas de cada estado.

Locutor Especialista

E₁ - O que ele quer dizer é que as Federações Estaduais da agricultura, indústria, comércio e bancos vão se mobilizar para tirar os Constituintes das campanhas municipais nos estados, a fim de virem à Brasília votar porque tão importante quanto o convencimento será o comparecimento.

A argumentação do locutor pessoal Albano Franco, por um lado, sustenta os pontos que devem ser revistos na Constituição - o direito irrestrito da lei de greve etc. - e por outro lado, a competência política do empresariado. Já o locutor especialista informa sobre a ação política das

Federações Estaduais se apresentando como um informante neutro para o público de massa.

No recorte 3, visto o predomínio de "vozes" liberais, o locutor impessoal volta a argumentar sobre a Constituinte de forma a manter a neutralidade do noticiário. Vide abaixo:

Recorte 3

Locutor Impessoal

- E₁ - O deputado Ulysses Guimarães, presidente da república em exercício, disse hoje em São Paulo que a nova Constituição vai ficar pronta em agosto. Para isso pediu ajuda de todos os partidos políticos.
- E₂ - O deputado Ulysses Guimarães foi a São Paulo para assinar o edital para a duplicação da rodovia Régis Bittencourt, a BR-116, recordista nacional de acidentes.

Locutor Especialista

- E₁ - Foi a primeira visita do deputado Ulysses Guimarães a São Paulo, no exercício da presidência da República.
- E₂ - Eram 9:30 da manhã quando recebeu as honras militares no aeroporto de Congonhas. Depois a comitiva viajou de ônibus 70Kms até a cidade de Juquitibá.

- E₃ - Inaugurou uma creche e um hospital. Antes de deixar a cidade, deu uma tumultuada entrevista coletiva e falou com o presidente da Constituinte e do P.M.D.B.
- E₄ - Disse que aceita se candidatar novamente à presidência do partido.
- E₅ - Afirmou que a nova constituição fica pronta no mês que vem, e revelou o apelo que vem fazendo às lideranças partidárias para apressar a votação no segundo-turno da Constituinte.

Locutor Pessoal - Ulysses Guimarães

- E₁ - Aquilo que podemos ter um entendimento para andar mais depressa.
- E₂ - Aquilo que houver divergência, isso é democrático e vamos votar.

Neste recorte, a reportagem é dominada por "vozes" que informam "objetivamente" sobre o "presidente da Constituinte". Deste modo, a argumentação é desenvolvida por um locutor impessoal e um locutor especialista, e tem como destinatário o público cidadão. Nela, ocorre a sustentação da F.D.L. pela F.D.M.. Nesse processo discursivo, a argumentação da reportagem caracteriza a produtividade da constituinte através da entrevista com o locutor pessoal (Ulysses Guimarães) da F.D.L., apagando assim, "vozes" dissonantes e marcando a pretendida impessoalidade do noticiário.

As duas últimas reportagens que analiso para a compreensão do processo ideológico presente no sub-tema "início do segundo turno da Constituinte" datam de 11/07/88. A primeira é sobre o prazo para apresentação de emendas para o segundo turno, e a segunda, sobre a posição do governo em relação à Constituinte. Em termos de condições de produção, as duas reportagens localizam-se no último bloco do noticiário. Vejamos então a reportagem 1 e a reportagem 2.

Reportagem 1

A) Locutor Impessoal

E₁ - Está terminando o prazo para a apresentação de emendas que serão votadas no segundo-turno da Constituinte.

E₂ - Veja em instantes.

B) Locutor Impessoal

E₁ - Na Constituinte, termina esta noite o prazo para apresentação de emendas para o segundo-turno de votação.

E₂ - Hoje, o dia foi de muita conversa.

C) Locutor Impessoal

E₁ - O líder do P.M.D.B., Nelson Jobim, recebeu pela manhã o líder do P.F.L., José Lourenço e em seguida, os líderes dos partidos que representam a esquerda na Constituinte: O P.T., o P.D.T., o P.S.B. e os Partidos Comunistas.

E₂ - Sobre a mesa, preferências divididas entre o café e o chimarrão, os representantes da esquerda anunciaram que vão apresentar 180 emendas durante a votação do segundo turno.

Locutor Pessoal - Roberto Freire, líder do P.C.B.

E₁ - Tem algumas questões que precisam ser melhor redigidas, melhor escritas, estamos pensando em sanar alguns erros, alguns equívocos que foram cometidos no primeiro-turno, até por nós.

E₂ - Agora as questões fundamentais devem ser mantidas e as questões fundamentais foram de ganho nosso.

Locutor Especialista

E₁ - O deputado Nelson Jobim mostrou as setenta emendas que o P.M.D.B. vai apresentar. A maioria propondo mudança de redação.

E₂ - Temas polêmicos como tabelamento de juros, anistia financeira, só vão ser encaminhados na hora da votação.

Locutor Pessoal - Dep. Nelson Jobim - líder do P.M.D.B.

E₁ - Os entendimentos que tenhamos serão entendimentos lúcidos com as esquerdas tomando os acordos que fizemos no primeiro-turno.

E₂ - Todos aqueles que se estabeleceram, e fazendo uma conversa clara também com o P.F.L.

Locutor Pessoal - José Lourenço - líder do P.F.L.

E₁ - é a única possibilidade, por exemplo, de retirarmos o voto aos dezesseis anos. Também, a distribuição de ministros de estado, com maioria absoluta de 2/3.

E₂ - Há uma disposição para conversarmos sobre o turno de 6 horas. Enfim, já especificamos que esse ponto é possível avançar.

Locutor Especialista - Brasília.

E₁ - No final da tarde, 830 emendas tinham sido apresentadas na secretaria geral da constituinte.

E₂ - O número é considerado pequeno, por enquanto, e pode dobrar até o encerramento do prazo, à meia noite.

E₃ - Essa quantidade de emendas não chega a preocupar, porque muitos querem mudar o mesmo artigo, o mesmo parágrafo do novo projeto da nova Constituição.

E₄ - Os líderes dos partidos e os relatores da Constituinte acham que a votação do 29 turno vai se concentrar em 20 ou 30 pontos considerados mais polêmicos. São aqueles pontos aprovados no 19 turno sem acordo de lideranças.

Reportagem 2

Locutor Impessoal

- E₁ - O presidente Sarney reuniu hoje o conselho político do governo para discutir o aumento dos gastos públicos que podem ser provocados por decisão da Constituinte.
- E₂ - O presidente e os líderes do governo na Constituinte chegaram à conclusão de que existem pelo menos 73 pontos que pretendem mudar no segundo-turno de votação, alguns deles são prioritários.

Locutor Especialista

- E₁ - Eis o que o governo não quer:
- E₂ - demissão de ministros pela censura da Câmara.
- licença paternidade de 8 dias.
 - turno máximo de 6 horas para quem trabalha em jornada ininterrupta
 - anistia aos débitos do cruzado.
 - greve nos serviços essenciais.
 - direito de voto aos 16 anos.
 - estabilidade para quem tiver 5 anos de serviço público.
- E₃ - Para derrubar o que o governo não quer, o 1º obstáculo vai ser a presença de um número razoável de constituintes na Constituinte.

Locutor Pessoal - Dep. Carlos Santana, líder do governo na Câmara.

E₁ - O quórum nesta fase vai ser difícil, principalmente porque a eleição municipal obriga que o parlamentar fique nas suas bases trabalhando na eleição de seus vereadores e de seus prefeitos.

E₂ - Nós sabemos disso. Então, conseguir 280 votos nessa fase é difícil.

Locutor Impessoal

E₁ - Esses pontos interessam principalmente ao governo, porque criam mais despesas aumentando o déficit público.

E₂ - Mas há um ponto de segurança pública que interessa muito às populações das grandes cidades.

E₃ - Pela Constituição atual ninguém pode ser preso senão em flagrante delito ou por ordem de autoridade competente.

E₄ - A autoridade pode ser o delegado, que precisa avisar o juiz logo após a prisão.

E₅ - Pela nova Constituição, além de flagrante delito, a polícia só pode prender com ordem escrita e justificada de um juiz.

Locutor Pessoal - Dionísio da Silva - Delegado de Homicídios do D.F.

E₁ - O novo texto da Constituição pode prejudicar o trabalho da polícia porque vai dificultar a ação imediata da polícia, com grande prejuízo da recuperação do produto do furto, além de facilitar a fuga do indivíduo.

Locutor Especialista.

E₁ - Isso quer dizer o seguinte: você vai pela rua, reconhece a pessoa que um dia levou seu carro, seu relógio, sua carteira. Se não tiver mandato oficial, não adianta gritar "pega ladrão".

Em um primeiro momento (reportagem 1), a argumentação é desenvolvida por "vozes" da F.D.L. com locutores especialistas e pessoais e tem como destinatário o público cidadão. O processo de sustentação da F.D.L. pela F.D.M. é feito, na reportagem 1, através de uma argumentação com predomínio de "vozes" que "informam objetivamente" sobre o processo constituinte de um lado e, de outro, sobre a negociação na Constituinte.

No início da reportagem os locutores impessoais a) e b) são interpelados por "vozes" da F.D.M. que "informam objetivamente" sobre a produtividade do processo constituinte. Em seguida, o locutor impessoal (c) é interpelado por "vozes" (E₁) e (E₂) que argumentam sobre as negociações entre os partidos dentro do processo constituinte.

Já nas entrevistas, o processo discursivo é caracterizado pela presença de um locutor impessoal e de locutores pessoais que também argumentam a favor da negociação e do consenso e se opõem aos direitos sociais caracterizados como obstáculo para o processo constituinte.

A argumentação conclusiva desta reportagem, após as entrevistas, é desenvolvida por um locutor especialista que, tendo como destinatário o cidadão-consumidor, argumenta sobre a produtividade do processo constituinte. Deste modo mantém-se a pretensa objetividade e neutralidade do noticiário apagando a presença de "vozes" e políticos identificados com o liberalismo político naquele espaço público de informação.

Na Reportagem 2, o processo de sustentação da F.D.L. pela F.D.M. é feito através de uma argumentação do locutor impessoal fundamentada na objetividade da informação que, tendo como destinatário o cidadão consumidor, "apaga" uma argumentação organizada de "vozes" populares. Em seguida, o locutor especialista argumenta sobre os pontos que o governo pretende mudar no segundo-turno da Constituinte. Num primeiro momento, sua argumentação é feita através de "vozes" que sustentam a posição do governo. Num segundo momento, o locutor especialista funciona como porta-voz, e as "vozes" de sua argumentação desautorizam as "vozes" da F.D.P. presentes naquele espaço público:

Reportagem 2

Locutor Impessoal

A) "Vozes" que sustentam a posição do governo.

E₁ - O presidente Sarney reuniu hoje o conselho político do governo para discutir o aumento dos gastos públicos que podem ser provocados por decisão da Constituinte.

E₂ - O presidente e os líderes do governo na constituinte chegaram à conclusão de que existem pelo menos 73 pontos que pretendem mudar no segundo-turno de votação, alguns deles são prioritários.

B) "Voz" que desautoriza a F.D.P.

E₁ - Eis o que o governo não quer...

C) "Vozes" Populares.

E₂ - licença paternidade de 8 dias.

- turnos máximo de 6 horas para quem trabalha em jornada interrupta

- greve nos serviços essenciais.

- estabilidade para quem tiver 5 anos de serviços públicos.

Ainda na reportagem 2, um locutor pessoal, Deputado Carlos Santana, líder do governo na Câmara, é interpelado por "vozes" que informam sobre o andamento do processo constituinte e que têm como destinatário o público cidadão.

Finalmente, a existência de "vozes" antagônicas é "apagada" pela argumentação desenvolvida pelo locutor impessoal, pelo locutor pessoal (delegado de homicídios) e pelo locutor especialista.

A argumentação do locutor impessoal resulta do efeito de sustentação da F.D.L. pelo F.D.M... Ela procura reforçar a "objetividade da informação" e sua relação com o cidadão consumidor, destinatário dessa argumentação, "apagando" o predomínio de "vozes" liberais, que caracterizam a política como atividade das elites desvinculada do cotidiano do cidadão. Vide abaixo:

Locutor Impessoal

- E₁ - Esses pontos interessam, principalmente ao governo por que criam mais despesas aumentando o déficit público.
- E₂ - Mas há um ponto de segurança pública que interessa muito às populações das grandes cidades.

- E₃ - Pela Constituição atual ninguém pode ser preso senão em flagrante delito ou por ordem de autoridade competente.
- E₄ - A autoridade pode ser o delegado que precisa ainda avisar o juiz logo após a prisão.
- E₅ - Pela nova Constituição além de flagrante delito, a polícia só pode prender com ordem escrita e justificada de um juiz.

Em seguida, a argumentação feita pelo locutor pessoal (delegado de homicídio - D.F.) desautoriza a própria constituinte, questionando a validade da lei para a defesa do cidadão. Neste sentido, sua argumentação coincide com aquela dominante que toma a constituinte como espaço das elites desvinculado do cotidiano das camadas populares e o Telejornal como informante objetivo daquilo que interessa ao cidadão. Vide abaixo:

Locutor Pessoal - Dionísio Silva - Delegado de Homicídios do D.F.

E₁ - O novo texto da constituição pode prejudicar o trabalho da polícia por que vai dificultar a ação imediata da polícia com grandes prejuízos de recuperação do produto do furto além de facilitar a fuga do indivíduo.

A argumentação do locutor pessoal - delegado de homicídios, ao criticar a Constituição, apela para a necessidade de maior energia por parte da polícia para a defesa dos bens do cidadão. A sua crítica vai de encontro à defesa da propriedade e da segurança individual. Ela apaga a constatação da ausência de uma ampliação da participação política das camadas populares na constituinte que permita o exercício da cidadania por tais setores sociais.

De outro lado, através do segundo locutor, o locutor especialista, a argumentação é feita também no sentido de caracterizar a "improdutividade" da regulamentação Constitucional para a defesa dos direitos do cidadão (F.D.M.). Vide abaixo:

Locutor Especialista.

E₁ - Isso quer dizer o seguinte: você vai pela rua, reconhece a pessoa que um dia levou seu carro, seu relógio e sua carteira. Se não tiver mandato oficial, não adianta gritar "pega ladrão".

Tendo em vista estas considerações, podemos, portanto, tirar algumas conclusões sobre o processo discursivo do noticiário político sobre início do 2º turno da Constituinte.

O discurso do noticiário político é caracterizado pela sustentação da formação discursiva liberal pela formação discursiva da mídia. Essas formações discursivas realizam uma oposição às "vozes" da formação discursiva popular que, através do porta-voz (um locutor pessoal ou repórter), ocupam aquele espaço público numa posição subalterna, (dias 30/06/88 e 06/02/88).

Por outro lado, a articulação entre a F.D.L e a F.D.M. no processo discursivo do noticiário político que acabei de analisar, realiza também o apagamento das "vozes" e dos locutores da F.D.P. Isto faz com que só apareçam enunciados fragmentados da F.D.P através da figura do porta-voz (dias 01/02/88, 05/02/88 e 11/07/88).

Deste modo, podemos dizer que nas reportagens sobre o sub-tema "início do 2º turno" o espaço público do noticiário político é caracterizado pela sustentação de "vozes" da F.D.L. pela F.D.M. com uma oscilação em relação às "vozes" da F.D.P.. Essas últimas, ora estão presentes no espaço público do noticiário em oposição à F.D.L. através do porta-voz e dos locutores pessoais, ora são apagadas, aparecendo de maneira fragmentada e submetidas ao discurso do liberalismo político na argumentação dos locutores das reportagens.

A defesa do liberalismo político em um espaço público de massa, com locutores competentes e um público destinatário massificado por aquela mensagem, apaga, e se opõe às "vozes" de uma ideologia popular presente nas reportagens aqui analisadas.

B) Votação dos Direitos Sociais

O segundo grupo de reportagens a ser aqui examinado é formado pelo sub-tema "votação dos direitos sociais". Esse conjunto de reportagens, para efeito de análise, compreende os dias 10/08/88 e 12/08/88, quando foram realizadas

reportagens que cobriram o início da votação dos direitos sociais no segundo-turno da Constituinte e sua conclusão.

Começo a análise com uma reportagem sobre a votação dos direitos e garantias individuais no dia 10/08/88. Em termos de condições de produção esta reportagem localiza-se no último bloco do noticiário. Dividi a reportagem em Recorte 1 e Recorte 2.

Recorte 1.

a) Locutor Impessoal

E₁ - A Constituinte avança a votação dos direitos e garantias individuais.

E₂ - Vários pontos já aprovados trazem novidades na parte dos direitos do cidadão.

b) Locutor Especialista

E₁ - Foram aprovados agora, em caráter definitivo, no capítulo dos direitos sociais:

E₂ - a jornada de trabalho de 44 horas semanais,

- férias com mais 1/3 do salário.

- horas extras com adicional de 50% também sobre o salário;

- a licença maternidade de 120 dias, e o seguro - desemprego.

E2 - Nos capítulos dos direitos e deveres individuais, a nova Constituição vai garantir:

- o habeas-data que permite ao cidadão o acesso às informações sigilosas.
- o mandato de injunção que permite ao cidadão reclamar os direitos que a Constituição garante.
- o mandato de segurança coletivo que permite aos sindicatos e associações a defesa conjunta de direitos.
- e mais rigor contra o crime. Quem praticar terrorismo, tortura, tráfico de drogas e estupro, não terá direito a fiança e nem a anistia.

A argumentação, neste caso, é feita pelo locutor impessoal e pelo locutor especialista. O destinatário é o público-cidadão. Em um primeiro momento (a), através de um locutor impessoal, a argumentação é desenvolvida por "vozes" da F.D.L. (E1 e E2) que atribuem ao sujeito constituinte a autoria das leis sociais. Elas possuem como marca predicados liberais, com o "apagamento" dos sujeitos políticos identificados com a luta por aqueles direitos (partidos políticos, movimentos populares, sindicatos etc.).

Em um segundo momento, a argumentação é desenvolvida pelo locutor especialista que, tendo como destinatário o público-cidadão, funciona como porta-voz. Neste caso, as "vozes" da F.D.P. (os direitos sociais) são submetidas a um porta-voz, o locutor especialista. Isto apaga a existência de locutores com posições antagônicas ou distintas em função da objetividade e neutralidade da informação dada ao público-cidadão. Vide:

b) Locutor Especialista.

"Vozes Populares"

E₁ - Foram aprovados agora em caráter definitivo, o capítulo dos direitos sociais.

E₂ - a jornada de trabalho de 44 horas semanais,

- férias com mais 1/3 do salário.

- horas extras com adicional de 50% também sobre o salário;

- a licença maternidade de 120 dias, e o seguro - desemprego.

E₃ - No capítulo dos direitos e deveres individuais, a nova Constituição vai garantir.

- o habeas-data que permite ao cidadão o acesso às informações sigilosas.

- o mandato de injunção que permite ao cidadão reclamar os direitos que a Constituição garante.

- o mandato de segurança coletivo que permite aos sindicatos e associações a defesa conjunta de direitos.

No Recorte 2, o domínio da formação discursiva liberal e o apagamento da formação discursiva popular mantêm-se como a tônica da reportagem.

Recorte 2

b) Locutor Especialista

E₁ - Na sessão de hoje à tarde, não houve acordo para a votação daqueles temas considerados mais polêmicos, como o direito de greve e a jornada de trabalho de seis horas diárias, em caso de revezamento.

E₂ - Mesmo sem acordo, o deputado Ulysses Guimarães pediu a todos os constituintes que estivessem aqui no plenário.
• Haveria votação de qualquer forma.

Locutor Pessoal 1 - Dep. Luiz Roberto Pontes - P.M.D.B.,
R.S.

E₁ - Os temas que vão ser votados hoje são temas que toda a sociedade está denunciando como necessário de uma reflexão serena para termos uma decisão com maioria absoluta desta casa. Nós não poderíamos votar isso com um quórum que não é muito grande, e ainda mais que nós não esgotamos a fase de negociação.

E₂ - Tudo indica que nós devemos parar. E só temos um jeito de parar. Saindo do plenário.

Locutor Pessoal 2 - Dep. Nelson Jobim - Líder do P.M.D.B.

E₁ - Nós estamos num processo de votação normal. Eu devo dizer também que o problema da retirada do plenário da bancada faz parte do jogo parlamentar, faz parte da discussão que é legítima.

Locutor Impessoal

E₁ - A Constituinte aprovou o turno de seis horas de trabalho.

E₂ - A palavra "máxima" foi retirada do texto e a jornada de trabalho pode ser negociada entre patrões e empregados. Se houver acordo em dissídio coletivo, o turno pode ser mais do que as seis horas aprovado na Constituinte.

No Recorte 2, em um primeiro momento, o locutor especialista realiza uma argumentação da formação discursiva liberal, no sentido de demonstrar a racionalidade e produtividade do sujeito constituinte, embora nesta argumentação haja também a presença de "vozes" da F.D.P. Elas, porém, aparecem de maneira desarticulada e submetidas ao locutor especialista. Vide E₁ (direito de greve e a jornada do trabalho de seis horas, em caso de revesamento).

Nas entrevistas, a argumentação é desenvolvida por políticos do P.M.D.B. que argumentam no sentido de caracterizar a ausência de conflitos políticos e ideológicos na Constituinte. Vide a argumentação dos deputados Luis Roberto Fontes (PMDB/RS) e Nelson Jobim (Líder do PMDB).

Assim, produz-se o domínio de "vozes" vinculadas à F.D.L.. De um lado, os locutores pessoais são políticos do P.M.D.B. que ocupam aquele espaço. De outro lado, nas entrevistas, há o apagamento de uma argumentação feita

pela F.D.P.. Não existem aí locutores pessoais que argumentem racionalmente no sentido de caracterizar a Constituinte enquanto espaço de lutas políticas e sociais das camadas populares contra as negociações das elites.

Finalmente, um locutor impessoal que tem como destinatário o público cidadão funciona como porta-voz na conclusão deste bloco de reportagens e entrevistas. De um lado, ele mantém a sustentação da F.D.L. pela F.D.M.. De outro lado, o porta-voz se utiliza de uma argumentação da formação discursiva popular atribuindo sua autoria ao sujeito constituinte da F.D.L.. Vide abaixo:

Locutor Impessoal

- E₁ - A Constituinte aprovou o turno de seis horas de trabalho.
- E₂ - A palavra "máxima" foi retirada do texto, a jornada de trabalho pode ser negociada entre patrão e empregado...
- E₃ - Se houver acordo em dissídio coletivo, o turno pode ser mais do que as seis horas aprovadas na Constituinte.

No dia 12/08/88, em uma reportagem ainda sobre a votação dos direitos sociais, a argumentação é estruturada através de um locutor impessoal, de um locutor especialista e possui como destinatário o cidadão-consumidor. Em termos de condições de produção, a reportagem localiza-se no terceiro e último blocos do noticiário. Vide abaixo:

A) Locutor Impessoal

E₁ - Em apenas 3 sessões esta semana, a Constituinte decidiu rápido sobre questões polêmicas que pareciam sem saída. Hoje não houve sessão, mas um balanço animador da semana.

B) Locutor Especialista

E₁ - Poucos acreditaram que a votação da Constituinte pudesse avançar tanto esta semana.

E₂ - Entre os poucos estavam o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, que desde terça-feira comandou um verdadeiro rolo compressor para conseguir o plenário cheio, acordo de liderança sobre temas difíceis e o mais importante: o voto da maioria dos constituintes.

E₃ - Para estimular os acordos, o presidente da constituinte participou pela primeira vez de uma reunião de líderes.

C) Locutor Pessoal - Ulysses Guimarães

E₁ - Dizem que não há discussão, meu Deus do céu, nós estamos roucos de tanto discutir.

D) Locutor Especialista

E₁ - Houve tempo para receber lobistas que não queriam pedir, mas sim agradecer pelos direitos aprovados.

E₂ - E o teste decisivo aconteceu nesta quarta-feira, a discussão do turno de trabalho de seis horas.

E₃ - Sem acordo, o líder do P.F.L., José Lourenço, tentou comandar uma retirada do plenário para impedir a votação. Alguns saíram mas a maioria continuou no plenário garantindo a aprovação do destaque.

E₄ - Na última sessão da semana, ontem à tarde, os constituintes haviam votado quase todo o capítulo dos direitos sociais.

E₅ - Ficou para a semana que vem apenas um tema considerado difícil: a definição do direito de greve.

E₆ - Numa análise matemática os números da semana podem não impressionar tanto: foram 76 destaques e fica faltando 650, mas o mais importante é notar que este plenário votou em apenas três sessões um dos capítulos mais difíceis deste projeto.

E₇ - Os próximos capítulos sobre a administração pública e os poderes executivo, legislativo e judiciário são considerados mais tranquilos e de aprovação mais fácil. Fica provado assim que é possível votar e promulgar a nova Constituição sem atropelar a campanha pelas eleições municipais.

Nesta reportagem, a argumentação é desenvolvida por um locutor impessoal (1), um locutor especialista (2), um locutor pessoal - Ulysses Guimarães (3) e outro locutor especialista (4). O locutor impessoal (1) e o locutor especialista (2) se utilizam de "vozes" liberais sustentadas, aí, pela F.D.M...

Na medida em que a F.D.L. é sustentada pela mídia e o destinatário é o público-cidadão, é necessário, nesse momento de votação e aprovação dos direitos sociais, que a produção do teljornal reordene as entrevistas dos constituintes no sentido de manter a impessoalidade do noticiário. Sendo assim, mantém-se o apagamento de locutores da F.D.P., mas acrescenta-se, também, o apagamento de locutores pessoais da F.D.L. Este procedimento se explica porque os locutores da F.D.L. não podem ser identificados com as "vozes" a favor dos direitos sociais, e os locutores da F.D.P. são antagônicos à sustentação F.D.L.-F.D.M. dominante. Portanto, através do locutor Ulysses Guimarães ("estrela da Constituinte") e do locutor especialista (4), sustenta-se uma argumentação no sentido de caracterizar a produtividade da constituinte (votação dos direitos sociais) e a racionalidade daquele espaço público (F.D.L.). Vide abaixo:

C) Locutor Pessoal - Ulysses Guimarães

E₁ - Dizem que não há discussão, meu Deus do céu, e nós estamos roucos de tanto discutir.

D) Locutor Especialista

E₁ - Houve tempo para receber lobistas que não queriam pedir, mas sim agradecer pelos direitos aprovados.

Em seguida, o locutor especialista, tendo como destinatário o cidadão, é habitado por "vozes" da F.D.P. que argumentam no sentido de caracterizar os conflitos políticos da Constituinte. Neste processo discursivo, o locutor especialista "funciona" como porta-voz das camadas populares, mas sua argumentação conclusiva é dominada por "vozes" da F.D.L. Vide a seguir:

D) Locutor especialista

"Vozes" da F.D.P.

E₄ - Na última sessão da semana, ontem à tarde, os constituintes haviam votado quase todo o capítulo dos direitos sociais.

E₂ - Ficou para a semana que vem apenas um tema considerado difícil a definição do direito de greve.

"Vozes" da F.D.L.

E₁ - Houve tempo para receber lobistas que não queriam pedir, mas sim agradecer pelos direitos aprovados.

E₂ - Os próximos capítulos sobre a administração pública e os poderes executivo, legislativo e judiciário são considerados mais tranquilos e de aprovação fácil. Fica provado assim que é possível votar e promulgar a nova Constituição sem atropelar a campanha pela eleições municipais.

Deste modo, no momento em que representantes da F.D.P. conseguem uma vitória na aprovação dos direitos sociais, o locutor pessoal que ocupa o espaço público de debate e argumentação (as entrevistas) é o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. A ausência de locutores pessoais com argumentações vinculadas à F.D.L. e à F.D.P. sustenta, sob a aparência de neutralidade e objetividade da mídia, o sentido dominante da reportagem de caracterizar aqueles direitos como resultado do trabalho de políticos competentes. Tais direitos, assim, deixam de ser atribuídos a uma conquista de classe por parte de representantes das lutas populares.

A partir da análise do discurso do noticiário sobre a votação dos direitos sociais, posso, portanto, tirar algumas conclusões. O processo discursivo do noticiário mantém a sustentação da F.D.L pela F.D.M.. Todayia, ao invés de oposição à F.D.P, como ocorre no noticiário sobre início do segundo turno, tem-se o apagamento da formação discursiva popular. Isto ocorre na medida em que são reportagens que tratam da votação e da conquista dos direitos sociais, o que significa uma derrota dos representantes políticos da formação discursiva liberal com a qual a TV-Globo se identifica. Desse modo, as "vozes" da formação discursiva popular ocupam aquele espaço público através de porta-vozes, locutores impessoais e especialistas, ou então, através de locutores pessoais supostamente da F.D.L.

C) Encerramento da Constituinte

O terceiro grupo de reportagens aqui examinado integra o noticiário do dia 01/09/88. Neste caso, estas reportagens tratam do tema "conclusão da constituinte". Em termos de condições de produção deste noticiário, elas

estão localizadas em blocos distintos. Assim, o tema "constituente", enquanto objeto de debate e argumentação política, é apresentado em diferentes momentos do telejornal. A reportagem 1 está localizada no primeiro bloco, logo após a apresentação do noticiário. A reportagem 2 está localizada no último bloco do noticiário, reservado para notícias sobre política institucional. De acordo com essas condições de produção do Jornal Nacional existe, portanto, uma fragmentação das reportagens sobre a "constituente", com a inserção delas em blocos diferenciados e sem qualquer vínculo direto.

Na reportagem 1, dia 01/09/88 a argumentação é desenvolvida por um locutor impessoal e apresenta ao público-cidadão o andamento do processo constituinte. Vide:

Reportagem 1

Locutor Impessoal

- E₁ - A nova constituição do Brasil fica pronta nas próximas horas.
- E₂ - Nossos constituintes estão terminando de votar a última parte das disposições transitórias.
- E₃ - Mas o texto permanente já está concluído.
- E₄ - O presidente da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães, já está preparando a solenidade de promulgação, que pode ser no dia 23 de setembro.

- E₅ - Hoje os constituintes aprovaram a estabilidade para os servidores públicos com mais de cinco anos de serviço.
- E₆ - Aprovaram também a licença de cinco dias para o pai empregado depois do nascimento do filho.
- E₇ - Veja no final desta edição um balanço do que as novas medidas vão trazer para o cidadão, a economia e a vida política do país.

A argumentação nesta reportagem é desenvolvida por um locutor impessoal e tem como destinatário, no início, o público-cidadão. Na conclusão ela passa a ter como destinatário o público-consumidor. Neste processo discursivo ocorre, tal qual em outras reportagens, a sustentação da formação discursiva liberal pela formação discursiva da mídia e o apagamento de uma argumentação com "vozes" vinculadas à formação discursiva popular.

Em termos de divisão das diferentes "vozes" presentes na argumentação, considero a seguinte classificação:

"Vozes" vinculadas à F.D.L.

- E₂ - Os constituintes estão terminando de votar a última parte das disposições transitórias.
- E₃ - Mas o texto permanente já está concluído.
- E₄ - O presidente da Constituinte, o deputado Ulysses Guimarães, já está preparando a solenidade de promulgação, que pode ser dia 23 de setembro.

"Vozes" vinculadas à F.D.M.

- E₁ - A nova Constituição do Brasil fica pronta nas próximas nove horas.
- E₂ - Veja no final desta edição um balanço do que as novas medidas vão trazer para o cidadão, a economia e a vida política do país.

"Vozes" vinculadas à F.D.P.

- E₃ - Hoje os constituintes aprovaram a estabilidade para os servidores públicos com mais de cinco anos de serviço.
- E₄ - Aprovaram também a licença de cinco dias para o pai empregado depois do nascimento do filho.

Analisando o processo discursivo que se realiza nesta reportagem, pode-se perceber que o locutor impessoal é, em um primeiro momento, submetido a "vozes" provenientes da F.D.L. (E₂, E₄ e E₅).

Em um segundo momento, o locutor impessoal argumenta com "vozes" provenientes da F.D.P. (E₃ e E₆).

Não obstante a heterogeneidade de "vozes", o locutor impessoal, em sua argumentação conclusiva, assume uma posição. Ele se posiciona a favor de uma argumentação que, tendo como destinatário o cidadão consumidor, apaga a argumentação de "vozes" da formação discursiva popular e da

formaçãO discursiva liberal em favor da impessoalidade e objetividade da informação. Vide abaixo:

E₇ - Veja no final desta edição um balanço do que as novas medidas vão trazer para o cidadão, a economia e a vida política do país.

.....

Na reportagem 2 do dia 01/09/88, a argumentação, apresentada em três recortes, é desenvolvida por um locutor impessoal, um locutor especialista e um locutor pessoal. A reportagem é sobre a história da Constituinte e a sua importância para o país, após a reportagem 1.

Recorte 1

Locutor Impessoal

- E₁ - Uma constituinte é sempre um marco na história de um país.
- E₂ - E esta constituinte teve uma história tumultuada.
- E₃ - Esta história você vai ver com o repórter Alexandre Garcia.

Locutor Especialista

- E₁ - Este é o palco desta história.
- E₂ - Plenário, as tribunas e a mesa diretora. Para chegar a este livro foi necessário percorrer um longo caminho.
- E₃ - Para contá-lo é preciso primeiro voltar ao começo de tudo.
- E₄ - E o começo de tudo era a eleição de Tancredo Neves, que prometera convocar uma assembleia para fazer uma nova constituição.
- E₅ - O presidente eleito morre e o vice assume o compromisso enviando ao congresso a emenda vinte e seis. E convoca a constituinte.
- E₆ - A assembleia é solenemente instalada em primeiro de fevereiro de 1987.
- E₇ - Durante os primeiros meses ela se ocupa com sua própria constituição, o regimento interno e ressalta sua soberania sobre os demais poderes.
- E₈ - Instalam-se vinte e quatro sub-comissões que ouvem representantes da sociedade e oito comissões temáticas.
- E₉ - E depois uma comissão de vinte e sete membros para sistematizar tudo.
- E₁₀ - De modo que todos os constituintes participaram da feitura do texto básico.
- E₁₁ - Em meio a tudo isso surge uma quebra de braço. O senador Mário Covas vence o candidato do presidente Ulysses Guimarães e é o líder da maior bancada da constituinte, a do P.M.D.B.
- E₁₂ - Mas, o partido começa a se dividir com Ulysses Guimarães, ao centro, e Covas mais à esquerda. Começa a ser gerado o P.S.D.B.

- E₁₃ - O senador Mario Covas, como líder, escolhe a dedo os representantes do P.M.D.B. majoritário na comissão de sistematização e domina a mais importante comissão da constituinte.
- E₁₄ - O resultado não agrada o centro e a direita, e começa a se formar o centrão, a fim de anular o poder da sistematização sobre o texto final.
- E₁₅ - O regimento muda pela força da maioria.
- E₁₆ - O centrão consegue reabrir o período de emendas e joga a pá-de-cal sobre a Aliança Democrática.
- E₁₇ - As divisões já não ocorrem por partido, mas por temas discutidos. O presidente Ulysses Guimarães fica no meio da disputa sem se meter, para preservar sua autoridade fundamental na condução dos trabalhos.

Recorte 2

- E₁ - Só depois de mais de um ano é que começam as votações em plenário. Durante muito tempo um assunto é dominante.
- E₂ - O assunto que mais enrolou os constituintes não foi um assunto do futuro. Mas um assunto do presente: o mandato do presidente Sarney. Durante quase um ano e meio esse assunto foi o assunto principal, que só parou de ser discutido depois de junho. Na discussão do mandato estavam presentes todos os cinquenta e cinco constituintes.
- E₃ - Na votação da emenda Matheus, que fixou os cinco anos do mandato do presidente, a mobilização do governo é decisiva.
- E₄ - Um constituinte de quarenta e seis, o senador Afonso Arinos, aos oitenta e dois anos, também é decisivo na aprovação do voto aos dezesseis anos.

E₆ - Mas não consegue aprovar o parlamentarismo. No final do primeiro turno uma decisão preventiva, a nova constituição poderá ser revisada em cinco anos com a metade mais um dos votos do congresso.

E₇ - Publicado o texto do primeiro turno surge um conflito de forças. O presidente Sarney diz em cadeia nacional que a constituinte vai tornar o país ingovernável.

E₈ - O presidente da constituinte responde e desperta o espírito de corpo. O relatório do primeiro turno é aprovado pela mais esmagadora votação da constituinte.

E₉ - Por fim, o segundo-turno ficará ferido pela rapidez das votações e pela confirmação de quase tudo que fora aprovado no primeiro turno.

E₁₀ - A constituinte, que teve essa longa história e fez essa constituição, vai mudar a vida do cidadão.

E₁₁ - Você vai ficar sabendo das principais mudanças nesta reportagem de Leonel da Mata.

Recorte 3

Locutor Especialista

E₁ - Dentro de vinte dias mais ou menos o Congresso Nacional vai estar promulgando a nova constituição brasileira.

E₂ - Foram dezoito meses de muita discussão e polêmica, até se chegar a decisões que de uma maneira ou de outra vão mudar a vida de cada cidadão brasileiro.

E₃ - Mas aqui, centro de Brasília, a menos de dois quilômetros da constituinte, nós podemos encontrar pessoas que desconhecem os seus novos direitos. Vamos tirar a prova.

E₄ - Boa noite, senhor. Por favor, qual o nome do senhor?

Locutor Pessoal

- José Ferreira Lopes

Locutor Especialista

- Sua profissão?

Locutor Pessoal

- Cozinheiro.

Locutor Especialista

- Seu José, o senhor sabe me dizer algum direito que o senhor tenha conquistado agora com a nova constituição?

Locutor Pessoal - Seu José

E₁ - Eu tenho algum direito?

A análise da reportagem 2 mostra um movimento de "vozes" na argumentação desenvolvida pelo locutor impessoal e pelo locutor especialista. Em um primeiro momento, eles assumem uma posição de neutralidade e, ao longo da narração,

são submetidos por "vozes" da formação discursiva liberal e argumentam sobre a produtividade do processo Constituinte. Vide locutor impessoal E₁, E₂ e E₃, e locutor especialista E₁ a E₁₀.

Em um segundo momento, a argumentação sofre um redirecionamento e o locutor especialista assume a posição de porta-voz de "vozes" populares. Assim, a argumentação passa a ser feita no sentido de caracterizar os conflitos políticos no interior do processo constituinte dentro da ordem legal. Seu destinatário é o público-cidadão. Vide: E₁ a E₁₅.

Todavia, a existência de uma argumentação feita no sentido de caracterizar conflitos políticos na Constituinte não significa uma ruptura com o sentido dominante do Jornal Nacional de sustentação da F.D.L pela F.D.M.. Os conflitos mencionados na argumentação se limitam à polarização entre o sujeito Mário Covas, que assume a posição de defesa da esquerda, e do sujeito Ulysses Guimarães, que assume a posição de centro. Vide:

E₁₂ - Mas, o partido começa a se dividir com Ulysses Guimarães ao centro e Covas mais à esquerda. Começa a ser gerado o P.S.D.B.

No decorrer da argumentação, mantém-se o apagamento de "vozes" e sujeitos políticos vinculados à formação discursiva popular, quer pela não menção aos partidos políticos de esquerda, quer pela ausência de uma argumentação sobre as lutas de supostos representantes das camadas populares. Vide a argumentação do locutor Especialista (E14, E15, E16 e E17) no Recorte 1.

No recorte 2, a argumentação é desenvolvida no sentido de caracterizar objetivamente as fases do processo Constituinte e a "confirmação" no segundo turno do que fora aprovado no primeiro. Nesta argumentação, sustenta-se a homogeneidade e a produtividade do processo Constituinte. Vide a argumentação desenvolvida pelo locutor especialista neste recorte (E1 à E10).

No recorte 3, acrescenta-se a este processo de sustentação da formação discursiva liberal pela formação discursiva da mídia a desautorização das "vozes" da formação discursiva popular presentes naquele espaço público.

A argumentação é desenvolvida por um locutor especialista e tem como destinatário o público-cidadão. O locutor assume a posição de porta-voz e um cidadão ocupa aquele espaço público na condição de entrevistado, sustentando, assim, a objetividade e impessoalidade do noticiário. Em um primeiro momento, a argumentação é desenvolvida pelo locutor especialista no sentido de caracterizar a produtividade do processo Constituinte. Vide abaixo:

- E₁ - Dentro de vinte dias mais ou menos o Congresso Nacional vai estar promulgando a nova constituição brasileira.
- E₂ - Foram dezoito meses de muita discussão e polêmica, até se chegar a decisões que de uma maneira ou de outra vão mudar a vida de cada cidadão brasileiro.

Em seguida, a argumentação do locutor especialista sofre um redirecionamento. Ela caracteriza a Constituinte como o resultado do trabalho das elites, apagando sua relação com as lutas do cidadão por direitos sociais e políticos.

- E₃ - Mas aqui, centro de Brasília, a menos de dois quilômetros da Constituinte, nós podemos encontrar pessoas que desconhecem os seus novos direitos. Vamos tirar a prova.

Com esta argumentação sobre a Constituinte, o locutor especialista entrevista um cidadão que passa a ocupar aquele espaço público. Vide abaixo:

- E₄ - Boa noite, senhor. Por favor, qual o nome do senhor?
- Sua profissão?
- Seu José, o senhor sabe me dizer algum direito que o senhor tenha conquistado agora com a nova constituição?

O Locutor pessoal (cidadão) é interpelado por "vozes" da formação discursiva liberal e, em sua argumentação, assume uma posição que o caracteriza como incompetente e sem conhecimentos sobre política e sobre seus direitos, que lhe foram "doados" pelas elites políticas responsáveis pela Constituinte. Vide abaixo:

Locutor Pessoal - Seu José

E₁ - José Ferreira Lopes

E₂ - Cozinheiro:

E₃ - Eu tenho algum direito?

Deste modo, a voz do cidadão que conquistou direitos políticos através de lutas de seus representantes no processo constituinte (F.D.P) é desautorizada na entrevista. A argumentação do locutor pessoal vem de encontro à concepção dominante de que o cidadão das camadas populares é desprovido de organização e racionalidade política (F.D.L.), o que está de acordo com a sustentação da F.D.L pela F.D.M. e a desautorização da F.D.P. Vide acima E₁, E₂ e E₃.

.....

De acordo com o meu propósito de análise do processo discursivo presente no noticiário político do Jornal Nacional, privilegiei a investigação das reportagens que tratam do tema Constituinte. Este procedimento deu-se em virtude das condições de produção desse jornal. A análise dessas reportagens permite a compreensão da regularidade do processo discursivo existente no seu noticiário sobre política. Tendo em vista esta preocupação pude considerar o efeito de sentido que esta regularidade discursiva propicia.

Essa regularidade, tal como pude atestar pela minha análise, caracteriza-se pela sustentação da F.D.L. pela F.D.M. e a oposição - apagamento - desautorização da F.D.P., que tem suas "vozes" apropriadas por um porta-voz. Neste conjunto de reportagens sobre a constituinte, há um movimento no processo discursivo. Este caminha no sentido da sustentação da F.D.L. pela F.D.M. e a oposição à F.D.P. no início do 2º turno para um segundo momento de sustentação da F.D.L. pela F.D.M. e "apagamento" da F.D.P. na votação dos direitos sociais e, finalmente, para a sustentação da F.D.L. pela F.D.M. e o apagamento e desautorização da F.D.P. no final do processo constituinte.

O quadro abaixo nos fornece uma melhor visualização do movimento das distintas formações discursivas no noticiário político e da relação que se estabelece entre

este movimento, o espaço público de argumentação que ali se realiza e o efeito de sentido que resulta desta argumentação.

Tema Política (Constituinte)	Argumentação	Espaço Público	Ideologia (Efeito de Sentido)
Início do 2º turno	Sustentação da FDL - FDM Oposição à FDP	Locutores da FDL Locutores da FDP (porta-voz)	Equilíbrio Esquerda Direita
Votação dos Direitos Sociais	Sustentação da FDL - FDM Oposição à FDP	Locutores da FDL Locutores da FDM (porta-vozes da FDP)	Concessão dos direitos sociais
Conclusão Constituinte	Sustentação da FDL - FDM. Apagamento e desautorização da FDP	Locutores da FDL Locutores da FDP (argumentação Liberal)	Avanço do Liberalismo

CAPITULO V

NOTICIARIO ECONOMICO

Em minha análise do processo discursivo presente no noticiário do J.N., procuro examinar também como este processo se realiza no seu noticiário econômico. O noticiário econômico é particularmente importante pelo predomínio de reportagens sobre temas de política econômica e "consumo". Neste noticiário as reportagens se caracterizam por terem como destinatário o cidadão-consumidor, diferentemente do noticiário político que se dirige ao cidadão. Deste modo, a análise de um grupo de reportagens sobre "greve" tem por objetivo investigar a maneira pela qual se dá a sustentação da F.D.L. pela F.D.M. com o "apagamento", oposição e desautorização da F.D.P. em um noticiário que tem como tema o conflito entre capital e trabalho.

Com este propósito, concentro minha investigação em cinco reportagens, compreendendo os dias 13/07/88, 28/07/88, 08/08/88, 10/08/88 e 11/08/88. Elas se referem à greve dos correios realizada em julho e agosto de 1988, à qual o J.N. deu cobertura.

É bom lembrar que, de acordo com as regras de funcionamento do Jornal Nacional, as greves geralmente são classificadas enquanto temas das reportagens do noticiário econômico e fazem parte do noticiário regional (S.P.-T.V,

RJ-TV etc). Sendo assim, não são apresentadas no Jornal Nacional e sim nos jornais regionais. De acordo com as regras de edição, somente as "greves nacionais" são temas de reportagem do Jornal Nacional. O caso aqui examinado - greve dos correios - além de ter um caráter nacional, tem também como um de seus protagonistas o Ministro das Comunicações. Esse ministro é um dos políticos privilegiados pelo noticiário do JN. Isto faz com que esta reportagem possa ser tomada como um exemplo representativo do discurso das reportagens sobre greve apresentadas no J.N. Tendo em vista estas questões passo à análise do noticiário econômico.

.....

No dia 13/07/88, em uma primeira reportagem sobre a greve nos correios, a argumentação é desenvolvida por um locutor impessoal e um locutor pessoal (Ministro das Comunicações), caracterizando um momento no qual o vínculo com o poder executivo marca as condições de produção do noticiário. Em termos de condições de produção a reportagem localiza-se no último bloco do Jornal Nacional reservado ao noticiário sobre política nacional. Vide abaixo:

Locutor Impessoal

E₁ - No Rio, o Ministro das Comunicações Antonio Carlos Magalhães falou sobre a greve dos funcionários da Telesp, Embratel e Correio.

E₂ - Ele anunciou medidas rigorosas contra os grevistas.

Locutor Pessoal (Antonio Carlos Magalhães)

E₁ - Esta greve é lamentável porque o Correio tem realizado um grande trabalho no Brasil e o setor de Telecomunicações também.

E₂ - Entretanto, eu quero declarar que já autorizei a demissão dos funcionários principais da greve e essa demissão vai continuar e nós vamos substituí-los todos.

E₃ - Nós não permitiremos a greve e isto pode ser um pouco ruim para aqueles que já deram aumento por antecipação, mas no nosso setor esta anistia não vai valer.

Neste caso, em um primeiro momento, a argumentação é desenvolvida por um locutor impessoal interpelado por "vozes" que argumentam no sentido de informar objetivamente sobre as medidas que o ministro das comunicações tomará em relação à greve (F.D.M.). Vide E₁ e E₂ do locutor impessoal.

Em um segundo momento, a entrevista é feita por um repórter e o sujeito dela é o Ministro das Comunicações. Este último é interpelado por "vozes" da F.D.L. e realiza

uma argumentação no sentido de caracterizar a ilegalidade da greve. Vide a argumentação do locutor pessoal Antônio Carlos Magalhães.

Nesta reportagem, portanto, a argumentação sobre o tema "greve nos correios" é caracterizada, por um lado, pela sustentação da formação discursiva liberal pela formação discursiva da mídia. Por outro lado, ela é caracterizada pela desautorização da formação discursiva popular.

O processo discursivo de sustentação da F.D.L pela F.D.M. pode ser percebido na argumentação do locutor impessoal, fundamentada na objetividade do noticiário. Já o processo de desautorização das "vozes" a favor do movimento grevista é realizado pelo locutor pessoal - Ministro das Comunicações, que nega a legitimidade da greve neste espaço público. A ausência de locutores vinculados ao movimento grevista, por sua vez, ao mesmo tempo que demonstra o vínculo da empresa com o Ministério das Comunicações desautoriza os grevistas enquanto sujeitos políticos competentes para ocupar aquele espaço público.

No dia 28/07/88, em uma segunda reportagem sobre a greve nos correios, a argumentação é desenvolvida por um locutor impessoal, um locutor pessoal, um locutor especialista e um segundo locutor pessoal. A conclusão é feita novamente pelo locutor especialista. Em termos de

condições de produção, a reportagem localiza-se no segundo bloco, tradicionalmente reservado para o noticiário nacional (acidentes, esportes etc.) Vide abaixo:

A) Locutor Impessoal

- E₁ - Onze milhões de cartas e pacotes estão acumulados na central dos correios de São Paulo por causa da greve dos funcionários que completou hoje 17 dias.
- E₂ - As empresas particulares que fazem entregas de encomendas nunca tiveram tanto trabalho.

B) Locutor Especialista

- E₁ - Hoje as empresas de entrega rápida já têm mais de 700 motos e milhares de clientes.
- E₂ - Mas nas duas últimas semanas o serviço de motoqueiros triplicou.
- E₃ - Muita gente tem pedido socorro para tarefas que normalmente são desempenhadas por carteiros.
- E₄ - Como entregar duplicatas, por exemplo.

C) Locutor Pessoal (Empresário)

- E₁ - Tá com pressa de você fazer, você me faz essa cobrança toda hoje e me traz cheque nominal, tá certo.

D) Locutor Impessoal

E₁ - E compensa, não é muito caro para fazer esse serviço por motoqueiro?

E) Locutor Pessoal (Empresário)

E₁ - Eu tenho quase 10 milhões de duplicatas para receber e o juro de 1% ao dia, praticamente 100 mil ao dia.

E₂ - Então eu gasto 5 mil cruzados ou um pouco mais, mas pelo menos eu tenho o dinheiro mais rápido, né?

F) Locutor Impessoal

E₁ - Nos escritórios das locadoras os serviços não param de chegar, mas a frota só dá para atender a uma parte das solicitações.

E₂ - Pelo menos 2 mil motoqueiros estão trabalhando na coleta e entrega de encomendas na grande São Paulo, muitos deles são contratados para despachar encomendas para fora do estado.

E₃ - Esse motoqueiro, por exemplo, veio despachar uma encomenda por avião, vai ter que enfrentar fila.

E₄ - O serviço de despacho desta empresa aérea aumentou 5 vezes depois que a greve começou.

E₅ - Tanto no serviço de despacho por avião, como por terra, ou por ônibus, as pessoas têm que enfrentar longas esperas.

E₆ - Os funcionários dos setores de remessa e encomendas estão precisando fazer hora extra todo dia. Mesmo assim, os depósitos das companhias estão lotados e ninguém mais garante entregas na hora ou dia certo.

G) Locutor Impessoal

E₁ - A empresa de correio informou que o prejuízo até agora é de 650 milhões de cruzados.

E₂ - Depois que a greve for suspensa vai demorar pelo 15 dias para que as entregas sejam normalizadas.

Esta reportagem do dia 28/07/88, desenvolvida por um locutor impessoal tendo como destinatário o cidadão-consumidor, é feita no sentido de responsabilizar "a greve" pela não prestação do serviço público ao cidadão-consumidor. Vide a argumentação desenvolvida pelo locutor impessoal (A) em E₁ e E₂.

Em seguida, a argumentação é desenvolvida pelo locutor especialista. Dominado por "vozes" da formação discursiva liberal ele realiza uma argumentação no sentido de caracterizar a produtividade de uma empresa privada na prestação de um serviço público. Vide o locutor especialista B (E₁, E₂ e E₃).

Na entrevista, a argumentação feita pelo locutor pessoal se fundamenta em "vozes" da F.D.L que sustentam a argumentação sobre a produtividade da empresa privada e sobre a objetividade da informação. Vide abaixo:

Locutor Pessoal (Empresário)

E₁ - Tá com pressa de você fazer, você me faz essa cobrança toda hoje e me traz cheque nominal, tá certo.

Locutor Impessoal

E₁ - E compensa, não é muito caro para fazer esse serviço por motoqueiro?

Locutor Pessoal (Empresário)

E₁ - Eu tenho quase 10 milhões de duplicatas para receber e o juro de 1% ao dia, praticamente 100 mil ao dia.

E₂ - Então eu gasto 5 mil cruzados ou um pouco mais, mas pelo menos eu tenho o dinheiro mais rápido, né?

Após a entrevista, o locutor impessoal, em sua argumentação fundamentada na impessoalidade e objetividade, desloca o sentido da reportagem. Agora sua argumentação é feita no sentido de caracterizar a produtividade do serviço público prestado por aquela empresa privada. Vide o locutor impessoal F.

Portanto, esta reportagem sobre a "greve dos correios" tem, portanto, como características de sua argumentação o "apagamento" de locutores com uma argumentação que defenda a greve e a sustentação, quer por locutores pessoais, quer por locutores impessoais, de uma argumentação sobre a

produtividade das empresas privadas e sobre os efeitos negativos causados pela greve para o cidadão. Assim, ela se distingue da primeira reportagem onde há a desautorização do movimento grevista pelo poder público.

No dia 08/08/88, em nota lida pelo apresentador, a greve nos correios volta a ser notícia no Jornal Nacional. Neste caso, após a conquista de um aumento de 35% para os funcionários da Telebrás, Embratel e dos Correios, existe apenas uma argumentação fundamentada na impessoalidade do locutor. Vide abaixo:

Locutor Impessoal

- E₁ - O ministro das Comunicações autorizou um aumento de 35% para os funcionários da Telebrás, Embratel e dos Correios. O aumento é sobre o salário de junho.
- E₂ - A diferença vai ser paga em folha complementar. O pagamento da URP congelada em abril e maio depende das decisões da Justiça e do governo Federal.
- E₃ - As negociações entre o ministro e o comando de greve foram suspensas porque os funcionários querem a readmissão dos demitidos.

A "nota" lida pelo apresentador tem como tema o aumento de 35% para os funcionários em greve. A argumentação é feita por um locutor impessoal e tem como destinatário o cidadão-consumidor. Mantém-se nesta "nota" a sustentação da F.D.L pela F.D.M. e o apagamento da F.D.P. Embora nela estejam presentes "vozes" da F.D.P., o sentido dominante da argumentação é o de caracterizar o aumento salarial como resultado da ação da autoridade (o Ministro das Comunicações). Além disso, em virtude da suposta impessoalidade do noticiário nesta reportagem, ocorre também o apagamento de locutores pessoais que ocupem aquele espaço público com "vozes" de formações discursivas antagônicas - a FDP e a FDL.

.....

No dia 10/08/88, em uma nota sobre o "final da greve nos correios", o processo discursivo de sustentação da F.D.L. pela F.D.M. e apagamento da F.D.P. volta a ser a marca do noticiário sobre greve. Vide abaixo:

Locutor Impessoal

- E₁ - Termina a greve dos funcionários dos correios de SP. O fim da paralização que durou trinta dias foi decidido numa assembléia no fim da tarde.
- E₂ - Reunidos na Praça da Sé, no centro de SP, os funcionários dos correios aceitaram a proposta do Ministro das Comunicações Antonio Carlos Magalhães. Eles vão ter um reajuste salarial de 35%.
- E₃ - Na segunda-feira a associação dos funcionários dos correios de SP se reúne com o Ministro das Comunicações em Brasília.
- E₄ - Por causa da greve, 11,5 milhões de cartas deixaram de ser distribuídas.
- E₅ - O prejuízo foi de 800 milhões de cruzados.

O locutor impessoal, nesta nota, funciona como porta-voz, fazendo com que em sua argumentação estejam presentes "vozes" da formação discursiva popular.

Em um primeiro momento, ele é submetido a uma "voz" da formação discursiva da mídia informando objetivamente sobre a greve. Vide E₁.

Em um segundo momento, o locutor impessoal funciona como porta-voz de uma argumentação da formação discursiva popular sobre as conquistas alcançadas com a greve. Nestes enunciados, a despeito da argumentação sobre as conquistas da greve, os sujeitos dessas conquistas - os funcionários -

ficam em uma posição passiva. O representante do governo (Antônio Carlos Magalhães) se mantém em uma posição de sujeito responsável pelas concessões. Vide E₂ e E₃.

Embora existam "vozes" antagônicas, a argumentação conclusiva do locutor impessoal, tendo como destinatário o cidadão-consumidor, "apaga" as "vozes" da F.D.P em favor de uma argumentação liberal dominante sobre o prejuízo causado pela greve. Vide E₄ e E₅.

Nesta reportagem sobre o final da greve nos Correios, destacam-se dois aspectos. Além da sustentação de um liberalismo que caracteriza a greve como responsável pela não prestação do serviço público (a entrega de cartas) e o prejuízo de 800 milhões de cruzados, há também o apagamento de "vozes" populares que sustentem o poder e as conquistas do movimento grevista. Estas "vozes", como pude constatar anteriormente, ~~aparecem submetidas à figura discursiva do~~ porta-voz.

.....

Finalmente, cabe aqui examinar o dia 11/08/88, quando é feita uma reportagem após o término da greve. Em termos de condições de produção, ela localiza-se no segundo bloco de notícias do Jornal Nacional destinado a notícias internacionais e reportagens sobre o Brasil. Vide abaixo:

A) Locutor Impessoal

- E₁ - Os funcionários dos correios de SP voltaram hoje ao trabalho depois de um mês de greve
- E₂ - Em vários bairros da cidade, a volta dos carteiros foi recebida com satisfação pelos moradores.
- E₃ - Cinco mil funcionários dos correios voltaram ao trabalho hoje. Este é o centro de triagem da grande SP, o principal do país. Por aqui passam 40% da correspondência nacional.
- E₄ - Todas as bancadas estavam ocupadas. Foi convocado até o pessoal do setor administrativo para ajudar a colocar a casa em ordem.
- E₅ - Em um mês de greve 11 milhões de cartas foram acumuladas.

B) Locutor Pessoal - Edson Comin - Diretor Regional dos Correios - SP.

- E₁ - Esperamos que até segunda-feira a totalidade das correspondências esteja entregue.

C) Locutor Impessoal

- E₁ - Espalhados pela grande SP existem 50 centros de distribuição de correios, como este aqui que está com 400 malas postais atrasadas e só conseguiu esvaziar 100 até agora.
- E₂ - Todos os carteiros tiveram que encher a sacola até a boca. O itinerário do Sr. Wanderley é de 6 KM num bairro da periferia de SP.

E₃ - O roteiro diário começa nessa favela. A primeira carta ele entregou para dona Maria Aparecida de Souza. Ela estava ansiosa para receber notícias da mãe.

D) Locutor Impessoal

E₁ - Ela mora onde, sua mãe?

E) Locutor Pessoal - cidadão

E₁ - Caruaru, Pernambuco.

Em um primeiro momento, o locutor impessoal realiza uma argumentação que, tendo como destinatário o público cidadão-consumidor, sustenta a impessoalidade do noticiário através de "vozes" que falam sobre o fim da greve. Ao final de sua argumentação, o locutor impessoal sustenta, também, o caráter negativo da greve para o cidadão. Vide o locutor impessoal A (E₁ a E₅).

Como característica desta argumentação temos "vozes" que, tendo como destinatário o consumidor, sustentam a importância da "volta ao trabalho" (E₁, E₂ e E₃). Em E₄ e E₅, há "vozes" que argumentam sobre a desordem que a greve propiciou. Vide os predicados: *"ajudar a colocar a casa em ordem"* e *"11 milhões de cartas ficaram acumuladas."*

O segundo locutor impessoal realiza uma argumentação em sentido semelhante. Neste caso, tendo como destinatário o

cidadão-consumidor, sua argumentação caracteriza o sujeito-correio como um serviço público fundamental para o cidadão (E₁, E₂ e E₃). Com esta argumentação tem-se também o apagamento de uma argumentação sobre a greve dos Correios como instrumento de luta e de exercício da cidadania por parte dos trabalhadores daquela empresa. Vide o locutor impessoal C (E₁, E₂ e E₃).

Com o final da greve, o movimento de sustentação da F.D.L. pela F.D.M. com o "apagamento" da F.D.P. é feito, na entrevista, através da técnica "Povo-Fala", onde o sujeito cidadão-entrevistado realiza uma argumentação com "vozes" que se articulam com a argumentação dominante da reportagem no sentido de caracterizar a greve como negativa para o cidadão. Vide abaixo:

B) Locutor Pessoal - Edson Comin - Diretor Regional dos Correios - SP.

E₁ - Esperamos que até segunda-feira a totalidade das correspondências esteja entregue.

D) Locutor Impessoal

E₁ - Ela mora onde, sua mãe?

E) Locutor Pessoal

E₁ - Caruaru, Pernambuco.

Neste recorte, o primeiro locutor pessoal (Edson Comin - Diretor Regional dos Correios - SP) assume uma posição que sustenta, por um lado, a objetividade da informação da reportagem e, por outro lado, a competência da autoridade que representa os Correios na prestação daquele serviço público. Já o segundo locutor pessoal (cidadão) funciona como porta-voz de uma argumentação que sustenta a presença de "vozes" populares naquele espaço público. Vide o locutor pessoal E.

Este processo discursivo se caracteriza, por um lado, pela sustentação da F.D.L pela F.D.M., visto que nesta reportagem a argumentação é de que a greve é negativa para a "produtividade dos Correios" e para o cidadão. Por outro lado, na medida em que a voz do cidadão não contradiz a argumentação dominante, acrescenta-se, nesta reportagem, a desautorização de uma argumentação da formação discursiva popular enquanto parte constitutiva daquele espaço público. A argumentação do cidadão vai de encontro à concepção dominante de que as camadas populares são desprovidas de poder, e de que é fundamental a não interrupção da produção por uma greve.

.....

De acordo com a análise do discurso dessas reportagens sobre a " greve nos Correios", pode-se tirar algumas conclusões sobre o movimento das "vozes" das distintas formações discursivas do noticiário econômico do Jornal Nacional no período aqui examinado (dias 13/07/88, 28/07/88, 08/08/88, 10/08/88 e 11/08/88). O noticiário sobre a "greve nos correios" é caracterizado pela sustentação da F.D.L. pela F.D.M. e pela oposição, apagamento e desautorização da F.D.P.

Em um primeiro momento, o início da greve, que compreende os dias 13/07/88 e 28/07/88, a argumentação é caracterizada pela sustentação da F.D.L. pela F.D.M. e pelo apagamento da F.D.P.. De um lado, este processo é feito pelas reportagens com predomínio de "vozes" provenientes da F.D.L. e, de outro lado, pelas entrevistas, onde há também um predomínio de locutores pessoais com uma argumentação da F.D.L. (Ministro Antonio Carlos Magalhães, dia 13/01/88 e empresário, no dia 28/07/88). No dia 13/07/88 a argumentação é feita no sentido de caracterizar a ilegalidade da greve. No dia 28/07/88, a argumentação procura enfatizar a eficiência de uma empresa privada na prestação de um serviço público.

Em um segundo momento, (dias 08/08/88 e 10/08/88), quando as reportagens têm como tema o "aumento salarial" propiciado pela greve e seu conseqüente desfecho, a

argumentação sofre uma alteração. Nestes dias, o processo discursivo do noticiário é caracterizado pela sustentação da F.D.L. pela F.D.M. e apagamento das "vozes" da F.D.P., que aparecem de maneira desarticulada no noticiário através de um porta-voz.

O terceiro momento de análise do noticiário econômico do Jornal Nacional compreendeu uma reportagem após o término da greve nos Correios. A reportagem manteve a sustentação da formação discursiva liberal pela formação discursiva da mídia dominante. Este processo se caracterizou pela argumentação de locutores impessoais e pessoais contrária à greve. Acrescenta-se a este aspecto a desautorização dos sujeitos do movimento grevista e de uma argumentação da formação discursiva popular que, através de um porta-voz, está presente naquele "espaço público". Deste modo, a despeito das conquistas econômicas do movimento grevista, mantém-se o sentido dominante do noticiário de sustentação do liberalismo e apagamento e desautorização de "vozes" populares naquele espaço público, que é característico do discurso econômico do Jornal Nacional.

No quadro seguinte procuro sintetizar o movimento das "vozes" das distintas formações discursivas presentes no noticiário sobre a greve e sua relação, tanto com as características daquele espaço público de argumentação e debate, quanto com o efeito de sentido que ele provoca.

Tema Economia (greve)	Argumentação	Espaço Público	Ideologia (efeito de sentido)
I) Início da greve.	Sustentação da FDL - FDM. Apagamento da FDP.	Locutores da FDL. (governo)	Demonstração da força do governo
II) Conquista do aumento pe los grevistas	Sustentação da FDL - FDM. Apagamento da FDP	Locutores da FDL, Lo- cutores da FDM (porta- "vozes")	Concessão do governo
III) Conclusão da Greve.	Sustentação da FDL - FDM. Apagamento e desautoriza- ção da FDP.	Loc. da FDL Locutores d FDP. (Argu- mentação liberal.)	Sustentação do liberalismo

CONCLUSÃO

O propósito de realizar uma investigação sobre o caráter ideológico da mensagem telejornalística, dentro de uma perspectiva que examinasse, por um lado, as bases econômicas e sociais que criaram condições para aquela prática ideológica e, por outro lado, a materialidade da produção daquele discurso, constituiu-se no impulso inicial desta pesquisa.

De acordo com esta perspectiva, a análise do discurso do noticiário do Jornal Nacional se fundamentou na compreensão de que, entendendo o discurso como uma espécie da ideologia, seria necessário referir-se ao conjunto de discursos possíveis ali presentes a partir de suas condições de produção. A investigação sobre as bases econômicas e o caráter industrial da produção daquele programa apontou para os dois aspectos centrais que constituem as condições de produção da sua mensagem telejornalística.

Por um lado, há a formação de uma Indústria Cultural na sociedade brasileira durante a década de sessenta. A partir de então, sob o regime autoritário, a sociedade brasileira entra na etapa monopolista do processo de acumulação e presencia o desenvolvimento da publicidade que, em parte, financiou a Indústria Cultural.

Por outro lado, a TV-Globo se tornou, no ramo da Indústria Cultural, durante o regime militar até os dias de hoje, a maior empresa da área no país. Funcionando sob o

regime de concessão pública, quer pelo seu caráter industrial, quer pelo seu poder de pressão política, ela vem se utilizando privadamente de seus noticiários veiculando mensagens de caráter político e ideológico.

A partir da compreensão desses dois aspectos - de um lado as condições econômicas propiciadas pelas transformações na sociedade brasileira e, de outro, as mudanças empresariais ocorridas na TV-Globo - pude extrair algumas conclusões.

A produção do noticiário político e econômico do Jornal Nacional constitui uma prática de telejornalismo de massa fundamentada na lógica da Indústria Cultural. O Jornal Nacional, se por um lado constitui um espaço público para o público de massa, por outro lado, estabelece, em suas reportagens, a oposição entre locutores competentes que irão ocupar aquele espaço público e um público destinatário massificado por sua mensagem.

Tendo em vista suas condições de produção, a análise do discurso do seu noticiário político e econômico sobre os temas "Constituinte" e "Greve" apontou para outras distinções, além de locutores competentes e um público massificado por sua mensagem.

A partir da compreensão de um discurso que se constitui em um momento histórico particular naquele espaço público, a análise de discurso que aqui realizei indicou, como tive a ocasião de mostrar, a existência de uma regularidade discursiva no telejornal.

O discurso do noticiário político e econômico do Jornal Nacional resulta da sustentação da formação discursiva liberal pela formação discursiva da mídia e o apagamento, oposição e desautorização da formação discursiva popular. Esse processo discursivo não é, todavia, monolítico, havendo um movimento das "vozes" das formações discursivas que constituem aquele espaço público de acordo com o tema que é objeto da reportagem. Isto faz com que em alguns momentos, através da figura discursiva do porta-voz, as "vozes" dominadas ocupem aquele espaço público de maneira a se oporem à argumentação dominante do noticiário. Assim, neste discurso, há uma certa heterogeneidade que sustenta sua dinâmica.

A argumentação desenvolvida no noticiário político e econômico, a despeito das fissuras em sua unidade, tem como resultado um processo discursivo que, em face da heterogeneidade das "vozes" desse discurso, realiza um movimento. De um lado esse processo discursivo sustenta as "vozes" liberais e, de outro lado, se opõe, apaga e desautoriza as "falas" de sujeitos políticos vinculados às lutas e interesses das camadas populares.

Em termos políticos mais amplos, o noticiário político e econômico do Jornal Nacional resulta, portanto, na constituição de um espaço público massificado onde o liberalismo político e econômico, a defesa da democracia liberal, da eficiência das empresas privadas e da contenção dos gastos públicos e a desautorização de movimentos

populares, como uma greve, princípios com os quais a empresa TV-Globo se identifica, dominam o discurso daquele noticiário.⁹¹ Por outro lado, na medida em que se trata de um programa da Indústria Cultural - o telejornal de maior audiência da televisão brasileira - "vozes" populares ocupam aquele espaço público, mas submetendo-se, todavia, ao discurso nele dominante.

⁹¹ - Sobre o discurso liberal do empresariado brasileiro no período recente da história brasileira, sugestivas indicações podem ser encontradas em VELASCO E CRUZ, Sebastião. Fragmentos do Novo? Brasil: Empresariado e Crise no Limiar dos Anos 90. primeira Versão. IFCH/UNICAMP, 1990.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor. "A Indústria Cultural" e "Televisão, Consciência e Indústria Cultural", in: Comunicação e Indústria Cultural, Gabriel Cohn (org.), São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1975.
- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro, Graal, 1987.
- ARRUDA, Maria Arinda N. A Embalagem do Sistema. São Paulo, Ed. Duas Cidades, 1985.
- BARAN, P. e SWEEZY, P. Capitalismo Monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- CAPARELLI, Sérgio. Televisão e Capitalismo no Brasil. Porto Alegre, L&PM, 1982.
- CARDOSO DE MELO, J.M. e BELLUZZO, L.G.M. "Reflexões sobre a crise atual", in: Revista Escrita-Ensaio, Ano I, nº 2, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil. São Paulo, Difel, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique. O Modelo Político Brasileiro. São Paulo, Difel, 1973, 2a. ed.
- CARVALHO, Elizabeth. "Telejornalismo: A Década do Jornal da Tranquilidade" in: Anos 70 - Televisão. Rio de Janeiro, Europa Empresa Gráfica Editora, 1979-1980.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco. Fragmentos do Novo? Brasil: Empresariado e Crise no Limiar dos 90. Primeira Versão, Campinas, IFCH/UNICAMP, nº 30 - 1991.

CUNHA, Luiz A. Educação e Desenvolvimento no Brasil. Rio de Janeiro, F. Alves, 1975.

DORFMAN, A. e MATTELART. Para Ler o Pato Donald. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

DUCROT, Oswald. "Analyses Pragmatiques". Communications, 32, 1980.

DUCROT, Oswald. O Dizer e o Dito. Campinas, Pontes Editores, 1987.

FADUL, Anamaria. "Hegemonia e Contra-Infomação: por uma prática da comunicação" - Comunicação, Hegemonia e Contra-Infomação, INTERCOM/Cortez, 1982.

FOUCAULT, Michel. "A Ordem do Discurso", Campinas, Unicamp, mimeo, 1973.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro, Forense, 1986.

GOLDENSTEINS, Gisela. "Folhas ao Vento: contribuição para o Estado da Indústria Cultural no Brasil", Tese de Doutorado, FFLCH, EDUSP, 1985.

GRAMSCI, Antônio. A Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni. Discurso e Leitura. Campinas, Pontes, 1988.

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural na Esfera Pública. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HALLEWELL, Laurence. O Livro no Brasil. São Paulo, J.A. Queiroz/EDUSP, 1985.

HERZ, Daniel. A História Secreta da Rede Globo. Porto Alegre, Tchê, 1987.

JENSEN, Klaus B. "News as Ideology" in Journal of Communication - Winter, 1987.

KEHL, Maria Rita. Reflexões para uma História da TV-Globo. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1982, mimeo.

KEHL, Maria Rita; COSTA, Alcir Henrique da e SIMES, I.F. Um país no Ar - História da TV brasileira em 3 canais. Brasiliense, FUNARTE, 1986.

LEAL FILHO, Laurindo. Atrás das Câmeras. São Paulo, Sumus Editorial, 1988.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. Comunicação, Hegemonia e Contra-Infamação. INTERCOM/Cortez, São Paulo, 1982.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. Muito Além do Jardim Botânico. Ed. Sumus, 1985.

MACBRIDE, Sean. Um Mundo e Muitas Vozes - Comunicação e Informação na Nossa época. FGV, Rio de Janeiro, 1983.

MADRID, Javier Esteinou. "Meios de Comunicação e Construção da Hegemonia", in: Comunicação, Hegemonia e Contra-Infamação. INTERCOM/Cortez, 1982.

Manual Básico da Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, MB-75, ESG, 1975.

MARCONDES FILHO, Ciro. O Capital da Notícias: jornalismo como produção de segunda natureza. São Paulo, Atica, 1986.

MATTELART, Armand. Mass Media, Ideologies et Movement Revolutionnaire - Chili 1970-1973. Paris, Editions Anthropos, 1977.

MICELI, Sérgio. A Noite da Madrinha. São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

MICELI, Sérgio. Entre no Ar em Belindia: a indústria cultural hoje. Cadernos IFCH, UNICAMP. outubro/1984.

MOUFFE, Chantal. "Hegemonia, Política e Ideologia" in: DEL CAMPO, Julio Labastida, Hegemonia y Alternativas Políticas en América Latina, México, 1985.

NOVAES, Adauto. *Rede Imaginária: Televisão e Democracia*. São Paulo, Secretária de Cultura / Schwarcz Ltda., 1991.

OLIVEIRA, Denninson. *Estado e Mercado na Radiodifusão*. Tese de mestrado, Ciência Política, IFCH, UNICAMP, 1990.

ORLANDI, Eni. *A Linguagem e seu Funcionamento*. Campinas, Pontes, 1988.

ORTIZ, Renato. *Telenovela - História e Produção*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. Brasiliense, 1988.

PECHEUX, Michel. "A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975)" in: *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas, Unicamp, 1990.

PECHEUX, Michel. "Delimitações, Inversões, Deslocamento". *Cadernos de Estudos Linguísticos*, nº 19, Campinas, Unicamp, jul/dez 1990.

PECHEUX, Michel. *Semântica e Discurso - Uma Crítica à Afirmação do Obvio*. Campinas, Unicamp, 1988.

PETIOT, Geneviève. "Notes - Numéro Spécial". *Le nous Politiques*, nº 10, Mars, 1985.

RESENDE, Guilherme Jorge de. "O Telespetáculo da Notícia" - *Análise morfológica e de conteúdo de uma semana (27 a 13 de janeiro de 1982) do "Jornal Nacional", da Rede Globo de Televisão*. Tese de Mestrado, E.C.A., 1985.

REYES MATTA, Fernando. *A Informação na Nova Ordem Internacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

RUBIM, Antônio Albino Canela. "Comunicação, espaço público e eleições presidenciais." *Comunicação e Política*, vol. 9 (2-3-4) 1989.

RUDÉ, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SCHILLER, Herbert. *O Império Norte-Americano das Comunicações*. Petrópolis, Vozes, 1976.

STAM, Robert. "O Telejornal e seu Espectador", in: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 13, 1975.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Tese de Livre-Docência, Campinas - SP.

VARIS, J. e NORDENSTRENG, K. "Television: a One Way Street", *Reports and Papers on Mass Communication*, nº 70, Paris, UNESCO, 1974.

REVISTAS

Imprensa - Julho de 1988

Imprensa - Abril de 1991

DEPOIMENTOS

Editor do Jornal Nacional - Fábio Perez

Editor de Ciência e Tecnologia - Fritz Utzeri

Diretor da Central Globo de Jornalismo (1988) - Armando Nogueira

OUTRAS FONTES

Folha de São Paulo (Junho, Julho e Agosto de 1988)

Manual de Telejornalismo. Central Globo de Jornalismo,
1985.

ANEXO: PROGRAMAÇÃO DE TELEJORNALISMO

h o r a	7:00 Bom Dia Brasil	12:45 SP-TV	13:00 Jornal Hoje	19:45 SP-TV	23:40 SP-TV
dia	7:30 Bom Dia SP.	12:40 Glo- bo Esporte		20:00 Jor- nal Nacional	23:45 J. da Globo
2 ^a	*	*	*	*	*
3 ^a	*	*	*	*	*
4 ^a	*	*	*	*	*
5 ^a	*	*	*	*	*
6 ^a	*	*	*	*	*
Sab.	---	*	*	*	---